



ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

BRASIL

Belo Horizonte
Novembro de 2020



Equipe NIS/PUC Minas

Coordenação do projeto

Paulo Fernando Braga Carvalho

Representante do ChildFund Brasil

Cristiano Silva de Moura

Pesquisadores

Ana Elise Gomes de Lira

Lívia Matos Lara de Assis

Lucas Pereira Wan Der Maas

Marcela Sampaio Magalhães Alves de Amorim

Tiago Oliveira Vilaça

Lista de Gráficos

- Gráfico 1 – Proporção de privação nos indicadores componentes do IPM-NIS entre domicílios pobres multidimensionais, vulneráveis e não pobres e vulneráveis. Brasil, 2010.44
- Gráfico 2 – Distribuição dos domicílios privados no indicador segundo condição de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Brasil, 2010.46
- Gráfico 3 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Brasil, Pará e Distrito Federal**, 2010.47
- Gráfico 4 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM por Grandes Regiões. Brasil, 2010.48
- Gráfico 5 – Proporção de domicílios pobres e vulneráveis multidimensionais segundo espécie de domicílio. Brasil, 2010.51
- Gráfico 6 – Proporção de domicílios pobres e vulneráveis multidimensionais segundo porte populacional do município (em número de habitantes). Brasil, 2010.51
- Gráfico 7 – Proporção de pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais segundo sexo. Brasil, 2010.52
- Gráfico 8 – Proporção de pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais segundo idade em faixas etárias. Brasil, 2010.53
- Gráfico 9 – Proporção de pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais segundo cor ou raça. Brasil, 2010.53
- Gráfico 10 – Distribuição dos domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais e rendimento domiciliar per capita. Brasil, 2010.55
- Gráfico 11 – Distribuição dos domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e espécie do domicílio. Brasil, 2010.56
- Gráfico 12 – Distribuição dos domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e porte populacional do município (em número de habitantes). Brasil, 2010.56
- Gráfico 13 – Distribuição das pessoas residentes segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e sexo. Brasil, 2010.57
- Gráfico 14 – Distribuição das pessoas residentes segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e idade em faixas etárias. Brasil, 2010.57
- Gráfico 15 – Distribuição das pessoas residentes segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e cor ou raça. Brasil, 2010.58
- Gráfico 16 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Rondônia, Vilhena e Campo Novo de Rondônia**, 2010.63
- Gráfico 17 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Acre, Rio Branco e Jordão**, 2010.67
- Gráfico 18 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Amazonas, Manaus e Manaquiri **, 2010.71
- Gráfico 19 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Norte, Roraima, Boa Vista e Caroebe**, 2010.75
- Gráfico 20 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Pará, Belém e Melgaço**, 2010.79
- Gráfico 21 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Amapá, Serra do Navio e Mazagão**, 2010.83

Gráfico 22 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Tocantins, Recursolândia e Tupiratins**, 2010.87

Gráfico 23 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Maranhão, Imperatriz e Pedro do Rosário**, 2010.91

Gráfico 24 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Piauí, Santo Inácio e Nossa Senhora dos Remédios**, 2010.95

Gráfico 25 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Ceará, Fortaleza e Bela Cruz**, 2010.99

Gráfico 26 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Rio Grande do Norte, Caiçara do Rio do Vento e Jardim de Angicos**, 2010.103

Gráfico 27 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa e Matinhas**, 2010.107

Gráfico 28 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Pernambuco, Recife e São João**, 2010.111

Gráfico 29 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Alagoas, Sautuba e Tanque D'Arca**, 2010.115

Gráfico 30 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Sergipe, Aracaju e Moita Bonita**, 2010.119

Gráfico 32 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Bahia, Salvador e Pirai do Norte**, 2010.123

Gráfico 32 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, Minas Gerais, Ipatinga e Arapongas**, 2010.127

Gráfico 33 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, Espírito Santo, Vitória e Santa Maria de Jetibá**, 2010.131

Gráfico 34 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, Rio de Janeiro, Volta Redonda e Trajano de Moraes**, 2010.135

Gráfico 35 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, São Paulo, Barrinha e Cunha**, 2010.139

Gráfico 36 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sul, Paraná, Pinhais e Marquinho**, 2010.143

Gráfico 37 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sul, Santa Catarina, São José e Arvoredo**, 2010.147

Gráfico 38 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sul, Rio Grande do Sul, Estrela e Alpestre**, 2010.151

Gráfico 39 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, Campo Grande e Paranhos**, 2010.155

Gráfico 40 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Centro-Oeste, Mato Grosso, Campo Novo do Parecis e Rondolândia**, 2010.159

Gráfico 41 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Centro-Oeste, Distrito Federal, Goiás, Goiânia e Guarinos**, 2010.164

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Brasil, 2010.31

Tabela 2 – Domicílios, pessoas, crianças de 0 a 11 anos e pessoas acima de 11 anos, segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Brasil, 2010.33

Tabela 3 – Pobreza multidimensional por região e UF. Brasil, 2010.35

Tabela 4 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rondônia, 2010.60

Tabela 5 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rondônia, 2010.61

Tabela 6 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Acre, 2010.64

Tabela 7 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Acre, 2010.65

Tabela 8 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Amazonas, 2010.68

Tabela 9 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Amazonas, 2010.69

Tabela 10 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Roraima, 2010.72

Tabela 11 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Roraima, 2010.73

Tabela 12 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Pará, 2010.76

Tabela 13 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Pará, 2010.77

Tabela 14 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Amapá, 2010.80

Tabela 15 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Amapá, 2010.81

Tabela 16 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Tocantins, 2010.84

Tabela 17 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Tocantins, 2010.85

Tabela 18 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Maranhão, 2010.88

Tabela 19 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Maranhão, 2010.89

Tabela 20 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Piauí, 2010.92

Tabela 21 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Piauí, 2010.93

Tabela 22 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Ceará, 2010.96

Tabela 23 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Ceará, 2010.97

Tabela 24 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rio Grande do Norte, 2010.100

Tabela 25 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rio Grande do Norte, 2010.101

Tabela 26 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Paraíba, 2010.104

Tabela 27 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Paraíba, 2010.105

Tabela 28 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Pernambuco, 2010.108

Tabela 29 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Pernambuco, 2010.109

Tabela 30 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Alagoas, 2010.112

Tabela 31 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Alagoas, 2010.113

Tabela 32 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Sergipe, 2010.116

Tabela 33 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Sergipe, 2010.117

Tabela 34 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Bahia, 2010.120

Tabela 35 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Bahia, 2010.121

Tabela 36 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Minas Gerais, 2010.124

Tabela 37 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Minas Gerais, 2010.125

Tabela 38 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Espírito Santo, 2010.128

Tabela 39 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Espírito Santo, 2010.129

Tabela 40 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rio de Janeiro, 2010.132

Tabela 41 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rio de Janeiro, 2010.133

Tabela 42 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. São Paulo, 2010.136

Tabela 43 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. São Paulo, 2010.137

Tabela 44 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Paraná, 2010.140

Tabela 45 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Paraná, 2010.141

Tabela 46 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Santa Catarina, 2010.144

Tabela 47 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Santa Catarina, 2010.145

Tabela 48 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rio Grande do Sul, 2010.148

Tabela 49 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rio Grande do Sul, 2010.149

Tabela 50 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Mato Grosso do Sul, 2010.152

Tabela 51 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Mato Grosso do Sul, 2010.153

Tabela 52 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Mato Grosso, 2010.156

Tabela 53 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Mato Grosso, 2010.157

Tabela 54 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Goiás, 2010.160

Tabela 55 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Goiás, 2010.161

Tabela 56 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Distrito Federal, 2010.162

Tabela 57 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Distrito Federal, 2010.162

Lista de Mapas

- Mapa 1 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Brasil, 2010.37
- Mapa 2 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Norte, 2010.39
- Mapa 3 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Nordeste, 2010.40
- Mapa 4 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Sudeste, 2010.41
- Mapa 5 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Sul, 2010.42
- Mapa 6 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Centro-Oeste, 2010.43
- Mapa 7 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rondônia, 2010.62
- Mapa 8 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Acre, 2010.66
- Mapa 9 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Amazonas, 2010.70
- Mapa 10 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Roraima, 2010.74
- Mapa 11 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Pará, 2010.78
- Mapa 12 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Amapá, 2010.82
- Mapa 13 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Tocantins, 2010.86
- Mapa 14 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Maranhão, 2010.90
- Mapa 15 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Piauí, 2010.94
- Mapa 16 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Ceará, 2010.98
- Mapa 17 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rio Grande do Norte, 2010.102
- Mapa 18 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Paraíba, 2010.106
- Mapa 19 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Pernambuco, 2010.110
- Mapa 20 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Alagoas, 2010.114
- Mapa 21 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Sergipe, 2010.118
- Mapa 22 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Bahia, 2010.122
- Mapa 23 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Minas Gerais, 2010.126
- Mapa 24 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Espírito Santo, 2010.130
- Mapa 25 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rio de Janeiro, 2010.134
- Mapa 26 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. São Paulo, 2010.138
- Mapa 27 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Paraná, 2010.142
- Mapa 28 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Santa Catarina, 2010.146
- Mapa 29 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rio Grande do Sul, 2010.150
- Mapa 30 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Mato Grosso do Sul, 2010.154
- Mapa 31 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Mato Grosso, 2010.158
- Mapa 32 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Goiás e Distrito Federal, 2010.163

Sumário

[Introdução](#)10

[1. Definições e formas de mensuração da pobreza](#)12

[2. Metodologia](#)19

[2.1. Fonte de informação e escalas de análise](#)19

[2.2. Dimensões e indicadores](#)20

[2.3. Cálculo do IPM](#)25

[2.4. Comparação do IPM com as linhas de indigência e pobreza](#)27

[2.5. Escalas espaciais de análise do IPM-NIS](#)27

[3. Resultados](#)30

[3.1. Resultados gerais para o Brasil](#)30

[3.2. Resultados nas escalas regional e estadual](#)34

[3.3. Resultados na escala municipal](#)36

[3.4. Análise da contribuição dos indicadores](#)44

[3.5. Análise segundo subgrupos populacionais](#)50

[3.6. Comparação entre o IPM-NIS e as linhas de indigência e pobreza](#)54

[4. Resultados por Unidade da Federação](#)59

[4.1. Rondônia](#)60

[4.2. Acre](#)64

[4.3. Amazonas](#)68

[4.4. Roraima](#)72

[4.5. Pará](#)76

[4.6. Amapá](#)80

[4.7. Tocantins](#)84

[4.8. Maranhão](#)88

[4.9. Piauí](#)92

[4.10. Ceará](#)96

[4.11. Rio Grande do Norte](#)100

[4.12. Paraíba](#)104

[4.13. Pernambuco](#)**108**

[4.14. Alagoas](#)**112**

[4.15. Sergipe](#)**116**

[4.16. Bahia](#)**120**

[4.17. Minas Gerais](#)**124**

[4.18. Espírito Santo](#)**128**

[4.19. Rio de Janeiro](#)**132**

[4.21. Paraná](#)**140**

[4.22. Santa Catarina](#)**144**

[4.23. Rio Grande do Sul](#)**148**

[4.24. Mato Grosso do Sul](#)**152**

[4.25. Mato Grosso](#)**156**

[4.26. Goiás e Distrito Federal](#)**160**

[5. Considerações finais](#)165

[Referências](#)167

Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados do Índice de Pobreza Multidimensional do Núcleo de Inteligência Social (IPM-NIS) para o Brasil. O primeiro estudo do IPM-NIS foi realizado em 2019, quando o índice foi desenvolvido e aplicado para o recorte dos estados do Maranhão, Piauí e Paraíba (NIS, 2019). No presente estudo, o índice foi ampliado para o restante do país, com análises nas escalas de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Com isso, busca-se promover um melhor entendimento das diferentes realidades de vivência da pobreza no país, além de ampliar o alcance do índice em locais para possível promoção de políticas e projetos sociais que tenham como público alvo as populações pobres e vulneráveis.

O Núcleo de Inteligência Social é um centro de pesquisas fundado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e pela agência humanitária de desenvolvimento infantil e social ChildFund Brasil. Tem por objetivo identificar, diagnosticar e propor soluções para demandas sociais, integrando alianças entre as pesquisas acadêmicas, práticas do terceiro setor e inteligência de mercado. Em suas atividades, o NIS se propõe a alcançar impacto social sustentável, através de metodologias e abordagens de análise, coleta e análise de dados e interpretação e aplicação de tecnologias sociais. É nessa perspectiva que o IPM-NIS foi desenvolvido, tendo em vista contribuir com análises para a redução de problemas relacionados à pobreza.

O IPM-NIS foi desenvolvido adaptando a metodologia original da *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI). É um índice de mensuração da pobreza que identifica pessoas pobres a partir de um conjunto de indicadores. Ao contrário da forma tradicional de mensuração da pobreza, que considera pobres as pessoas com um nível de renda abaixo de uma linha equivalente a um padrão mínimo de sobrevivência, o IPM-NIS considera pobres as pessoas com acúmulo de privações simultâneas em múltiplas dimensões da vida, operacionalizadas por meio de indicadores. Através do índice, busca-se mensurar aspectos objetivos que afetam a liberdade das pessoas de tomar decisões sobre o curso da própria vida. Nesse sentido, ser pobre é estar privado de meios para conduzir aspectos essenciais da vida humana, como ter uma vida saudável, adquirir conhecimentos e habilidades e trabalhar.

O IPM-NIS está alinhado com o debate internacional atual sobre mensuração da pobreza multidimensional, seguindo as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse alinhamento se faz ainda mais necessário diante do cenário atual, em que podem ocorrer retrocessos

sociais e aprofundamento de problemas estruturais, como anunciado pelo mais recente informe da ONU sobre os ODS no contexto da pandemia da COVID-19 (UN, 2020). Certamente o problema da pobreza está sendo recolocado nas agendas públicas com novas perspectivas, o que reafirma o compromisso científico de fornecer instrumentos que orientem as ações dos atores de governo e da sociedade civil.

O IPM-NIS é útil para qualquer organização, governo e empresa que queira direcionar ações de intervenção junto a pessoas em situação de pobreza multidimensional. Sua utilidade principal é a de identificar quem são essas pessoas pobres e onde elas se encontram. Além disso, pode ser analisado segundo o peso que cada indicador possui para explicar a pobreza, o que pode variar entre Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios. Isso permite que as ações sejam direcionadas de acordo com o foco de cada instituição em grupos populacionais e temas de interesse. Para a infância, como é o caso do ChildFund Brasil, é possível dar enfoque às crianças em determinada faixa etária e ou em regiões onde ocorrem maiores privações em torno de dimensões como educação e saúde. O IPM também pode ser utilizado para definir regiões prioritárias de atuação, uma vez que ele pode ser ranqueado.

O relatório está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica do estudo em torno de uma breve discussão do conceito de pobreza e das principais formas de mensuração do fenômeno. O segundo capítulo apresenta a metodologia do IPMNIS. O terceiro capítulo realiza a análise dos resultados para a totalidade do país, enquanto o quarto apresenta os resultados individualizados para cada Unidade da Federação do país.

1. Definições e formas de mensuração da pobreza

Este capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica deste trabalho. Para isso, são apresentadas as principais abordagens teórico-metodológicas dos estudos sobre a pobreza, bem como as diferentes formas de mensuração adotadas. Este trabalho está fundamentado na abordagem das capacidades, desenvolvida por Amartya Sen (2000), cuja noção de pobreza faz parte da perspectiva multidimensional. A principal referência adotada para mensuração da pobreza nesta abordagem é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido inicialmente pela OPHI. A seguir são explicitadas as características de cada abordagem, ressaltando as formas de mensuração da pobreza e suas limitações. Além disso, será evidenciado como a noção multidimensional e o IPM se localizam no debate acadêmico.

A pobreza é um fenômeno complexo, por isso recebe diferentes definições dependendo do contexto da análise e da forma como é mensurada. De maneira geral, refere-se a uma situação em que as necessidades dos indivíduos não são adequadamente atendidas (ROCHA, 2006). Embora o que se entenda como necessidade varie entre as sociedades e os indivíduos, consideram-se pobres os membros de uma sociedade em situação de privação de um mínimo de bem-estar que deveria ser garantido coletivamente. Assim, a pobreza é dada pelo conjunto de privação dos membros de uma sociedade (ONUBR, 2017).

A definição de pobreza apresentada acima não é consensual. Desde os estudos pioneiros sobre o tema no final do século XIX (ROWNTREE, 1991) até os dias atuais, foram desenvolvidas diversas abordagens teórico-metodológicas para estudo do fenômeno. Quatro abordagens receberam maior destaque nas agendas social, política e acadêmica, sendo fundamentais para o entendimento da construção do conceito. São elas: a noção de subsistência, a ideia de necessidades básicas, a visão relativa e a perspectiva multidimensional (OTTONELLI *et al*, 2011; CODES, 2008). É nesta última que ganhou destaque a abordagem das capacidades.

A primeira abordagem, da *subsistência*, é representativa dos estudos pioneiros, sendo ainda muito utilizada atualmente, principalmente nos países em desenvolvimento e para realizar comparações entre países (PICOLOTTO, 2005; SANTOS, 2007). Conceitualmente, a pobreza é genericamente entendida como a incapacidade de os indivíduos suprirem suas necessidades nutricionais e físicas (OTTONELLI *et al*, 2011; CODES, 2008; ROCHA, 2006). Por isso também é conhecida como pobreza *absoluta*, no sentido de privações essenciais à sobrevivência de qualquer indivíduo (CODES, 2008). Operacionalmente, a *linha de indigência* é a principal forma de mensuração dessa abordagem e é construída a partir da determinação de um ponto de corte mínimo para a renda, correspondente ao necessário para a satisfação das necessidades nutri-

cionais e energéticas dos indivíduos. Portanto, são identificados como pobres aquelas pessoas que não têm acesso a tal valor. Por essa razão, também se utiliza o nome de pobreza monetária para se referir ao fenômeno a partir da perspectiva de subsistência.

Dentre as principais críticas a esta abordagem, destacam-se duas: (i) as necessidades humanas são tomadas como única e exclusivamente físicas; e (ii) a quantidade básica de alimentação é tratada de forma generalizada. A primeira crítica é relevante na medida em que reconhece as múltiplas faces das necessidades dos indivíduos. Ainda que a questão da subsistência seja primordial, ela não esgota e tão pouco supre outras privações sociais. Já a segunda coloca como pertinente levar em conta os diferentes papéis e funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, na medida em que a quantidade de nutrientes necessária varia culturalmente e conforme as atividades realizadas por cada um (CODES, 2008; TOWNSEND, 1993).

Adotando como pressuposto que as quantidades alimentícias e nutricionais variam tanto entre sociedades quanto entre os papéis sociais desenvolvidos pelos indivíduos, a abordagem das *necessidades básicas* ganhou força ao longo da década de 1970. Esta incorporou outros aspectos importantes para explicação da pobreza, como as condições de consumo (alimentos, abrigo, vestimentas etc.) e o acesso a serviços de saúde, educação e infraestrutura (água potável/tratada, energia elétrica, saneamento básico, transporte etc.) (OTTONELLI et al, 2011; CODES, 2008). Diferentemente da primeira abordagem, são consideradas múltiplas faces da pobreza, seja em termos de acesso a recursos coletivos/públicos, seja sobre os aspectos mínimos para a sobrevivência individual (CODES, 2008). A linha de pobreza é o principal instrumento de mensuração dessa abordagem e consiste na determinação de um valor mínimo de renda. Esta se difere da linha de indigência por considerar no dimensionamento do ponto de corte da renda um conjunto ampliado de necessidades que não se restringem à dimensão nutricional/física (COMIM; BAGOLIN, 2002; SANTOS, 2007). Por isso, o valor da linha de pobreza é maior que o da linha de indigência.

No Brasil, a pobreza é, em grande medida, compreendida a partir das perspectivas de subsistência e das necessidades básicas. Por isso, o fenômeno é mensurado principalmente por meio das linhas de indigência e de pobreza. A renda é adotada como *medidor* de bem-estar, já que há uma correlação direta entre os diversos indicadores de bem-estar físico e o nível de renda (ROCHA, 2006)¹. Por meio das linhas baseadas em renda, a população é distin-

¹ A principal razão para ainda se utilizar a renda como parâmetro de mensuração da pobreza no Brasil é o fato de no país ainda haver grande concentração de renda (ROCHA, 2006). Além disso, estudos como o de Barros *et al* (2006) ressaltam o fato de o Brasil não ser, necessariamente, um país pobre, mas um país com muitos pobres. Isso porque é a estrutura social desigual e a má distribuição de recursos são os fatores determinantes da pobreza brasileira.

guida em três grupos: os extremamente pobres ou indigentes, captados pela linha de indigência; os pobres identificados pela linha de pobreza; e os não pobres, que são aqueles com renda superior à linha de pobreza. No que se refere ao ponto de corte, não há uma definição oficial, embora vários estudos adotem os critérios de elegibilidade ao benefício do Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal. Com base nesses critérios, é considerado extremamente pobre o indivíduo cuja renda domiciliar per capita é de até R\$89,00 mensais e, pobre, com renda de R\$89,01 até 178,00. Estes são os valores aplicados a preços de 2020 e são normalmente corrigidos pelo INPC². Por ocasião da aplicação do Censo Demográfico de 2010, que é a fonte de informação utilizada para o cálculo do IPM neste estudo, os valores eram de até R\$70,00 para extrema pobreza e de R\$70,01 até R\$140,00 para pobreza.

As linhas de indigência e pobreza internacionais usualmente utilizadas são aquelas definidas pela ONU, cujos valores são, respectivamente, de U\$1,90 e US\$8,00 por dia (ONUBR, 2017). O Banco Mundial, ainda que considere os valores utilizados pela ONU, trouxe a partir de 2017 duas opções de corte (rendimento médio-baixo e médio-alto) que levam em conta a classificação dos países de acordo com seu desenvolvimento (FERREIRA; SÁNCHEZ-PÁRAMO, 2017). Nessa classificação, a América Latina e o Caribe aparecem com rendimento médio-alto, no qual o valor da linha de pobreza é US\$5,50 por dia.

Uma terceira abordagem para estudos da pobreza, a *relativa*, representa um avanço em relação às duas perspectivas apresentadas ao considerar que as privações de renda são mutáveis de acordo com o tempo e contexto sócio-histórico (CODES, 2008). Nesse sentido, a pobreza relativa se dá a partir da comparação e ser pobre significa não possuir os bens necessários para agir e viver de forma satisfatória na sociedade em que se insere (ROCHA, 1997). Essa abordagem é mais utilizada nos países desenvolvidos (ROCHA, 2006), encontrando respaldo nos debates sobre cidadania, já que o indivíduo pobre é tido como incapacitado de desempenhar certas funções e papéis sociais, estando, portanto, privado de direitos enquanto cidadão (CODES, 2008; TELLES, 1999).

A perspectiva relativa possui diversas formas de mensuração, no entanto, usualmente é utilizada a linha de pobreza, que se distingue das linhas anteriores por levar em conta a desigualdade de distribuição de renda. A linha de pobreza relativa é uma medida baseada no contexto social em que se insere, e seu valor não só condiz, mas incorpora a realidade da distribuição de renda da sociedade em questão, por isso não é padronizada. Por exemplo, um indivíduo pode não ser identificado como pobre na linha de pobreza relativa da Inglaterra, mas se

2 Estes valores eram vigentes até que o Auxílio Emergencial entrasse em vigor durante a pandemia do Covid-19.

este mesmo indivíduo for analisado no contexto e na linha de pobreza do Brasil, é tido como pobre.

A quarta abordagem é a *multidimensional*, que é resultado do processo de construção do conceito de pobreza ao longo do tempo, na medida em que consolida a incorporação de múltiplas dimensões como sendo associadas ao fenômeno. Há, portanto, o reconhecimento de que a pobreza é multicausal e complexa, não se restringindo à privação das necessidades materiais, mas envolvendo padrões coletivos que, se inalcançados, levam a desvantagens, sofrimento e isolamento dos indivíduos pobres. A pobreza é percebida ainda como um estado de acúmulo de privações simultâneas que se retroalimentam, tornando a sua superação ainda mais difícil (CODES, 2008).

A abordagem das *capacidades*, desenvolvida por Amartya Sen (2000), está localizada na perspectiva multidimensional da pobreza. Neste caso, a pobreza é vista como um fenômeno multifacetado ao incorporar um conjunto de questões relacionadas à liberdade e às capacidades básicas dos indivíduos. Por isso, entende-se que as privações extrapolam o acesso (ou não) à renda, ainda que não negue a existência e relevância desta (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; OTTONELLI *et al*, 2011).

Partindo de discussões filosóficas, o autor incorpora questões subjetivas à pobreza, como a noção de bem-estar – no sentido de “estar bem”, relacionando-se à capacidade de possuir educação, saúde, longevidade, nutrição, participação na comunidade etc. O bem-estar é compreendido como a capacidade (*capability*) de atingir níveis minimamente aceitáveis de funcionamentos (*functionings*), ou seja, aquilo que os indivíduos valorizam ser ou fazer. A capacidade, então, constitui uma forma de liberdade substantiva de combinar diversos funcionamentos ou a liberdade de adotar estilos de vida distintos:

O conceito de “funcionamentos” (...) reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ser. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. (...) A “capacitação” [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacitação é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, 2000, p. 95).

Ser pobre nessa abordagem é estar privado das capacidades necessárias para se ter uma vida digna (CODES, 2008; SEN, 2000), ou seja, é estar privado de atingir determinados níveis de funcionamentos. Destaca-se que, diferentemente das outras abordagens, as privações podem variar segundo o grau de importância atribuído pelos indivíduos e o tipo, havendo

desde funcionamentos elementares/básicos até funcionamentos particulares e complexos (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Ademais, as privações devem ser consideradas e analisadas simultaneamente, significando que o indivíduo é contemplado a partir de um conjunto de privações interligadas, e não separadas. Nessa perspectiva, assim como na relacional, há um diálogo direto com as pautas de justiça social, uma vez que um indivíduo pobre é tido como privado não só nos âmbitos materiais, mas enquanto cidadão.

A abordagem das capacidades inova o debate sobre a pobreza por ampliar o entendimento das causas e da natureza das privações que geram tal situação, transferindo o foco dos “meios” para os “fins” que os indivíduos devem alcançar para superar o estado de múltiplas carências simultâneas (CODES, 2008). O conjunto de privações que caracterizam um indivíduo em situação de pobreza é definido por critérios tanto qualitativos quanto quantitativos, também se referindo a questões subjetivas. Por exemplo, estar em situação de pobreza inclui desde privações de renda quanto de saúde, educação, questões éticas e familiares, localização geográfica etc. (OTTONELLI et al, 2011; PNUD, 1997)³.

Dessa forma, uma das vantagens de utilizar a abordagem das capacidades é o fato de esta conseguir captar privações mais intrínsecas, ou seja, que vão além das privações materiais captadas somente a partir do uso da renda como forma de mensuração (SEN, 2000). Dessa forma, o foco na privação das capacidades se direciona a “pobreza real”, já que não se limita a distinguir os indivíduos segundo o acesso ou não à renda, mas pelos impactos dessa privação na capacidade de desenvolverem suas próprias vidas. Além disso, a privação de capacidades independe da privação relativa de renda, ou seja, mesmo que um indivíduo seja relativamente pobre em um lugar considerado rico (que possui, teoricamente, melhores condições de vida do que um país subdesenvolvido e/ou pobre), sua condição de pobreza não se altera. Isso ocorre na medida em que os estados de pobreza são identificados por meio da privação em determinados funcionamentos que não dependem necessariamente do acesso à renda para existir.

Na tentativa de mensurar a pobreza multidimensional, Alkire e Foster (2009), da OPHI, desenvolveram uma proposta metodológica que, posteriormente, foi utilizada para construção de diversos Índices de Pobreza Multidimensional (IPM) - *Multidimensional Poverty Index* (MPI). O método é vantajoso por possibilitar a aplicação em diferentes contextos sociais, já que os autores não definem previamente quais os indicadores e dimensões precisam ser considerados. Além disso, permite a reprodução para diferentes unidades de análise, isto é, indivíduos (considerado o foco de realização dos direitos humanos fundamentais), domicílios ou comuni-

³ Sen (2000) considera, ainda, que devido a questões culturais, certos grupos podem apresentar graus distintos de privações, como ocorre com as mulheres em alguns tipos de sociedades.

dades. Assim, constitui uma metodologia de operacionalização de dimensões e indicadores referentes a certas unidades de análises escolhidos de acordo com o contexto na qual será aplicada (ALKIRE e FOSTER, 2009). Por isso, a metodologia tem sido amplamente disseminada no meio acadêmico e entre governos de diversos países – inclusive, alguns já até desenvolveram seus índices oficiais. A ONU, por exemplo, via Agenda 2030, encoraja os países a elaborarem seus próprios IPM (ONUBR, 2017).

A metodologia Alkire e Foster (2009) objetiva identificar a pobreza a partir da combinação de duas abordagens. A primeira utiliza o método tradicional de contagem do número de pobres, possibilitando a incorporação de variáveis ordinais e categóricas, e não apenas de variáveis numéricas. A segunda incorpora medidas ajustadas para refletir a intensidade da pobreza. Dessa maneira, torna-se possível a comparação entre realidades em que a incidência da pobreza é semelhante, mas a amplitude é distinta, devido ao acúmulo de privações que os indivíduos vivenciam em cada contexto. Para cada uma dessas abordagens são estabelecidos dois cortes, onde o primeiro delimita se a pessoa é privada em alguma dimensão e o segundo determina a extensão da privação. Esses procedimentos possibilitam a identificação das pessoas que vivenciam privações múltiplas e simultâneas, de forma a adequarem-se aos cenários com muitas dimensões consideradas.

A OPHI aplicou esta metodologia para 104 países simultaneamente, ficando conhecido como IPM Global (ALKIRE; SANTOS, 2010). Esse indicador foi empregado tendo os domicílios como unidade de análise e considerando três dimensões e 10 indicadores para explicar a pobreza multidimensional. A primeira dimensão, Educação, contempla os indicadores de privações em anos de escolaridade e frequência escolar. A segunda dimensão, Saúde, abarca as privações nutricionais e de mortalidade infantil. Por último, a dimensão Padrão de Vida indica privações em eletricidade, água potável, saneamento, combustível para cozinhar, material do domicílio e bens adquiridos. A escolha dos indicadores foi resultado do esforço de comparação entre países, refletindo, portanto, a disponibilidade de informações nas bases de dados utilizadas. Ainda assim, em alguns países certos indicadores não existem e precisaram ser ajustados.

O Brasil faz parte da lista de países do IPM Global desde a primeira versão e que é calculado a partir de dados do World Health Survey de 2003 (ALKIRE; SANTOS, 2010). Após tal estudo, foram realizadas outras aplicações do IPM no país. O estudo da Fundação João Pinheiro (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016) e da então Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014; VAZ; JANUZZI, 2014) adaptaram o IPM da OPHI utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de diferentes anos. A OPHI também passou a utilizar a PNAD nas atualizações do índice (OPHI, 2019). Recentemente, ou-

tros estudos apresentaram IPM próprios tendo como base os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE – sendo dois para os estados de Santa Catarina (MORAES; MARIN; VIEIRA, 2018) e dois para os estados do Rio Grande do Sul (VIEIRA; KHUN; MARIN, 2017), e um de abrangência nacional (SERRA, 2017). Além destes, há um estudo para o estado do Rio Grande do Sul com dados da PNAD (SILVA *et al*, 2017), e outro para o estado de Minas Gerais com dados da Pesquisa de Amostra Domiciliar (PAD) (FAHEL; LEITE; TELES, 2014).

2. Metodologia

Com base no que foi apresentado sobre os conceitos de pobreza e suas formas de mensuração, o presente estudo apresenta um Índice de Pobreza Multidimensional para o Brasil aplicável a unidades da federação e municípios. A escolha pelo IPM busca um alinhamento com o debate internacional atual sobre mensuração da pobreza multidimensional, seguindo inclusive as recomendações da ONU para o monitoramento dos ODS. A utilização do IPM não significa o abandono da noção de pobreza monetária, sendo recomendável e viável uma análise complementar com indicadores de renda. No cenário brasileiro, a escolha por esse tipo de metodologia é relevante justamente por ampliar a explicação do fenômeno. A utilização de indicadores de renda ainda é muito comum, pois a pobreza absoluta no país é intimamente relacionada à desigualdade de renda (ROCHA, 2006). Além disso, a abordagem multidimensional, em especial aquela baseada na teoria das capacidades, ainda foi pouco explorada.

Do ponto de vista metodológico, o IPM identifica a incidência da pobreza por meio de um método de contagem de privações desenvolvido por Alkire e Foster (2009). Neste método são considerados pobres os casos com acúmulo de privações calculado pela síntese das privações simultâneas em um conjunto pré-determinado de dimensões e indicadores. Trata-se de um índice bastante flexível, pois a definição de dimensões e indicadores é feita de acordo com o contexto em análise. Outra vantagem é a possibilidade de mensuração da pobreza a partir dos indivíduos ou domicílios, sem que se perca a possibilidade de síntese dos resultados para níveis geográficos como o municipal e o estadual. Destaca-se ainda a possibilidade de identificar a intensidade (grau) de pobreza do domicílio, município e Unidade da Federação, bem como quais dimensões contribuem mais para a explicação do fenômeno em cada caso.

2.1. Fonte de informação e escalas de análise

Os dados utilizados para a construção do Índice de Pobreza Multidimensional proposto neste trabalho são derivados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013). Embora se reconheça o relevante hiato temporal entre o último levantamento e a publicação do presente estudo, sua escolha se deve ao fato de ser a única fonte de informação pública com informações individuais e domiciliares com representatividade estatística para os municípios brasileiros. Nesse sentido, o IPM foi feito para a totalidade do País e para as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios, com o objetivo de identificar padrões de distribuição espacial da pobreza. Considerando a possibilidade de replicabilidade temporal do IPM, a escolha das

dimensões e indicadores levou em consideração a compatibilização com o Censo Demográfico que seria realizado em 2020. A compatibilização foi feita a partir da análise do questionário preliminar divulgado pelo IBGE (2019).

A unidade de análise ideal para mensuração da pobreza multidimensional é o indivíduo, considerando que o fenômeno pode ser vivenciado de forma diferenciada mesmo entre membros de um mesmo domicílio. Entretanto, não há informações suficientes de crianças de 0 a 5 anos para se realizar o cálculo individual. Além disso, vários quesitos do Censo são compartilhados no nível domiciliar. Por isso o domicílio foi escolhido como unidade de análise. Além disso, adota-se o pressuposto de que o desenvolvimento de capacidades individuais é fortemente afetado pelo agregado domiciliar, como, por exemplo, o caso do nível de escolaridade dos membros adultos, que impacta as chances de escolarização das crianças; e a participação em atividades produtivas, que impacta o padrão de vida do conjunto.

2.2. Dimensões e indicadores

O IPM apresentado neste estudo é composto por 13 indicadores distribuídos pelas dimensões Educação, Saúde, Trabalho e Padrão de Vida, como apresentado no Quadro 1. De forma análoga ao que foi feito no IPM Global da OPHI, optou-se por atribuir pesos iguais para cada dimensão, ou seja, cada dimensão pode representar até $\frac{1}{4}$ ou 25% das privações observadas em um domicílio. Dentro de cada dimensão, também são atribuídos pesos iguais aos indicadores que a compõem. Nas dimensões Educação e Trabalho, cada indicador tem peso igual a 8,33%, o que equivale a 25% dividido por três, número de indicadores selecionados para cada uma dessas dimensões. A dimensão Padrão de Vida é composta por seis indicadores com peso de 4,17% cada e a dimensão saúde possui um único indicador que, sozinho, tem peso de 25%. Com esta escolha de distribuição igualitária dos pesos para as dimensões e internamente às dimensões, espera-se que os próprios dados descrevam qual ou quais as dimensões e/ou indicadores têm maior contribuição para explicar a pobreza.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e pesos do IPM-NIS.

DIMEN- SÃO	INDICADOR	QUEM É PRIVADO?	PESO (%)
Educação	Frequência Escolar	Domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 6 e 17 anos que não frequenta escola	8,33
	Distorção Idade-série	Domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 8 e 17 anos com 2 ou mais anos de idade acima do recomendado para a série/ano que está cursando	8,33
	Escolaridade	Domicílio no qual nenhum morador com 18 anos ou mais tenha completado o ensino fundamental	8,33
Saúde	Mortalidade Infantil	Domicílio em que ao menos uma criança de até 5 anos de idade tenha falecido no ano de referência.	25,00
Trabalho	Trabalho Infantil	Domicílio em que pelo menos uma criança de 10 a 15 anos estava trabalhando na semana de referência	8,33
	Desocupação	Domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais que estava desocupada no mês de referência	8,33
	Trabalho Informal	Domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais ocupado em posição informal (empregador, conta própria ou empregado sem carteira que não contribuía para a previdência)	8,33
Padrão de vida	Material do domicílio	Domicílio onde não foi utilizado material de alvenaria (com ou sem revestimento) para sua construção das paredes externas.	4,17
	Água	Domicílio onde não há abastecimento de água via rede geral de distribuição.	4,17
	Saneamento	Domicílio em que o esgoto do banheiro ou sanitário não é lançado em rede geral.	4,17
	Lixo	Domicílio cujo lixo não é coletado por serviço de limpeza.	4,17
	Densidade Morador/Dormitório	Domicílio com mais de 2 moradores por dormitório.	4,17
	Consumo	Domicílio sem máquina de lavar roupa	4,17

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

A dimensão Educação representa o desenvolvimento de capacidades relativas aos funcionamentos de conhecimentos e habilidades, que propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos (ALKIRE; SANTOS, 2010). O primeiro indicador, Frequência Escolar, identifica se as crianças do domicílio estão expostas a um ambiente de aprendizagem, mesmo que não seja possível mensurar a qualidade do ensino e o tipo de conhecimentos e habilidades obtidos. É considerado privado o domicílio em que pelo menos uma criança que deveria frequentar a escola de acordo com a legislação corrente (idade escolar de 6 a 17 anos, em 2010) não frequentava. Considera-se que um domicílio nesta situação reflete uma redução na chance de incremento dos conhecimentos e habilidades no conjunto do agregado domiciliar. Essa condição pode afetar particularmente outras crianças, mesmo que estas estejam frequentando a escola.

A Distorção Idade-série identifica se as crianças expostas ao ambiente de aprendizagem possuem um fluxo escolar inadequado, isto é, de atraso em relação ao que é esperado para a idade. De forma indireta, representa um desenvolvimento inconsistente da capacidade educacional e um risco de evasão e abandono futuros (RIBEIRO; CACCIAMALI, 2012). É considerado privado o domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 8 e 17 anos com 2 ou mais anos de idade acima do recomendado para a série/ano que está cursando. O recorte de 2 anos é o mesmo utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2004).

O indicador de anos de Escolaridade identifica de forma indireta e imperfeita o nível de conhecimentos e habilidades obtidos pelos membros adultos, uma vez que não é possível mensurar a qualidade da educação obtida e os tipos de conhecimentos e habilidades adquiridos (ALKIRE; SANTOS, 2010). É considerado privado o domicílio em que pelo menos um membro adulto, com 18 anos ou mais, não tenha completado o ensino fundamental. O corte neste nível de ensino representa uma aproximação de funcionamentos básicos como saber ler, escrever, contar e compreender informações. A opção por considerar pelo menos um membro, e não todos, parte da premissa de que o domicílio se beneficia se pelo menos um membro adulto alcança um nível de educação considerado adequado.

A dimensão Saúde representa o funcionamento de viver uma vida longa e saudável. É composta apenas pelo indicador de Mortalidade Infantil, que demonstra uma falha completa do funcionamento de saúde, já que a morte de uma criança é um evento que possui efeito negativo e extremo para o domicílio, sobretudo porque na maioria dos casos ocorre por causas evitáveis, como aquelas ocorridas por diarreia e doenças infecciosas ou por falta de acompanhamento adequado durante o período pré-natal (FRANÇA et al, 2017). É considerado privado

o domicílio em que pelo menos uma criança de 0 a 5 anos tenha falecido no ano de referência do Censo Demográfico. Este é o único indicador de saúde que pode ser construído a partir das perguntas do Censo Demográfico de 2010, o que representa uma limitação importante. Ressalta-se, porém, que outros indicadores incluídos na dimensão padrão de vida representam de forma indireta o funcionamento de viver uma vida longa e saudável, como será visto adiante⁴.

A dimensão Trabalho representa a capacidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos através de emprego pleno e trabalho decente. A importância de se discutir trabalho no contexto de pobreza relaciona-se tanto com acesso à renda do trabalho, entendendo sua importância para manutenção e reprodução da vida, tanto com o acesso a direitos, sendo que momentos de precarização das relações trabalhistas tendem a aumentar os níveis de pobreza, assim como o rebaixamento de salários e aumento do desemprego (BORGES; KRAYCHET, 2007). Ademais, o trabalho, muitas vezes, é entendido como uma possibilidade de saída da pobreza, já que implica em acesso à renda, à promoção da autonomia e à seguridade social (ALBUQUERQUE, 1995). Na presente proposta de IPM essa dimensão é composta por três indicadores.

O indicador de Trabalho Infantil identifica uma inserção precoce no mercado de trabalho, em um período em que a criança deveria estar dedicada a funcionamentos educacionais, recreacionais, de saúde, entre outros. É considerado privado o domicílio com pelo menos uma criança de 10 a 15 anos que estava trabalhando na semana de referência. O corte etário reflete a idade ativa mínima definida pelo Censo Demográfico (que é a mesma definida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT), de 10 anos, e a idade inicial em que um jovem deveria iniciar o ensino médio, de 15 anos⁵.

O indicador de Desocupação identifica a impossibilidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos, tendo em vista a vontade expressa pelo indivíduo na busca efetiva por trabalho. Como uma medida de privação domiciliar, reflete ainda a impossibilidade de transferência de recursos materiais ao agregado domiciliar, o que pode resultar em um rearranjo de distribuição do trabalho produtivo entre indivíduos que não querem ou que não deveriam

4 Os indicadores são os de Água, Saneamento Básico e Lixo. Os trabalhos de Vieira, Khun e Marin (2017) e Morais, Marin e Vieira (2018), inclusive, consideram estes indicadores como parte de uma dimensão denominada “saúde e condições sanitárias”.

5 No Brasil é proibido o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O ponto de corte estabelecido neste trabalho tem como pressuposto que, até os 15 anos, o desejável é que o jovem esteja dedicado ao funcionamento de educação sem precisar trabalhar, mesmo que aos 14 e 15 seja possível trabalhar como aprendiz.

trabalhar. É considerado privado o domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais desocupada no mês de referência do Censo Demográfico.

O Trabalho Informal, por sua vez, identifica a impossibilidade de desenvolvimento pleno de funcionamentos produtivos, considerando o exercício de um trabalho estável e com acesso a direitos trabalhistas e de seguridade social. Nesse sentido, reflete uma condição de insegurança. Como uma medida de privação domiciliar, reflete ainda a insegurança na transferência de recursos. É considerado privado o domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais ocupado em posição informal (empregador, conta própria ou empregado sem carteira de trabalho assinada) e que não contribuía para a previdência.

A dimensão Padrão de Vida, de maneira geral, considera indicadores que não são medidas diretas de funcionamentos, mas cuja presença no domicílio pode garantir o acesso a estes. Os indicadores selecionados representam meios objetivos para alcançar determinados funcionamentos, sendo mais adequados do que a renda, que pode ser utilizada para acessar bens e serviços que não são considerados de necessidade básica. Em geral, os indicadores dessa dimensão estão relacionados à satisfação de uma vida saudável em um ambiente com higiene, com acesso à água e alimentos seguros, com espaço adequado para a realização de atividades cotidianas e com possibilidade de exercer a privacidade. Em cada um dos indicadores, o domicílio é considerado privado se: o material utilizado para a construção das paredes externas não for de alvenaria (com ou sem revestimento); se não há abastecimento de água potável via rede geral de distribuição; se não há saneamento básico, isto é, o esgoto do banheiro ou sanitário não é lançado em rede geral; se o lixo não é coletado por serviço de limpeza; se a Densidade Morador/Dormitório é maior do que 2; e se não existe o item de consumo máquina de lavar – o ideal seria elencar uma lista de itens de consumo, porém, em função da compatibilização com o Censo Demográfico de 2020, só foi possível incluir o item máquina de lavar. Apesar disso, o item se mostrou relevante como elemento isolado para explicação da situação de pobreza multidimensional, como será mostrado nos resultados.

2.3. Cálculo do IPM

O método Alkire e Foster (2009) consiste em calcular, para cada caso ou observação (indivíduo, família, domicílio), uma pontuação de privação dada pela soma ponderada dos indicadores selecionados. Organizando os dados em uma matriz com as linhas representando as observações (ou casos) e as colunas representando os indicadores (ou variáveis), temos a representação do Quadro 2.

Quadro 2 – Organização da matriz de dados.

Indicador/Variável (j)	V_1	V_2	...	V_m	SPP
Observação (i)					
O_1	$p_{1,1}$	$p_{1,2}$...	$p_{1,m}$	SPP_1
O_2	$p_{2,1}$	$p_{2,2}$...	$p_{2,m}$	SPP_2
...
O_n	$p_{n,1}$	$p_{n,2}$...	$p_{n,m}$	SPP_n

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Inicialmente, a cada célula indicadora de privação, $p_{i,j}$, é atribuído o valor zero, $p_{i,j}=0$, em caso de ausência de privação da observação O_i no indicador V_j e o valor 1, $p_{i,j} = 1$, para presença de privação. A cada observação O_i será atribuída uma Soma de Privações Ponderadas (SPP_i) dada pela expressão $SPP_i = p_{i,1} \cdot W_1 + p_{i,2} \cdot W_2 + \dots + p_{i,m} \cdot W_m$ em que W_j é o peso de cada indicador j , definido previamente, de tal forma que $W_j > 0$ para todo $1 \leq j \leq m$. O valor de SPP_i pode variar no intervalo de zero a um, ou seja, $0 \leq SPP_i \leq 1$. Note, ainda, que quanto mais privações forem identificadas na observação O_i mais próxima de um estará a sua Soma de Privações Ponderadas, SPP_i .

Para identificar se alguma observação é pobre multidimensional, define-se um ponto de corte da pobreza, indicado por K . Assim, quando $SPP_i \geq K$ a observação O_i é considerada pobre multidimensional. Neste estudo, é considerada pobre multidimensional aquela observação com privações em pelo menos um terço dos indicadores, ou seja, $K = 0,3333$ (ou 33,33%). Esta escolha acompanha o ponto de corte sugerido pela OPHI para o IPM Global (ALKIRE; SANTOS, 2010) e por alguns estudos brasileiros (MDS, 2014; FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016).

O IPM é representado por três medidas:

- A *Incidência* da pobreza (**IC**) ou *Headcount* (**H**): é a proporção de pobres multidimensionais na população, dada pelo quociente entre o Número de Pobres **NP**, identificados a partir do corte da pobreza estabelecido, e o número total de habitantes **N**, isto é,

$$IC = \frac{NP}{N}.$$

- A *Intensidade* da pobreza (**IT**) ou *Amplitude* (**A**): é a pontuação média de privação entre os pobres multidimensionais, isto é, em quantos indicadores ponderados os pobres são privados em média. É dada pela soma das proporções de privação de cada domicílio pobre, dividido pelo Número de Domicílios Pobres (NDP):

$$IT = \frac{\sum_{i=1}^n SPP_i}{NDP}, \text{ onde}$$

SPP_i é a Soma das Privações Ponderadas na observação O_i

NDP é o Número de Domicílios Pobres

- O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ou *Incidência Ajustada*: é a proporção de privações do conjunto da população pobre em relação ao total de privações que toda a população poderia sofrer. É dado pelo produto entre Incidência e Intensidade: **IPM = IC · IT**. O valor da incidência ajustada, ou IPM, é maior e tanto mais próximo da incidência absoluta, quanto maior é a intensidade média, isto é, quanto maior é o número de indicadores em que os domicílios são privados. Intuitivamente, quando **IPM = IC** todos os pobres multidimensionais são privados em todos os indicadores. Ressalta-se que esta não é uma medida de razão matemática, possuindo uma característica ordinal (hierárquica). Nesse sentido, não é possível identificar o quanto um caso é mais ou menos pobre na comparação com outro, mas é possível ranquear do menor para o maior valor.

A pontuação da privação, isto é, a intensidade, também foi utilizada para identificar estados de vulnerabilidade multidimensional, ou seja, quando o domicílio vivencia o risco de cair na pobreza (HAUGHTON; KHANDKER, 2009) dado o acúmulo de privações, em menor intensidade. A OPHI (2019) estabeleceu o intervalo de privação de 20% a 33,32% para vulnerabilidade. Neste estudo foi definido o corte de acima de 25%, tendo em vista que para um domicílio ser considerado vulnerável é necessário acumular privações que correspondam, pelo menos, a

uma dimensão e mais um indicador. Note-se que a relação entre pobreza e vulnerabilidade é tênue. De toda forma, a vulnerabilidade envolve privações, porém estas são menos intensas que as sofridas pelos indivíduos pobres.

2.4. Comparação do IPM com as linhas de indigência e pobreza

A utilização da renda como forma de mensuração da pobreza absoluta ainda é de extrema relevância no Brasil, tendo em vista a relação do fenômeno com a persistência da desigualdade estrutural de renda (BARROS *et al*, 2006; ROCHA, 2006). Além disso, a utilização do IPM não significa o abandono da noção de pobreza monetária, sendo recomendável e viável uma análise complementar com indicadores de renda (ALKIRE; SANTOS, 2010). A análise comparada da pobreza mensurada via IPM com a mensurada via renda se justifica pela forma como usualmente a pobreza é vista no Brasil e sabendo que a abordagem aqui utilizada é diferente das linhas de indigência e pobreza ao tratar a fenômeno com relação a várias dimensões, sem utilizar a renda. Para tanto, foi calculada a incidência de pobreza segundo as linhas de indigência e pobreza, a partir da renda domiciliar *per capita* informada no Censo Demográfico de 2010. Os pontos de corte para identificação das linhas foram os mesmos estabelecidos pelo ChildFund Brasil, de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (R\$127,50) para a linha de indigência e até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$255,00) para a linha de pobreza. A incidência é dada pelo quociente entre o número de domicílios identificados como indigentes e/ou pobres em relação ao total.

2.5. Escalas espaciais de análise do IPM-NIS

O Brasil enquanto unidade territorial política tem proporções continentais. Sendo assim, tanto o IPM quanto outros índices e fenômenos estão sujeitos a uma grande variação, pois a realidade do território brasileiro é diversa. A análise focada apenas nos dados gerais pode deixar de evidenciar importantes características do fenômeno relacionadas à sua espacialidade. Por meio da análise do espaço geográfico é possível evidenciar padrões e diferenças presentes nos dados sob outra perspectiva.

Considerando isso, o IPM (e seus componentes, isto é, incidência, intensidade e incidência ajustada) foi calculado separadamente em quatro escalas geográficas de análise: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Ressalta-se que o valor calculado para uma escala superior não representa uma média dos casos da escala inferior. Por exemplo, a incidência de pobreza da região Sul não é dada pela média das incidências entre Paraná, Santa

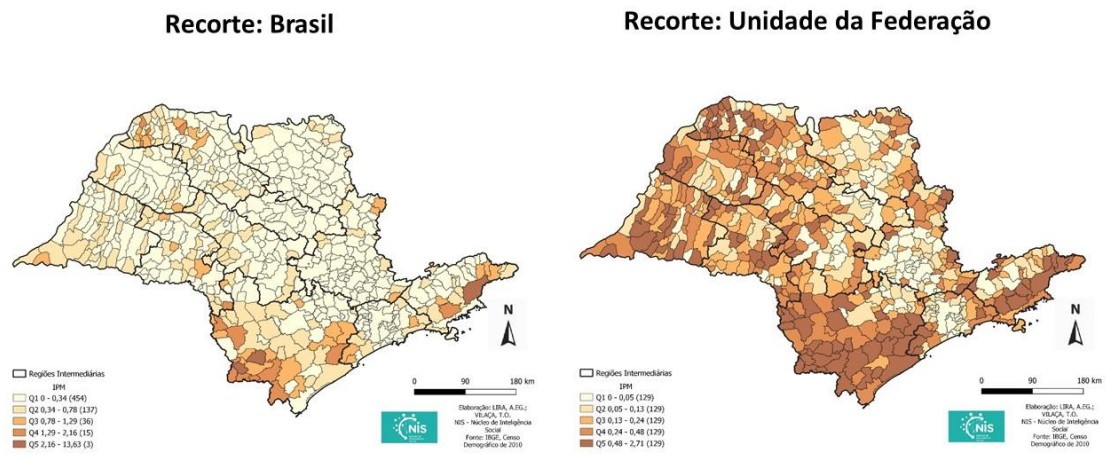
Catarina e Rio Grande do Sul. A mesma é calculada separadamente considerando o conjunto dos domicílios de toda a região. Da mesma forma, a incidência do Paraná não é a média dos municípios do estado, e sim o percentual de domicílios pobres de todo o estado.

Especificamente para análise na escala municipal, foi realizada a espacialização do IPM. A partir dessa escala, foi realizado o mapeamento em três recortes espaciais distintos: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. O recorte nacional aborda a totalidade dos 5.565 municípios do país em 2010. Já os recortes regional e estadual focalizam os municípios pertencentes a cada Grande Região e UF, respectivamente.

Em todos os casos a informação representada é a da incidência ajustada, isto é, o valor do IPM na escala municipal. A análise é feita pela distribuição do IPM por quintil, sendo que o primeiro quintil (Q1) apresenta os 20% menores valores e o último quintil (Q5) os 20% maiores dentro do recorte específico. Levando em conta que foram escolhidos três diferentes recortes, um mesmo município foi classificado três vezes de forma diferente, de acordo com os recortes nacional, regional e estadual.

A Figura 1 evidencia essa diferença a partir de um exemplo dos municípios do estado de São Paulo. No primeiro mapa, temos os casos classificados de acordo com a distribuição por quintil do IPM de todos os municípios do país. Já no segundo, a classificação foi feita considerando a distribuição por quintil do IPM apenas dos municípios do próprio estado. Observa-se que, segundo o recorte nacional, há predominância de baixa incidência (ajustada) de pobreza, na comparação com o restante do país. O que é verificado pela coloração correspondente ao primeiro e ao segundo quintil. No recorte estadual é possível ver os padrões de distribuição da pobreza multidimensional comparando os municípios do estado entre si.

Figura 1 – Comparação da distribuição espacial do IPM na escala municipal nos recortes Brasil e Unidade da Federação. São Paulo, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

3. Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação do IPM – NIS. O tópico 3.1 aborda os resultados gerais para o Brasil, levando-se em conta o total dos domicílios e os recortes de domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Ainda nesse tópico são apresentados os dados descritivos sobre vulnerabilidade. O tópico 3.2 apresenta os resultados gerais segundo Grande Região e Unidade da Federação. O tópico 3.3 é dedicado aos resultados do IPM-NIS em nível municipal, em que a análise é feita através de espacialização. O tópico 3.4 visa especificar a contribuição de cada indicador para a explicação da pobreza. Além disso, é apresentada a quantidade de domicílios captados como privados em cada indicador, diferenciando os pobres multidimensionais, os vulneráveis e os não pobres e vulneráveis. No tópico 3.5, alguns resultados são decompostos em subgrupos populacionais por meio de atributos como sexo, faixa etária, raça/cor da pele, espécie de domicílio (urbano/rural) e porte populacional. Por fim, o tópico 3.6 realiza uma análise comparativa entre o IPM-NIS e as linhas de indigência e pobreza.

3.1. Resultados gerais para o Brasil

Como explicitado no capítulo metodológico, para identificação de um domicílio como pobre multidimensional foi adotado como linha de corte o percentual de 33,33% de privações ponderadas nos indicadores que compõem o IPM-NIS. Posteriormente são calculados, a partir de uma unidade espacial de interesse (Município, Unidade da Federação, Grande Região, País), a incidência (IC) e a intensidade (IT). A incidência é a razão entre os domicílios identificados como pobres multidimensionais e o número total de domicílios no recorte espacial em questão. Já a intensidade é relativa à média ponderada das privações vividas pelos pobres em um mesmo recorte. O produto das duas medidas (IC x IT) resulta no valor IPM, que é a incidência da pobreza ajustada pela intensidade.

Os resultados gerais para as três medidas em todo o Brasil estão disponíveis na Tabela 1. Os dados são trabalhados em três recortes populacionais: total de domicílios, domicílios com crianças de 0 a 11 anos e domicílios apenas com pessoas com mais de 11 anos. O recorte etário de 0 a 11 anos está em consonância com os objetivos do projeto e critérios determinados pelo CHILDFUND, ao passo que os domicílios fora desse recorte são analisados para efeito de comparação.

Do total de 58.051.449 domicílios do Brasil, em 2010, foram identificados, através do IPM-NIS, 1.075.360 pobres multidimensionais, o equivalente a 1,85%. Em domicílios com crianças de 0 a 11 anos o número observado foi de 580.693 em um total de 23.051.138 (2,52%), e em domicílios sem crianças, 494.667 em um total de 35.000.311 (1,41%). Estes valores percentuais indicam a incidência do fenômeno, ou seja, qual a representatividade dentro de seu recorte específico. Sendo assim, fica explícito que a incidência de pobreza em domicílios com crianças era maior do que a observada para o total brasileiro e para o recorte sem crianças.

Tabela 1 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Brasil, 2010.

Componentes do IPM	Total	COM crianças de 0 a 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	58.051.449	23.051.138	35.000.311
Domicílios não pobres	56.976.089	22.470.446	34.505.644
Domicílios pobres	1.075.360	580.693	494.667
Incidência (%)	1,85	2,52	1,41
Intensidade (%)	34,98	35,31	34,59
Incidência ajustada (IPM)	0,65	0,89	0,49

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Ao abordar a intensidade das privações foi observado que, em relação ao total de domicílios, ela foi de 34,98%. Já referente ao recorte com crianças ela foi de 35,31% e no recorte sem crianças, 34,59%. Desta forma se verifica que os domicílios com crianças conviviam com maior intensidade de privações quando comparados à totalidade dos pobres multidimensionais. Ressalta-se, porém, que a diferença entre os recortes era muito pequena, sugerindo uma homogeneidade em termos do quantitativo médio da soma ponderada das privações, a qual, inclusive, é muito próxima do corte de pobreza estabelecido.

Após o exame da incidência e da intensidade, aborda-se o valor final do IPM (ou da incidência ajustada). Considerando o total de domicílios no Brasil em 2010, o IPM era 0,65. Esse valor pode ser lido como a quantidade de privações vivenciada pelos domicílios pobres em relação ao total de privações que o país poderia enfrentar se todos os domicílios fossem privados em todas as dimensões. Intuitivamente, se todos os domicílios pobres multidimensionais fossem privados em todos os indicadores, o valor do IPM seria igual ao da incidência, isto é, 1,85. O valor do IPM do Brasil para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos foi de 0,89 e para

os domicílios sem crianças, 0,49. Nota-se que o resultado foi fortemente afetado pela incidência, uma vez que a intensidade era semelhante em todos os recortes analisados.

Outra categoria de análise foi definida pelo corte referente a vulneráveis multidimensionais. São considerados vulneráveis domicílios que atingiram acima de 25% a 33,32% de privações. A Tabela 2 detalha os resultados para o Brasil no ano de 2010. Estão organizados, em suas colunas, os dados referentes a domicílios, pessoas, crianças de 0 a 11 anos e pessoas acima de 11 anos. Em suas linhas são especificados quantos destes eram pobres multidimensionais, vulneráveis, a soma das duas categorias, os casos que não eram pobres nem vulneráveis e o total.

Em 2010, no Brasil, 4.442.554 (7,7%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 5.517.913 (9,5%). Em relação às pessoas residentes no país, havia um total de 21.187.855 (11,1%) casos, sendo 4.494.757 (2,4%) de pobres e 16.693.098 (8,8%) de vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 1.165.276 (3,3%) pobres e 3.672.946 (10,3%) vulneráveis, perfazendo um total de 4.838.222 (13,6%). Já as pessoas acima de 11 anos eram 16.349.633 (10,5%) casos, conformados por 3.329.481 (2,1%) pobres e 13.020.152 (8,4%) vulneráveis. Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total brasileiro.

Tabela 2 – Domicílios, pessoas, crianças de 0 a 11 anos e pessoas acima de 11 anos, segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Brasil, 2010.

	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos		Pessoas acima de 11 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	1.075.360	1,9	4.494.757	2,4	1.165.276	3,3	3.329.481	2,1
Vulneráveis multidimensionais	4.442.554	7,7	16.693.098	8,8	3.672.946	10,3	13.020.152	8,4
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>5.517.913</i>	<i>9,5</i>	<i>21.187.855</i>	<i>11,1</i>	<i>4.838.222</i>	<i>13,6</i>	<i>16.349.633</i>	<i>10,5</i>
Não pobres e vulneráveis	52.533.536	90,5	169.567.944	88,9	30.791.213	86,4	138.776.730	89,5
Total	58.051.449	100	190.755.799	100	35.629.436	100	155.126.363	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

3.2. Resultados nas escalas regional e estadual

Nesta seção serão analisados os resultados obtidos com a aplicação do IPM-NIS para as Grandes Regiões, Unidades da Federação e o Distrito Federal. Os cálculos de incidência (IC), intensidade (IN) e incidência ajustada (IPM) foram feitos considerando cada escala geográfica de análise em separado. Nesse sentido, os valores de uma Grande Região não representam a média dos estados que a compõem, e sim a totalidade dos domicílios da região. Os resultados das três medidas são apresentados na Tabela 3, que também contém o número de domicílios pobres e a distribuição percentual em relação ao total do Brasil.

No que se refere à incidência da pobreza, o maior valor, dentre as Grandes Regiões, foi observado no Norte, onde 7,4% dos domicílios eram pobres multidimensionais, em 2010. Trata-se de um valor expressivo se comparado com a segunda região de maior valor, o Nordeste, onde a incidência foi de 2,7%. As outras três regiões apresentaram valores inferiores ao do total do Brasil, sendo 1,52% no Centro-Oeste, 1,50% no Sul e 0,66% no Sudeste. Entre as Unidades da Federação, os maiores valores também foram vistos no interior da região Norte, sendo que o Pará foi o estado com a maior incidência do país, 9,21%. Na sequência, aparecem: Rondônia (7,55%), Acre (7,22%), Amazonas (6,59%), Amapá (4,74%) e Roraima (3,97%). No restante do país, destacam-se o Maranhão (5,51%) e o Piauí (3,23%). Por outro lado, os estados com as menores incidências foram o Distrito Federal (0,25%), São Paulo (0,27%) e Rio de Janeiro (0,40%). O restante dos estados tiveram valores variando em torno de 1,3% e 3%.

Em relação à intensidade da pobreza, os valores estavam concentrados em torno de 34% a 36%, o que sugere uma vivência do fenômeno muito homogênea, em termos quantitativos, na comparação entre as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Apesar disso, verificaram-se intensidades um pouco mais altas na região Norte como um todo e em seus respectivos estados e no Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal. Salvo algumas exceções, na maioria dos estados a intensidade era maior em localidades com maior incidência de pobreza. Ressalta-se, no entanto, que a correlação entre as duas medidas é baixa, o que se explica, como apontado acima, pela distribuição concentrada da intensidade. É preciso considerar ainda, que a explicação da pobreza pode variar de uma localidade para a outra, isto é, mesmo a intensidade sendo semelhante, o peso de cada indicador pode ser diferente, aspecto que será abordado no tópico 3.4.

Tabela 3 – Pobreza multidimensional por Grade Região e Unidade da Federação. Brasil, 2010.

	Incidência	Intensidade	IPM	Nº domicílios pobres	Distribuição %
Brasil	1,85	34,98	0,65	1.075.360	100,00
Norte	7,40	35,70	2,64	297.865	27,70
Rondônia	7,55	35,69	2,69	35.354	3,29
Acre	7,22	35,77	2,58	13.986	1,30
Amazonas	6,59	35,78	2,36	53.179	4,95
Roraima	3,97	35,44	1,41	4.680	0,44
Pará	9,21	35,75	3,29	173.011	16,09
Amapá	4,74	35,27	1,67	7.517	0,70
Tocantins	2,52	34,71	0,87	10.138	0,94
Nordeste	2,70	34,76	0,94	405.924	37,75
Maranhão	5,51	35,38	1,95	91.491	8,51
Piauí	3,23	34,56	1,12	27.577	2,56
Ceará	2,34	34,65	0,81	55.761	5,19
Rio Grande do Norte	1,56	34,73	0,54	14.166	1,32
Paraíba	2,60	34,61	0,90	28.362	2,64
Pernambuco	2,03	34,55	0,70	52.247	4,86
Alagoas	2,44	34,72	0,85	20.733	1,93
Sergipe	2,42	34,71	0,84	14.390	1,34
Bahia	2,45	34,48	0,85	101.197	9,41
Sudeste	0,66	34,22	0,23	169.655	15,78
Minas Gerais	1,51	34,06	0,51	92.168	8,57
Espírito Santo	1,91	34,16	0,65	21.239	1,98
Rio de Janeiro	0,40	34,40	0,14	21.456	2,00
São Paulo	0,27	34,58	0,09	34.791	3,24
Sul	1,50	35,14	0,53	134.818	12,54
Paraná	1,69	35,39	0,60	56.469	5,25
Santa Catarina	1,53	35,19	0,54	30.733	2,86
Rio Grande do Sul	1,30	34,81	0,45	47.617	4,43
Centro-Oeste	1,52	34,74	0,53	67.098	6,24
Mato Grosso do Sul	1,74	34,90	0,61	13.516	1,26
Mato Grosso	2,81	35,18	0,99	26.226	2,44
Goiás	1,33	34,15	0,45	25.379	2,36
Distrito Federal	0,25	35,31	0,09	1.977	0,18

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

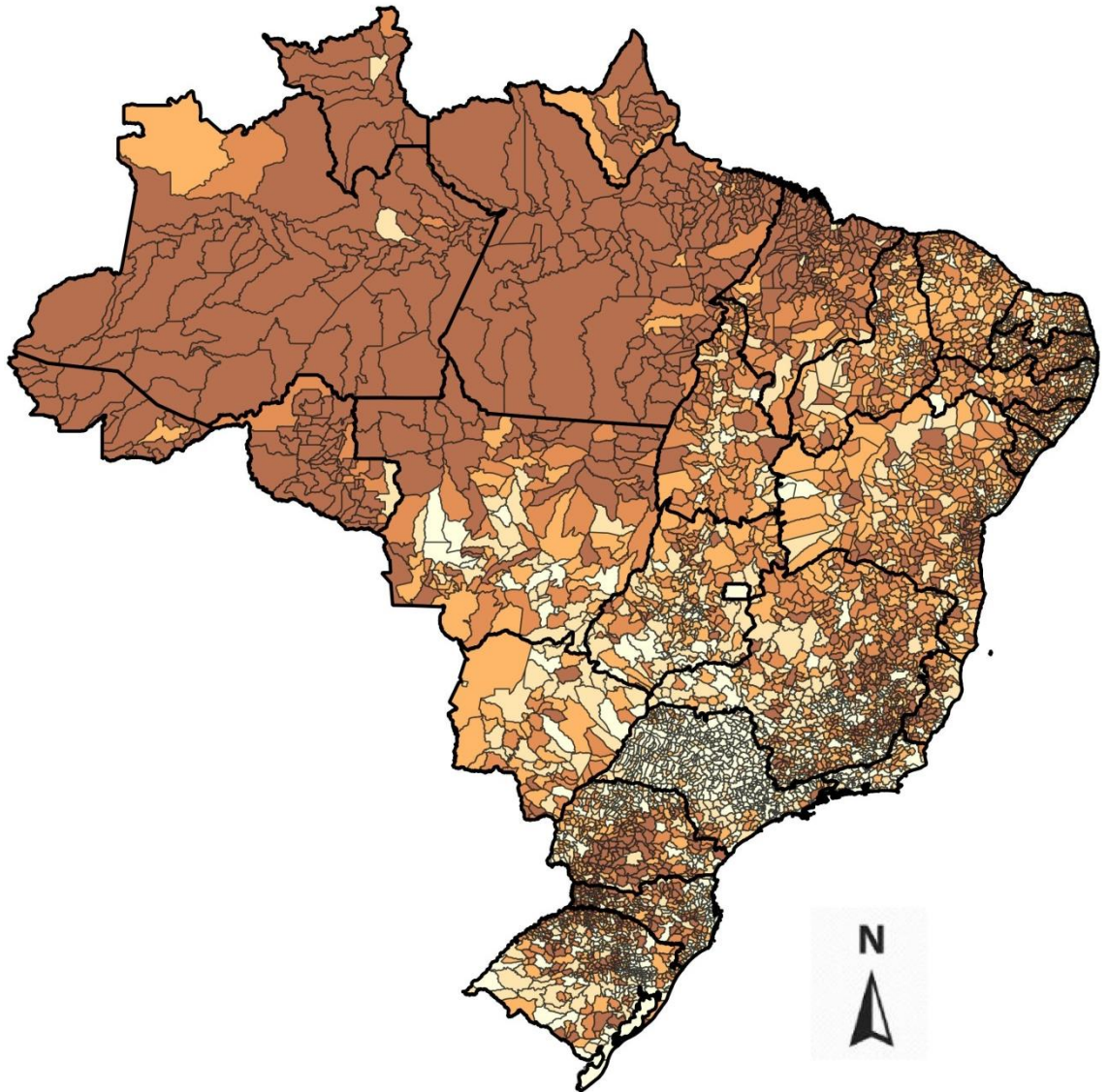
Em termos da distribuição dos domicílios pobres multidimensionais do país, a maioria se localizava nas regiões Norte e Nordeste. A primeira região possuía 297.865 domicílios pobres, o correspondente a 27,7% do total do país. Apenas o estado do Pará possuía 173.011 domicílios na pobreza, 16,09% do total. No Nordeste eram 405.924 pobres, ou 37,75%. Também podem ser destacados com elevados números de pobres multidimensionais os estados da Bahia (9,41%), Minas Gerais (8,57%), Maranhão (8,51%), Paraná (5,25%), Ceará (5,19%) e Pernambuco (4,86%). Com exceção do Maranhão, estes estados tinham um grande volume de pobres não pela incidência da pobreza, mas porque eram estados muito populosos. Este é um aspecto importante, pois a participação relativa destes estados na pobreza do país era muito relevante, a despeito de uma baixa incidência em seu interior.

3.3. Resultados na escala municipal

Este tópico apresenta os resultados do IPM-NIS na escala municipal. Como foi mencionado anteriormente, o IPM foi calculado separadamente para cada município. Como é inviável apresentar os resultados individualmente, serão usados mapas para comparação entre eles e observação de padrões espaciais. Os dados foram tratados por meio da classificação da incidência ajustada (IPM) em quintis. Primeiramente, será analisado o mapa de todo o Brasil, em que a distribuição por quintis é feita considerando a totalidade dos municípios do país no ano de 2010. Em seguida, serão apresentados mapas no recorte das Grandes Regiões, sendo que a distribuição por quintis respeita a totalidade dos municípios no interior de cada região. Isso significa que um mesmo município pode se localizar em diferentes quintis, a depender do recorte. Por isso ocorre uma variação da coloração nos mapas. Também foi realizada a espacialização considerando o recorte das Unidades da Federação, o que será apresentado no capítulo 4.

O Mapa 1 apresenta o IPM-NIS no nível municipal considerando a totalidade dos municípios do Brasil, em 2010. Pelo menos três padrões espaciais distintos foram observados considerando este recorte. O primeiro se localizava na Região Norte do país, sendo composto pelos estados desta região, com exceção do Tocantins, acrescido da porção Norte do estado do Mato Grosso e porção Norte do estado do Maranhão. Este padrão representava a área mais pobre do país, com a maioria dos municípios com IPM situados entre o quarto e quinto quintil da distribuição, isto é, os 40% mais pobres.

Mapa 1 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Brasil, 2010.



□ Unidades da Federação

IPM

- Q1 0 - 0,34 (1113)
- Q2 0,34 - 0,78 (1113)
- Q3 0,78 - 1,29 (1113)
- Q4 1,29 - 2,16 (1113)
- Q5 2,16 - 13,63 (1113)

0 500 1000 km



Elaboração: LIRA, A.E.G.;
VILAÇA, T.O.
NIS - Núcleo de Inteligência
Social
Fonte: IBGE, Censo
Demográfico de 2010

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

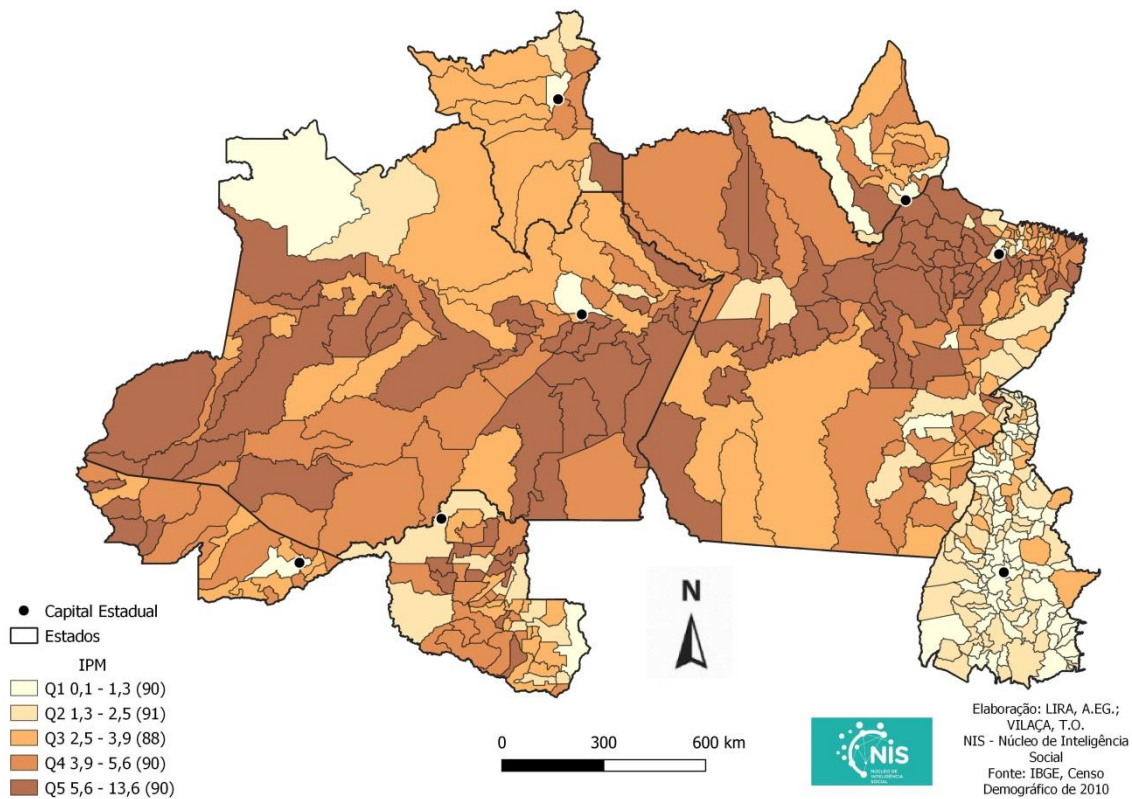
O segundo padrão era composto pelo maior número de municípios do país, abarcando os demais estados do Nordeste (com exceção de algumas áreas litorâneas), a porção Centro-Sul do Mato Grosso, o Norte e o Triângulo de Minas Gerais e os estados do Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Podem ser incluídos neste padrão, ainda: a região Central do Paraná, parte do estado de Santa Catarina (com exceção do Leste Catarinense), e Noroeste do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que a variação do IPM dos municípios deste recorte era grande, mas em conjunto formam uma mancha de coloração parecida que representava valores de IPM variando entre o segundo e o quarto quintis.

O terceiro padrão era composto pelas demais áreas, sendo possível observar uma faixa mais evidente na região Centro-Sul de Minas Gerais, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e no Noroeste do Paraná. De maneira geral, também podem ser incluídas as capitais estaduais (com exceção dos estados da região Norte) e o Distrito Federal. Trata-se de um padrão com municípios de menor IPM do país, localizados, em maioria, no primeiro quintil da distribuição.

Os Mapas de 2 a 6 apresentam o IPM no nível municipal considerando o recorte das Grandes Regiões – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente. A classificação por quintis é feita a partir da distribuição dos valores dos municípios componentes de cada recorte regional, e não mais da distribuição de todos os municípios do país.

Iniciando pela região Norte, observa-se no Mapa 2, que os estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia, sobretudo os dois primeiros, concentravam a maior parte dos municípios pertencentes ao quarto e ao quinto quintil, isto é, aqueles com maior incidência (ajustada) de pobreza multidimensional. Roraima tinha grande parte de seus municípios localizados no terceiro quintil. O Amapá apresentava um padrão heterogêneo. Os municípios dos estados do Tocantins estavam concentrados especialmente entre o primeiro e segundo quintil, destacando-se do restante da região. As capitais estaduais de Rio Branco (AC), Manaus (AM), Macapá (AP), Boa Vista (RR), Palmas (TO) e Belém (PA) estavam no primeiro quintil. Apenas Porto Velho (RO), dentre as capitais, estava no segundo quintil.

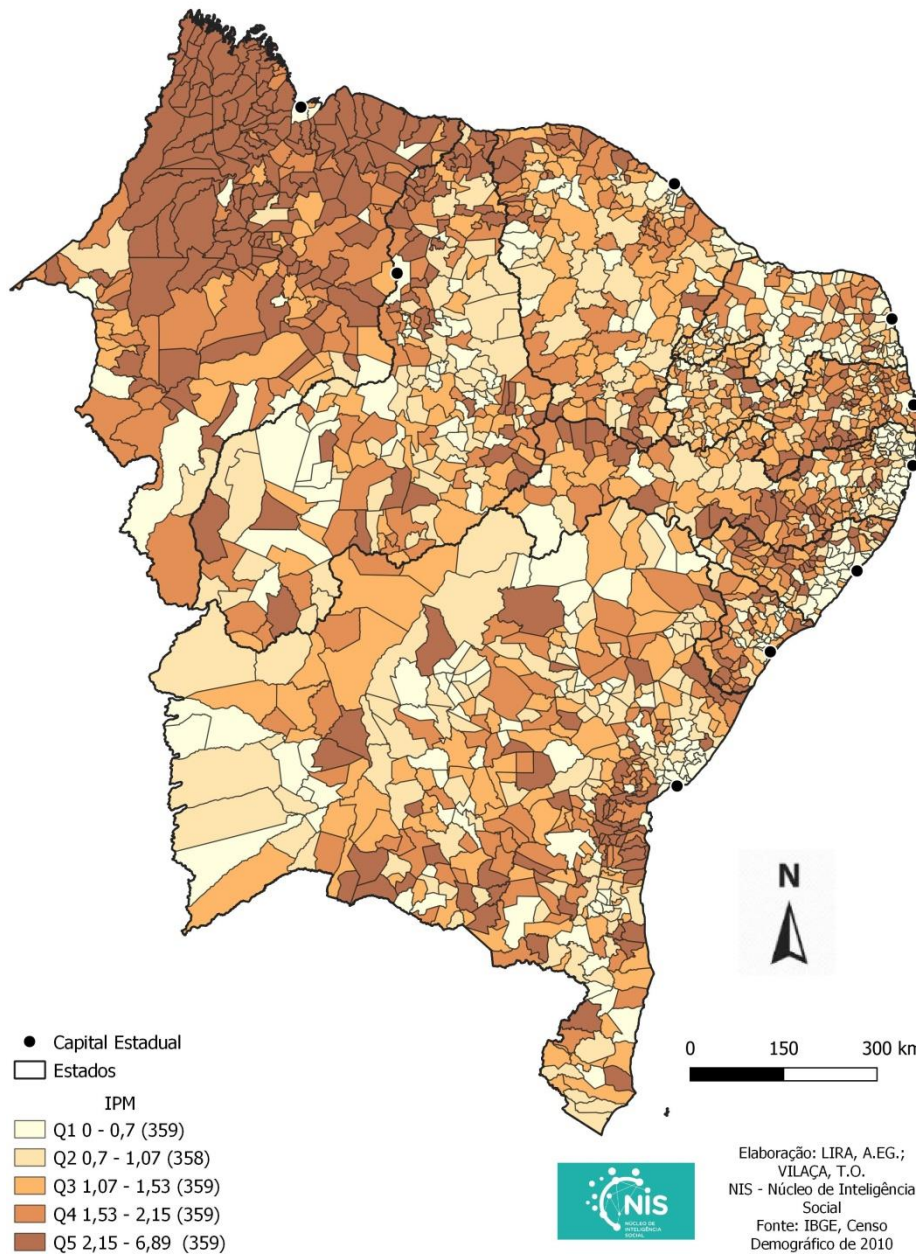
Mapa 2 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Norte, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Na região Nordeste, conforme pode ser visto no Mapa 3, o estado do Maranhão se destacava por possuir os municípios com valores mais altos de IPM da região, localizados no quarto e quinto quintil da distribuição – especialmente na porção Noroeste do estado. Esse padrão com os maiores IPM também ocorria com mais frequência nos estados da Paraíba e Sergipe e nas áreas não litorâneas de Pernambuco e Alagoas. Os estados do Ceará, Piauí e Bahia descreviam um perfil heterogêneo, com municípios localizados aleatoriamente ao longo de toda a distribuição por quintis. O Rio Grande do Norte se destacava por possuir grande parte dos municípios pertencente ao primeiro quintil, o que também se verificava nas faixas litorâneas de Alagoas e Pernambuco e em todas as capitais estaduais.

Mapa 3 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Nordeste, 2010



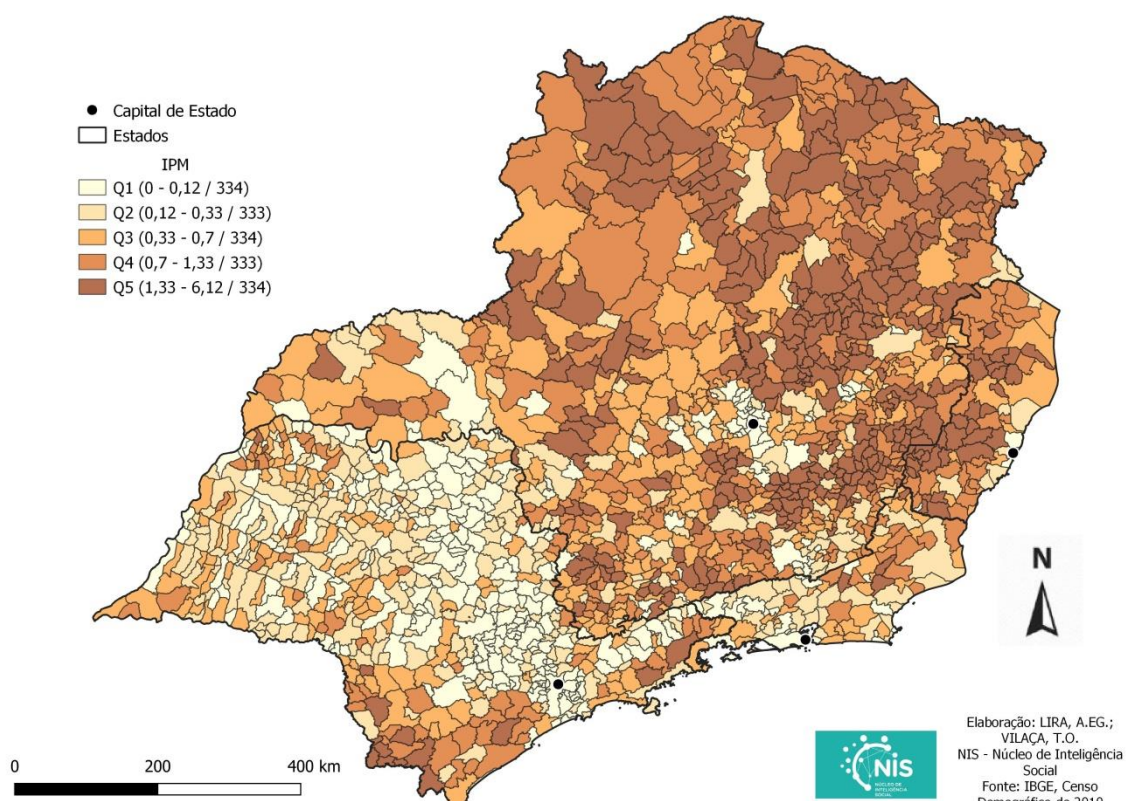
Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Mapa 4 apresenta a distribuição municipal do IPM da região Sudeste. É possível observar que Minas Gerais e Espírito Santo possuíam um padrão semelhante, concentrando os municípios com os maiores valores de IPM da região (entre o terceiro e o quinto quintil da distribuição). Note-se, inclusive, que este padrão era contínuo na região fronteira entre os dois estados. Porém, por Minas Gerais ser um estado de grande extensão territorial, não é possível afirmar que o padrão era similar em sua totalidade. A região do Triângulo Mineiro

apresentava valores intermediários (terceiro quintil) e o entorno da capital Belo Horizonte, valores mais baixos de IPM (primeiro quintil).

Já em relação ao Rio de Janeiro, verifica-se um padrão de valores intermediários (similar ao que foi visto no Triângulo Mineiro), sendo que a região Serrana descrevia valores mais altos (quarto e quinto quintil) e o entorno da capital, valores mais baixos (primeiro quintil). Os municípios do estado de São Paulo estavam majoritariamente localizados no primeiro e segundo quintil da distribuição da região. Porém, há um padrão que se distingue localizado no litoral Sul (região de Registro) e no litoral Norte (região de São José dos Campos), em que predominavam valores de IPM nos quintis quatro e cinco.

Mapa 4 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Sudeste, 2010.

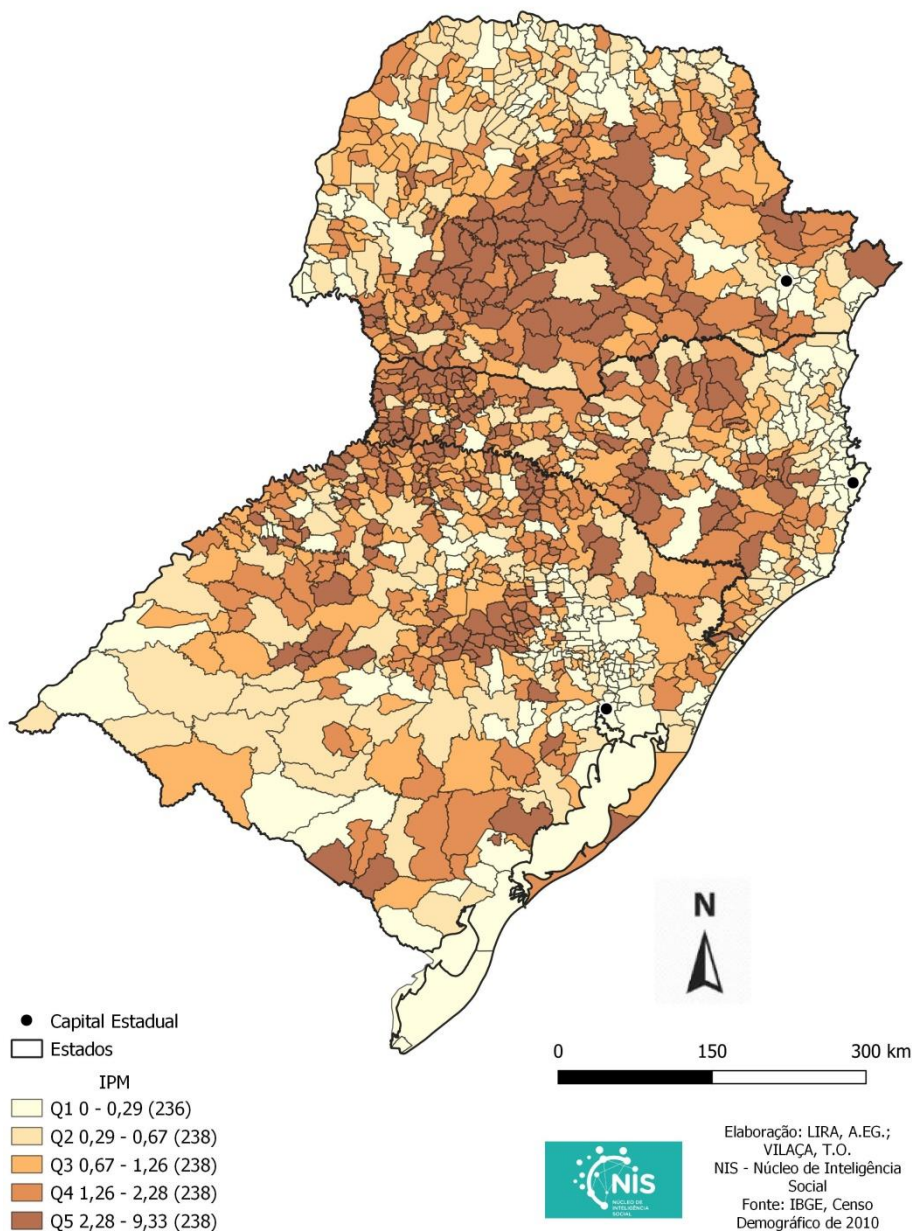


Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Na Região Sul, conforme o Mapa 5, podemos notar um padrão heterogêneo. A porção Centro-Sul do Paraná, o Centro-Oeste de Santa Catarina e o Norte e parte do Centro do Rio Grande do Sul, concentravam as áreas mais pobres, com municípios localizados majoritariamente no quinto e quarto quintil. É possível observar que este padrão apresentava continuidade espacial, independente das fronteiras políticas dos estados. O Noroeste do Paraná, juntamente com a faixa litorânea de Paraná e Santa Catarina e o Sul do Rio Grande do Sul eram

áreas cujos municípios estavam predominantemente no primeiro, segundo e terceiro quintil. As capitais estaduais de Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) estavam no primeiro quintil e seus arredores seguiam este padrão.

Mapa 5 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Sul, 2010.

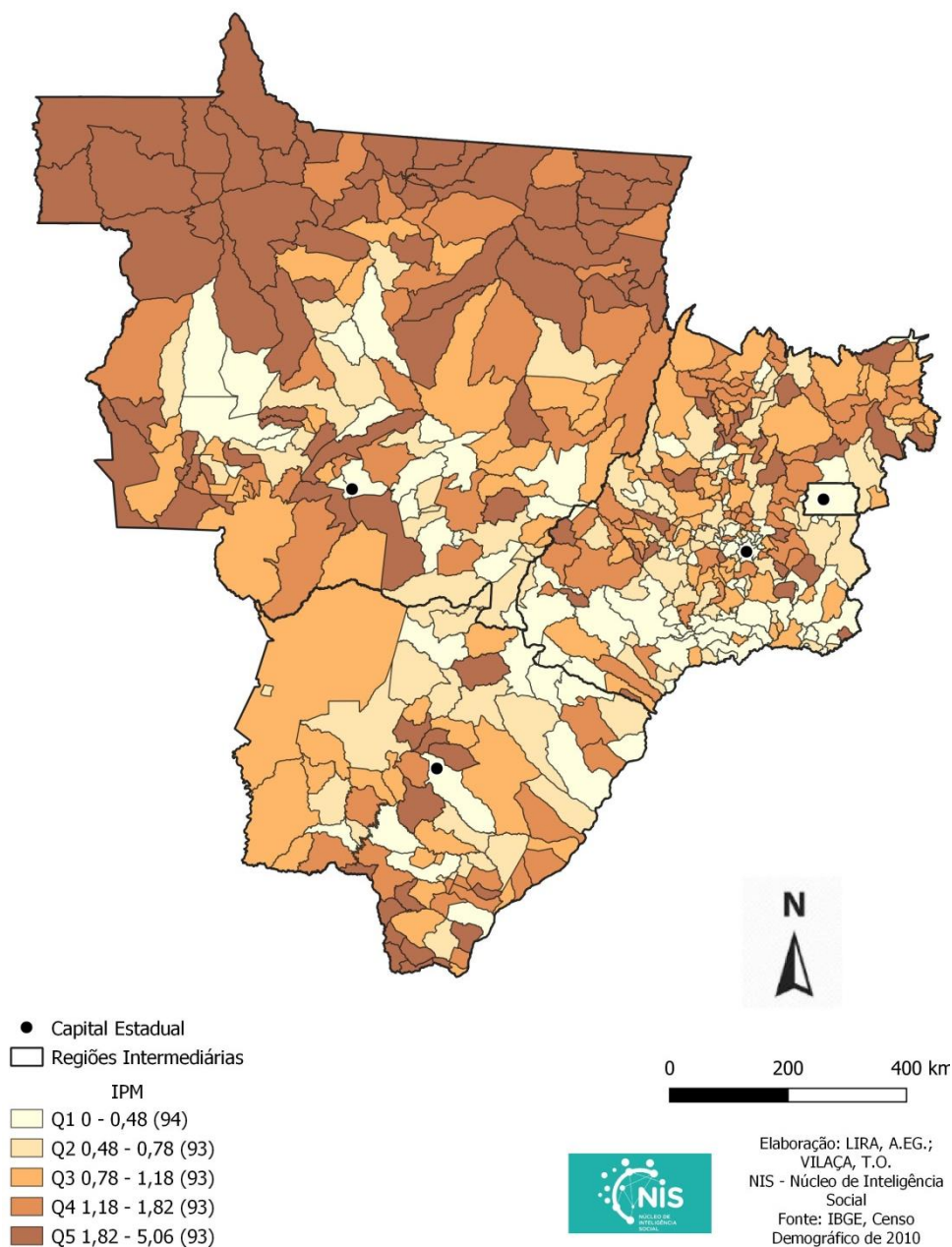


Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

A região Centro-Oeste não apresentava padrões espaciais distintos em seu interior. Como pode ser observado no Mapa 6, a distribuição da incidência ajustada era heterogênea, variando aleatoriamente entre os cinco quintis. A única exceção é em relação à porção Norte do Mato Grosso, que apresentava os maiores valores da região (quarto e quinto quintis), se-

guindo o mesmo padrão observado na região Norte. Os valores do IPM de Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Distrito Federal e Goiânia (GO) encontravam-se no primeiro quintil. Os municípios adjacentes a Cuiabá e Campo Grande não seguiam a mesma tendência, o que já ocorria nos entornos do Distrito Federal e de Goiânia.

Mapa 6 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Região Centro-Oeste, 2010.



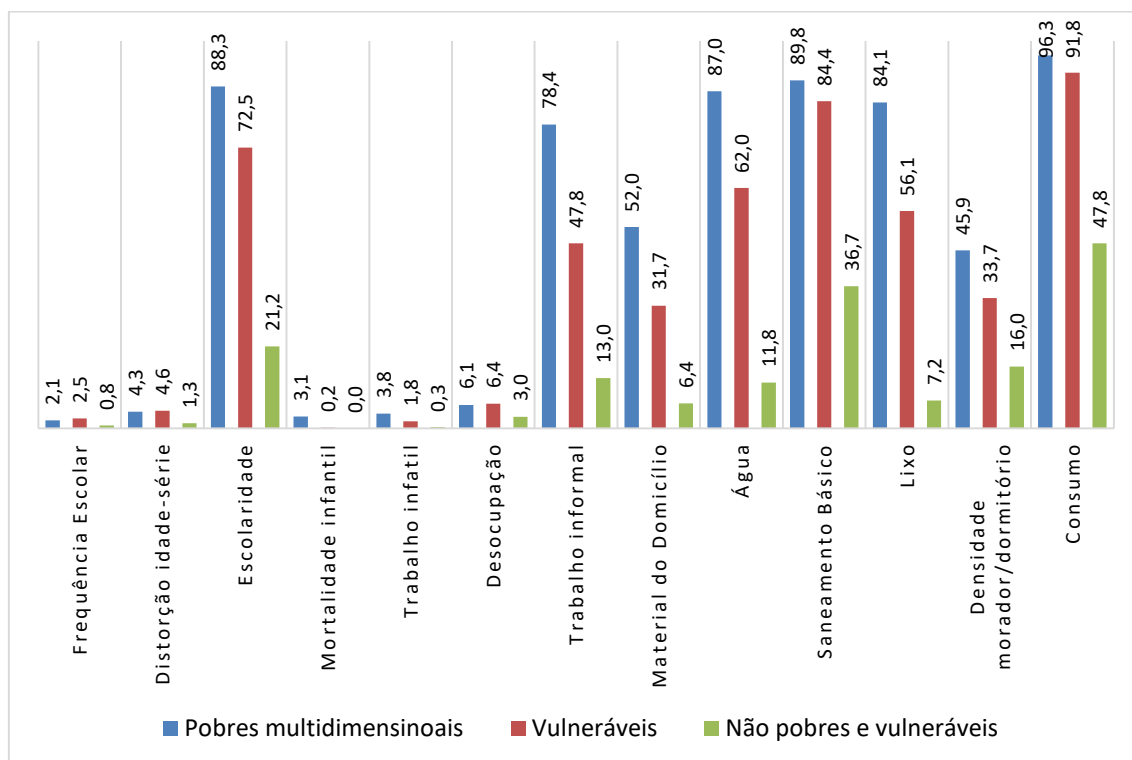
Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

3.4. Análise da contribuição dos indicadores

Uma vez que os resultados gerais do IPM-NIS foram apresentados, é necessário analisar de que forma a pobreza e a vulnerabilidade se manifestam em cada contexto. Para tanto, esta seção realiza o exame separado das privações vivenciadas em cada indicador. O objetivo é investigar a participação de cada um para a explicação da pobreza e em que medida há diferenças entre os domicílios pobres multidimensionais, dos vulneráveis e daqueles que não se encontram em nenhuma das duas situações.

O Gráfico 1 apresenta, para o Brasil, a proporção de privação em cada indicador que compõe o IPM-NIS, segundo classificação do domicílio na pontuação de privação, em 2010. Observa-se que na dimensão Educação, 88,3% dos domicílios pobres multidimensionais eram privados em Escolaridade, sendo que entre os domicílios vulneráveis a proporção era de 72,5% e entre os não pobres e vulneráveis era de 21,2%. Já nos indicadores Frequência Escolar e Distorção Idade-série, as proporções eram maiores entre os vulneráveis do que entre os pobres, evidenciando a importância que a privação em nível de conhecimentos e habilidades, mensurado pela Escolaridade, tem na explicação da pobreza.

Gráfico 1 – Proporção de privação nos indicadores componentes do IPM-NIS entre domicílios pobres multidimensionais, vulneráveis e não pobres e vulneráveis. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Na dimensão Saúde, nota-se que a proporção de privação em Mortalidade Infantil era maior entre os domicílios pobres multidimensionais do que entre os vulneráveis, sendo que entre os não pobres e vulneráveis não houve ocorrência de tal privação. Destaca-se que essa dimensão tem a menor frequência na comparação com os demais indicadores, entretanto, é o mais relevante como elemento de identificação do domicílio como sendo pobre multidimensional ou vulnerável – em que pese o fato de ser o indicador com o maior peso na composição do IPM-NIS.

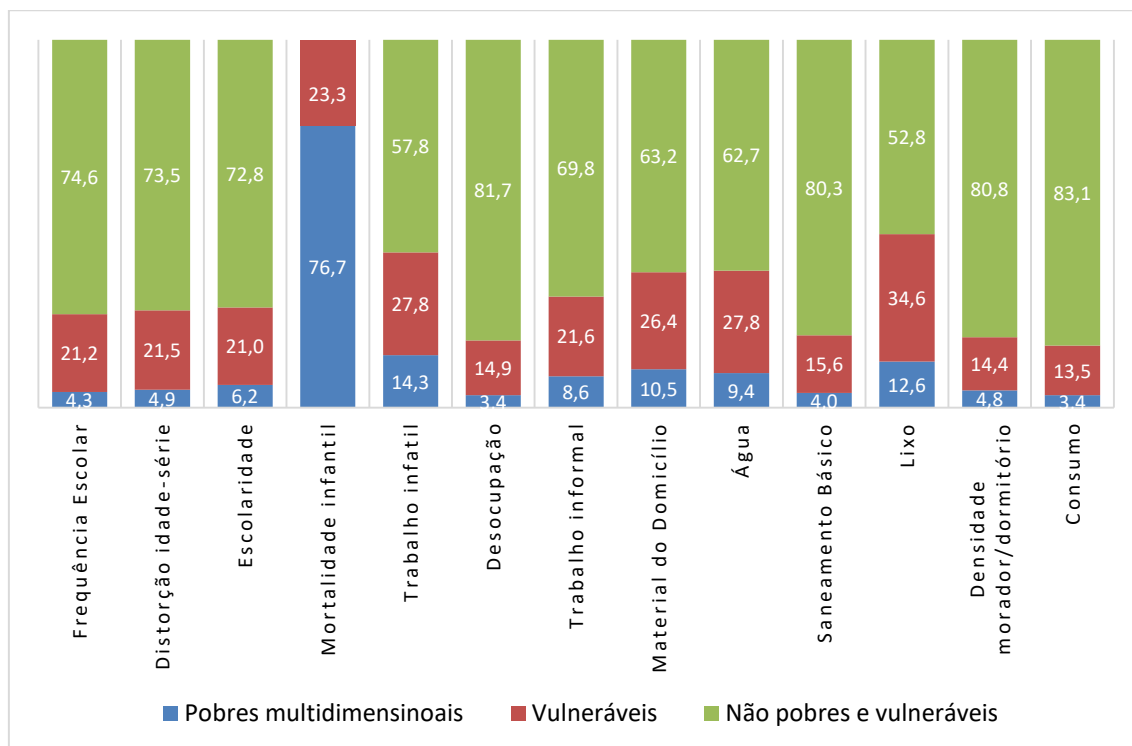
Quanto à dimensão Trabalho, o indicador com maior proporção de privação foi o de Trabalho Informal, no qual 78,4% dos domicílios pobres eram privados, seguidos de 47,8% entre os vulneráveis. Apenas pouco mais de 10% dos não pobres e vulneráveis apresentaram privação nesse indicador. O Trabalho Infantil, apesar de baixas frequências, é relevante como explicativo da pobreza, na medida em que 3,8% dos domicílios pobres eram privados, contra 1,8% dos vulneráveis e 0,3% dos demais. O indicador de Desocupação possuía proporções de privação semelhantes entre pobres e vulneráveis, 6,1% e 6,4%, respectivamente. Já entre os não pobres e vulneráveis a ocorrência foi de 3%.

A dimensão Padrão de Vida apresentou as maiores proporções de privação nos três grupos em análise. Dentre os indicadores da dimensão, aqueles que mais diferenciaram os pobres dos outros dois grupos foram: Material do Domicílio (com 52,0% de privação entre os pobres, 31,7% entre os vulneráveis e 6,4% entre os não pobres e vulneráveis) Água (87,0%, 62,0% e 11,8%), Lixo (84,1%, 56,1%, 7,2%) e Densidade Morador/Dormitório (45,9%, 33,7% e 16,0%). Em relação aos indicadores Saneamento Básico (89,8%, 84,4% e 36,7%) e Consumo (96,3%, 91,8% e 47,8%), verificou-se pouca diferenciação entre pobres e vulneráveis, na comparação com os demais.

O Gráfico 2 mostra a distribuição dos domicílios privados em cada indicador segundo condição de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Com exceção da Mortalidade Infantil, em todos os indicadores se observa uma maioria de não pobres e vulneráveis em relação ao total de privados, em proporções que variam de 57,8% a 83,1%. Tal composição é compatível com a incidência de pobreza e vulnerabilidade. Por outro lado, é interessante destacar que parcela considerável da população brasileira vivenciava algum tipo de privação, ainda que não acumulada com outras privações. Os pobres e vulneráveis participavam com mais frequência nas privações de Trabalho Infantil, Material do Domicílio, Água e Lixo, destacando a relevância desses indicadores para explicar os estados de pobreza e vulnerabilidade multidimensional. Há que se destacar ainda a importância da dimensão Educação e do indicador Trabalho Informal.

A dimensão Saúde é a de maior relevância, como apontado acima, na medida em que todos os domicílios privados em Mortalidade Infantil foram identificados como pobres ou vulneráveis.

Gráfico 2 – Distribuição dos domicílios privados no indicador segundo condição de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

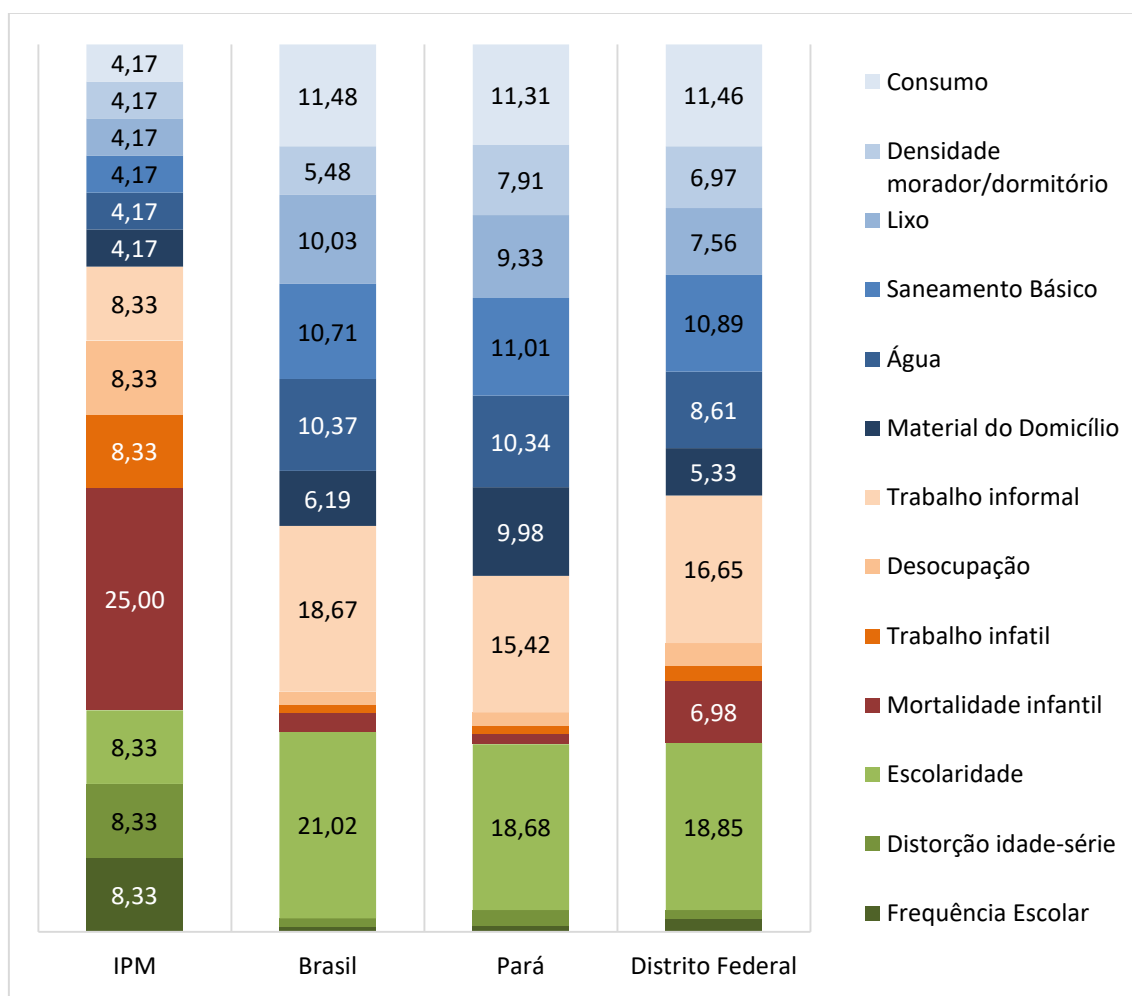
O Gráfico 3 apresenta as contribuições relativas de cada indicador para o IPM-NIS. A ideia é decompor o índice em torno das dimensões e indicadores, buscando identificar o peso de cada um para explicação da pobreza multidimensional. Com o objetivo de demonstrar a capacidade do índice em apontar as formas distintas de vivência da pobreza entre diferentes localidades, são apresentados os dados para o Brasil e para as Unidades da Federação com o menor e o maior valor do IPM – Pará e Distrito Federal, respectivamente. O gráfico 5 realiza o mesmo exercício para as Grandes Regiões do país.

Considerando a totalidade dos domicílios pobres em 2010, a dimensão Padrão de Vida era aquela com maior relevância, perfazendo uma contribuição relativa para o IPM de mais de 50%, chegando a 59,87% no estado do Pará. A dimensão contribuía mais que o dobro do peso definido na estrutura do IPM-NIS. A dimensão Saúde, representada isoladamente pelo indicador de Mortalidade Infantil, tinha contribuição de 2,18% no Brasil, 1,14% no Pará e 6,98% no Distrito Federal. As dimensões educação e trabalho representavam cada uma cerca de 20% de contribuição, sendo que os dois estados apresentaram um peso menor na comparação com o

Brasil – o que se deve ao maior peso da dimensão Padrão de Vida no Pará e da dimensão Saúde no Distrito Federal.

Os indicadores de Escolaridade, Trabalho Informal e Consumo tinham o maior peso no interior de cada uma das dimensões, mas também na explicação da pobreza como um todo. A contribuição da Escolaridade era de 21,02% no Brasil, 18,68% no Pará e 18,85% no Distrito Federal. A contribuição do Trabalho Informal tinha uma variação maior entre os cenários analisados, 18,67%, 15,42% e 16,65%, respectivamente. Já o indicador Consumo era semelhante nos três cenários, perfazendo pouco mais de 11%. Destacam-se ainda, os indicadores de Saneamento Básico e Água que apresentaram contribuições relevantes em torno de 10%.

Gráfico 3 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Brasil, Pará e Distrito Federal, 2010.**

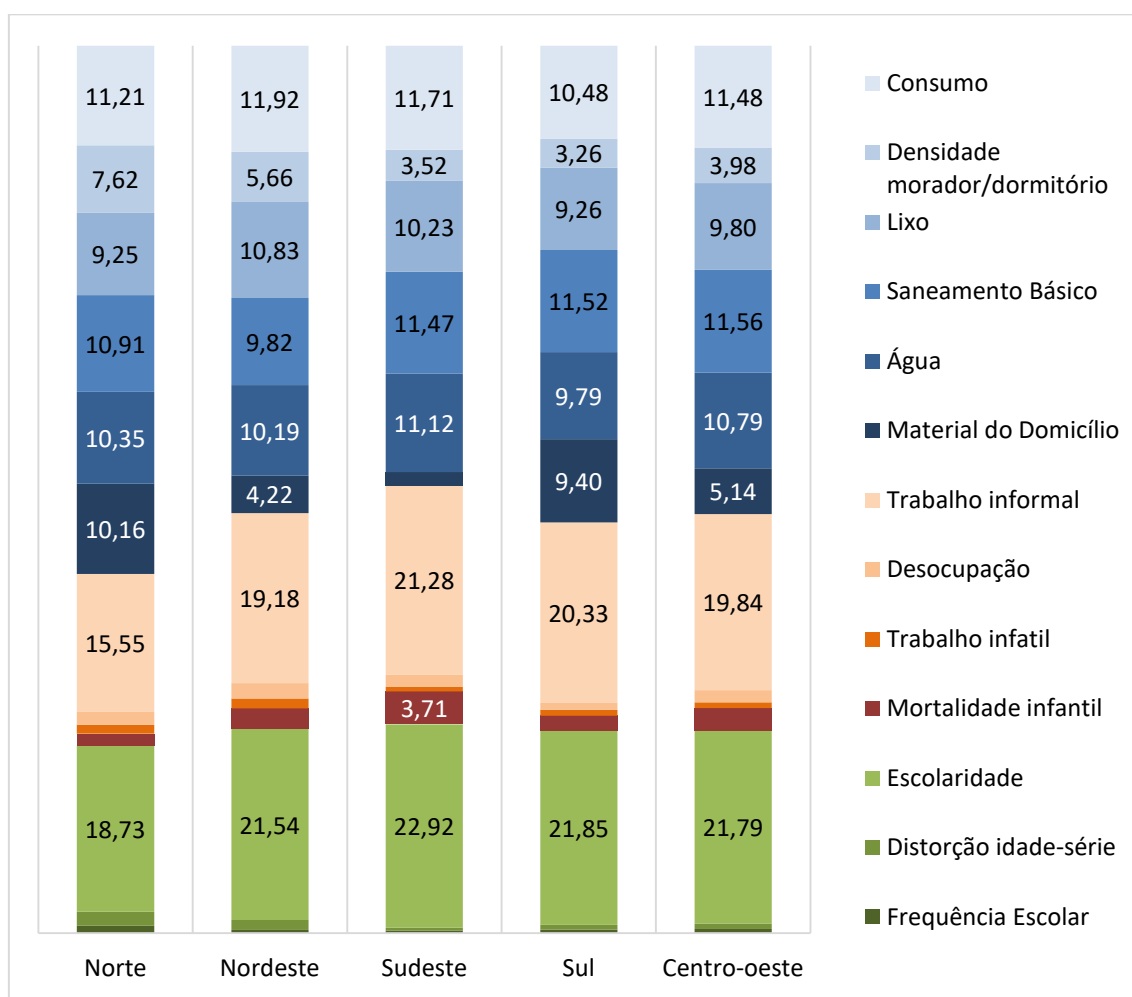


Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Pará e Distrito Federal eram os estados que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do país.

Em termos dos diferenciais de contribuição segundo Grandes Regiões, conforme o Gráfico 4, o principal aspecto a se destacar é o maior peso da dimensão Padrão de Vida na região Norte, em comparação às demais, o que se explica principalmente pelas maiores contribuições dos indicadores de Material do Domicílio e Densidade Morador/Dormitório. A região Sudeste era a que possuía a menor participação dessa dimensão, cedendo maior peso aos indicadores de Escolaridade, Trabalho Informal e Mortalidade Infantil. As regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste descreviam um padrão semelhante em praticamente todos os indicadores, com exceção do Material do Domicílio, que tinha um peso maior na região Sul.

Gráfico 4 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM por Grandes Regiões. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

A importância da dimensão Padrão de Vida está relacionada à permanência dos problemas estruturais brasileiros, como os baixos níveis de acesso à água potável, coleta de lixo e saneamento básico. Diferentemente da luz elétrica, que em 2010 estava presente em 98,7% dos domicílios do país devido ao sucesso de políticas de ampliação do acesso, os demais serviços não tiveram o mesmo desenvolvimento. Os resultados desses indicadores, portanto, destacam não só o papel do estado na manutenção da pobreza, mas a importância de reversão desse quadro através da adoção de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento de infraestrutura em nível urbano e rural.

O peso expressivo da dimensão Padrão de Vida também pode ser explicado pelo baixo nível de renda entre os pobres multidimensionais que, de maneira geral, também eram pobres absolutos, conforme será abordado na seção 3.6. A falta ou insuficiência de renda pode ser uma das principais causas da pobreza, de forma a limitar o desenvolvimento de determinadas capacidades dos indivíduos (SEN, 2000). O IPM-NIS evidencia isso, sobretudo pelo resultado dos indicadores de Material do Domicílio, Densidade Morador/Dormitório e Consumo. Quanto a este último, embora não sejam considerados outros itens como fogão, geladeira etc., a máquina de lavar é utilizada por ser um item que distingue os pobres e não pobres, mesmo que se considerem tanto a ampliação do acesso à energia elétrica quanto o aumento do poder de compra dos estratos de baixa renda, ocorridos ao longo dos anos 2000 (FAHEL; TELLES; CAMINHAS, 2016).

As baixas contribuições dos indicadores de Frequência Escolar, Distorção Idade-série, Mortalidade Infantil e Trabalho Infantil ocorrem devido ao fato de os domicílios sem crianças e adolescentes residentes não serem considerados privados nestes indicadores. Domicílios sem residentes de até 17 anos apresentaram incidência de pobreza multidimensional de 3,7% no Brasil, enquanto os domicílios com residentes de até 17 anos, de 6,4%. Outra explicação pode estar relacionada com as melhorias das condições de vida das crianças e adolescentes no Brasil devido à ampliação do acesso à escola e dos serviços de saúde nas décadas de 1990 e 2000. Ressalta-se, porém, que a Mortalidade Infantil era mais determinante para a identificação de um domicílio pobre multidimensional em locais cujos pesos das dimensões Padrão de Vida e Educação eram baixos, isto é, com maior acesso a serviços públicos, o que se observou, por exemplo, no Distrito Federal. Como será explorado no capítulo 4, este padrão também foi verificado em municípios de grande porte, sobretudo nas capitais estaduais.

Em relação à alta contribuição do indicador de Escolaridade, outros estudos de aplicação do IPM ressaltaram que este indicador tem a maior relevância na explicação da pobreza no Brasil, já que sua contribuição chega a 40% (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; SERRA, 2017). Algo semelhante é observado para o indicador de Trabalho Informal. Alguns estudos que utili-

zam indicadores semelhantes (tais como trabalho precário e nível de emprego) também evidenciaram um importante peso explicativo (SILVA *et al*, 2017; VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017; MORAES; MARIN; VIEIRA, 2018). Os dois indicadores em conjunto, destacam as dificuldades de superação da pobreza por meio do acesso qualificado no mercado de trabalho, tendo em vista a predominância de baixa escolaridade na população adulta brasileira.

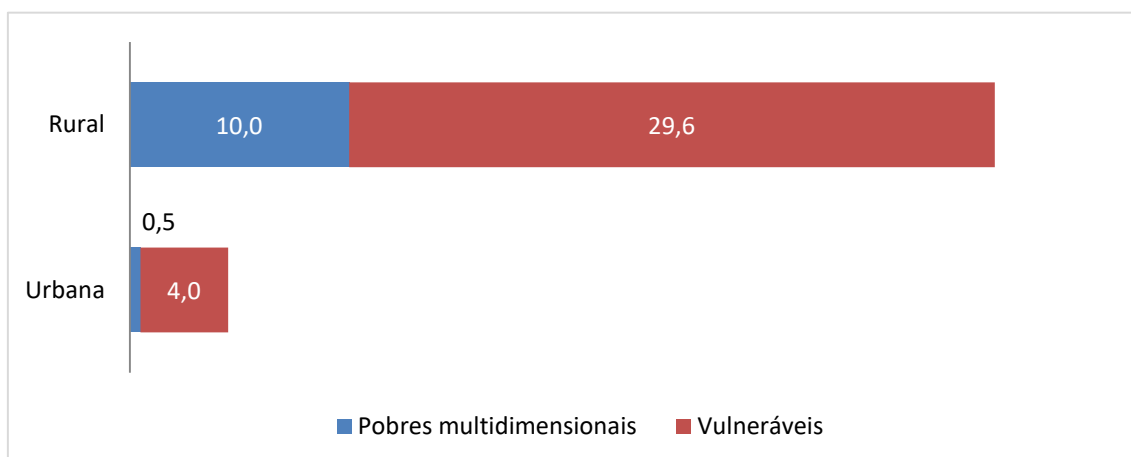
Na medida em que o IPM é analisado a partir de distintas escalas geográficas, observam-se variações não só na incidência, mas também em quais itens as populações estavam menos ou mais privadas. A decomposição dos resultados evidencia a relevância da perspectiva multidimensional, bem como da abordagem das capacidades, já que além de identificar de que maneira cada local experimentava o fenômeno, também funciona como parâmetro para a elaboração de projetos sociais e políticas públicas específicas de acordo com cada realidade social. Além do que foi apresentado no tópico anterior para as Grandes Regiões, o capítulo 4 abordará mais detalhadamente a realidade da pobreza e vulnerabilidade multidimensional em cada uma das Unidades da Federação.

3.5. Análise segundo subgrupos populacionais

Este tópico analisa as condições de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais a partir de algumas características descritivas de subgrupos populacionais. Para tanto, os dados são discriminados segundo espécie do domicílio (urbano ou rural) e porte populacional do município. Utilizam-se ainda as variáveis de sexo, faixa etária e raça/cor da população residente.

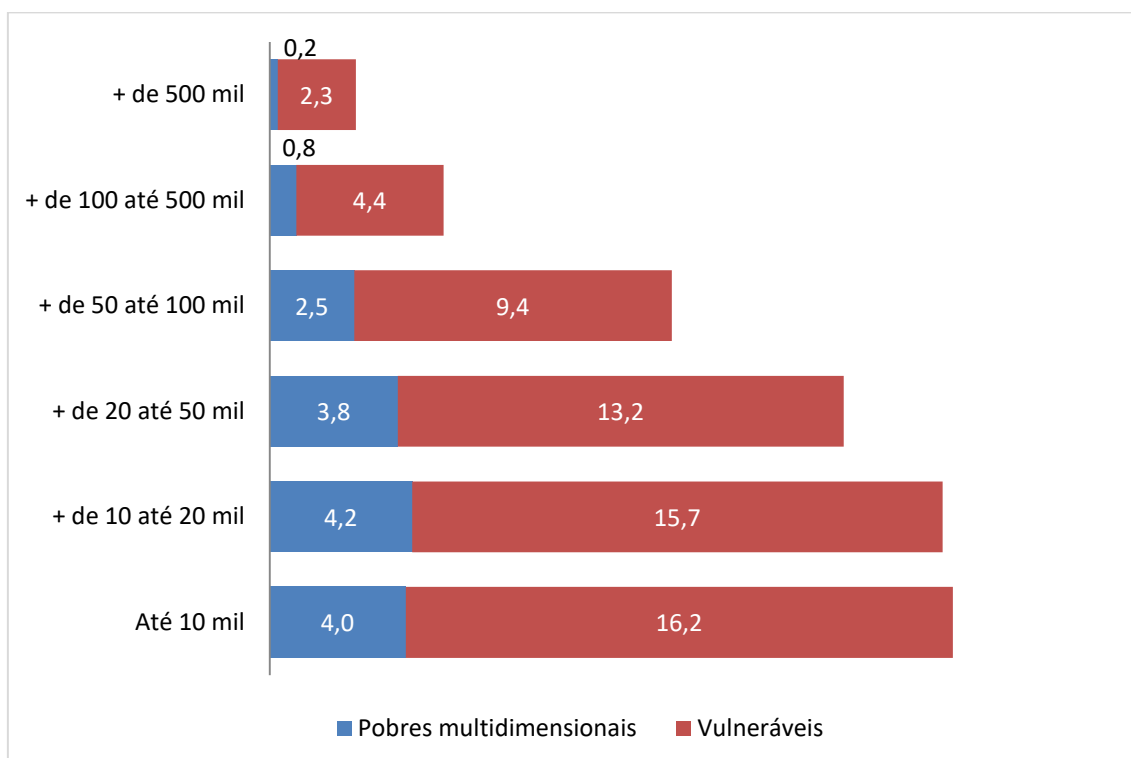
Os Gráficos 5 e 6 descrevem a proporção de domicílios pobres e vulneráveis multidimensionais, em 2010, considerando a espécie do domicílio e o porte populacional do município. Entre os domicílios rurais, a proporção de pobres era de 10% e a de vulneráveis era de 29,6%, perfazendo uma soma de 3.281.166 domicílios. Já entre os urbanos, verificou-se 0,5% de pobres e 4,0% de vulneráveis, somando 2.236.619 domicílios. Os domicílios localizados em municípios de pequeno porte (de até 50 mil habitantes) eram os mais afetados, com algo em torno de 4% de pobres e 15% de vulneráveis, o equivalente a 3.516.132 domicílios no total. Aqueles em municípios com mais de 500 mil habitantes representavam 0,2% e 2,3%, respectivamente, o equivalente a 449.608 domicílios no total. Portanto, a pobreza multidimensional mensurada por meio das dimensões e indicadores selecionados era em grande medida caracterizadora da pobreza vivenciada em áreas rurais de municípios de pequeno porte, sendo pouco descritiva dos estados de privação de áreas urbanas de municípios de grande porte.

Gráfico 5 – Proporção de domicílios pobres e vulneráveis multidimensionais segundo espécie de domicílio. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

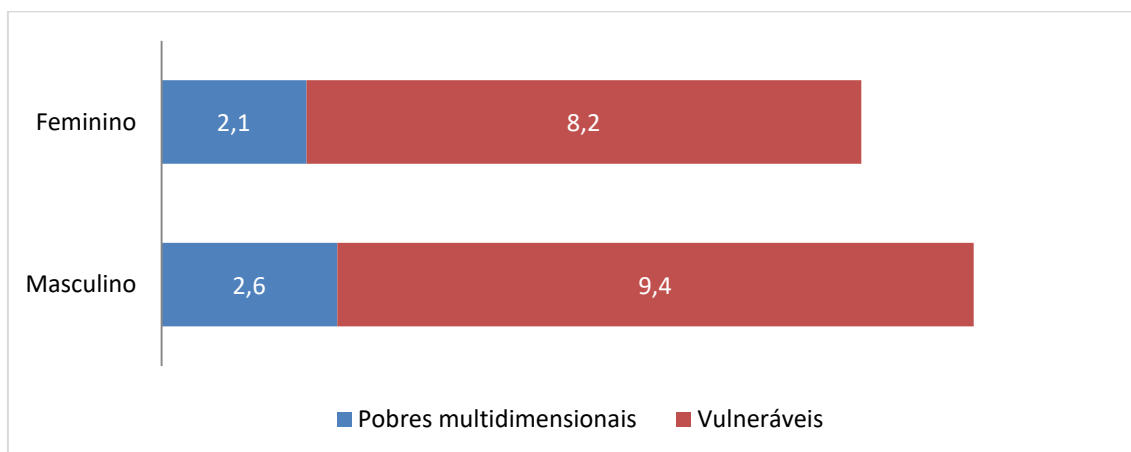
Gráfico 6 – Proporção de domicílios pobres e vulneráveis multidimensionais segundo porte populacional do município (em número de habitantes). Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

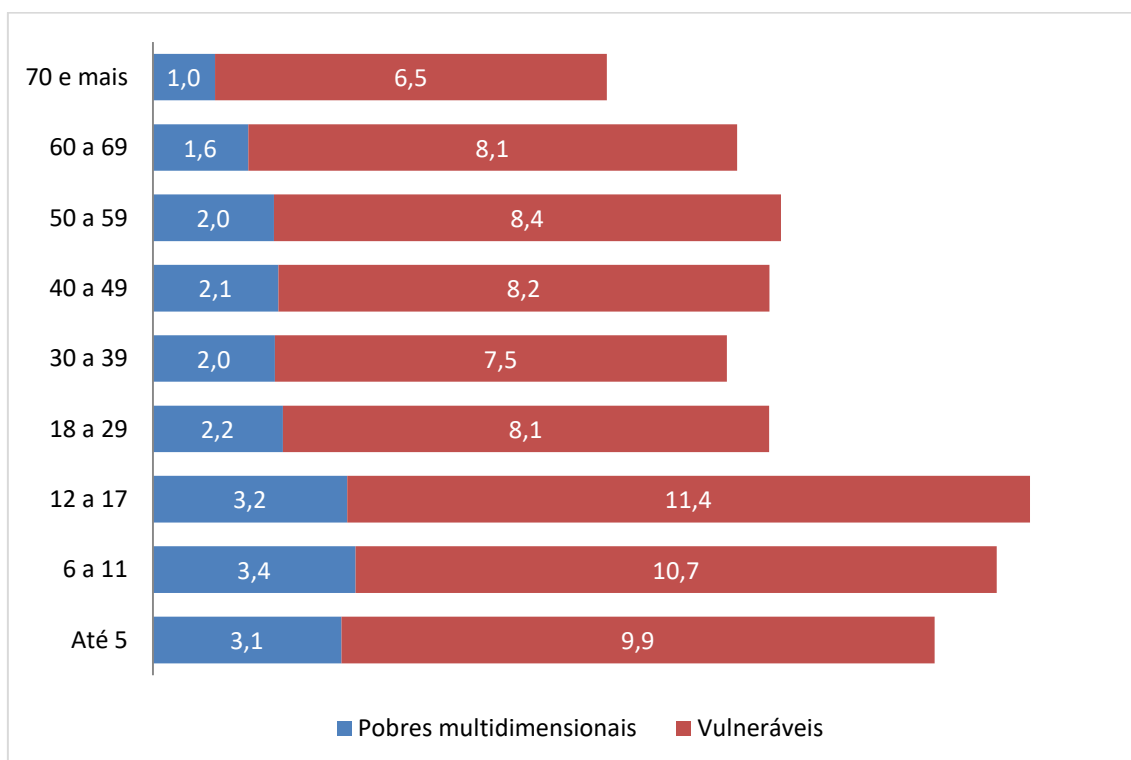
Os Gráficos de 7 a 9 mostram a proporção de pessoas segundo sexo, faixa etária e raça/cor. Nota-se que não havia diferença significativa por sexo, embora a proporção entre os homens fosse maior do que entre as mulheres. Do ponto de vista etário, os mais afetados pelos estados de pobreza e vulnerabilidade eram as crianças e os jovens, sendo que a incidência era um pouco maior na faixa de 6 a 11 anos, em comparação à faixa de 0 a 5 anos; e na faixa de 12 a 17 anos, em relação às demais. Em termos de raça/cor, os estados de pobreza e vulnerabilidade mensurados pelo IPM-NIS eram mais significativos entre pessoas que se declaravam como indígenas (10,9% e 26,2%), seguidos de pardos (3,3% e 11,6%) e pretos (2,4% e 9,5%).

Gráfico 7 – Proporção de pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais segundo sexo. Brasil, 2010.



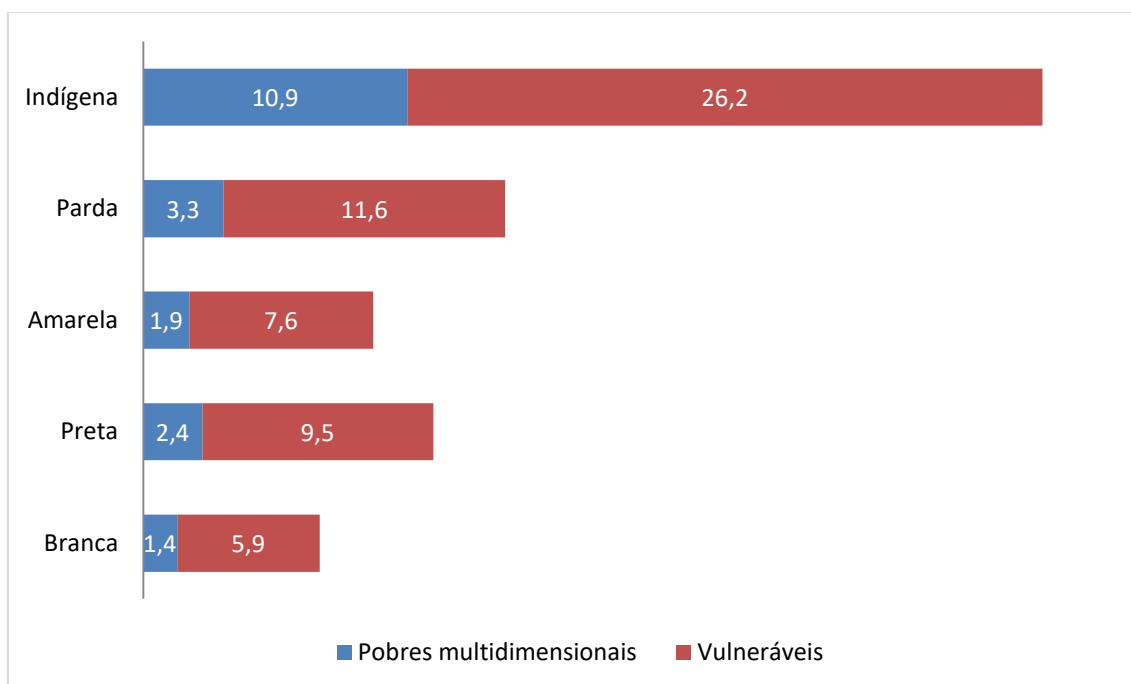
Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Gráfico 8 – Proporção de pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais segundo idade em faixas etárias. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Gráfico 9 – Proporção de pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais segundo cor ou raça. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

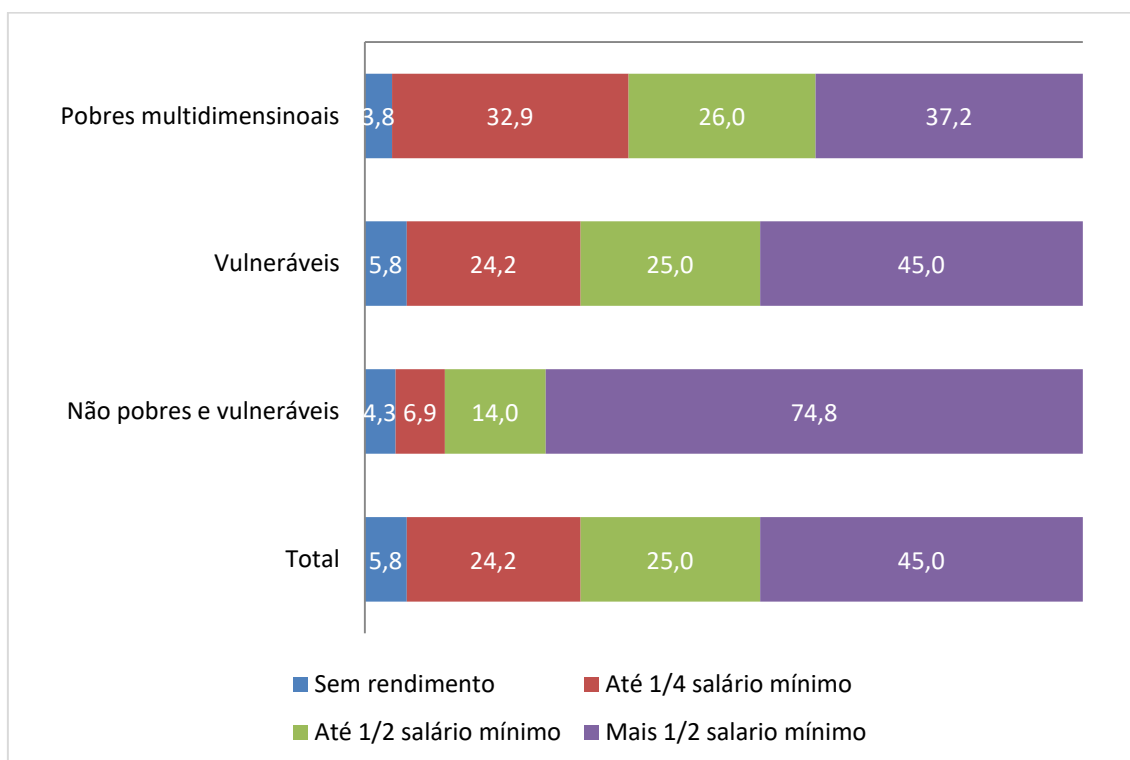
3.6. Comparação entre o IPM-NIS e as linhas de indigência e pobreza

Neste tópico será feita uma comparação entre o IPM-NIS e as linhas de indigência e pobreza. O recorte de rendimento utilizado segue o critério adotado pelo CHILDFUND para selecionar os domicílios a serem atendidos por seus projetos, isto é, $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* (R\$ 127,50 em 2010) para linha de indigência e $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* (R\$ 255,00) para linha de pobreza.

O Gráfico 10 apresenta a distribuição dos domicílios do Brasil segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais e as linhas de indigência e pobreza, em 2010. Entre os domicílios pobres multidimensionais, 62,8% também vivenciavam situação de pobreza monetária, sendo que 36,7% estavam em extrema pobreza (3,8% sem rendimento e 32,9% com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo). O restante, 37,2%, possuía renda domiciliar per capita superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, não sendo, portanto, identificados como pobres pelo critério monetário. Já entre os domicílios vulneráveis multidimensionais, 55,0% também eram pobres monetários e 30,0% extremamente pobres (5,8% sem rendimento e 24,2% com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo). Note-se ainda que entre os domicílios que não eram pobres e nem vulneráveis segundo o IPM, 25,2% viviam em situação de pobreza monetária.

De maneira geral, havia uma correlação entre pobreza multidimensional e monetária, na medida em que a frequência de domicílios nas linhas de indigência e pobreza era maior no grupo de pobres multidimensionais, em comparação aos grupos de vulneráveis e não pobres. Entretanto, havia situações em que os domicílios possuíam renda acima do corte de pobreza monetária, mas acumulavam múltiplas privações. O contrário também se aplica, isto é, domicílios com renda dentro do corte, mas que não estavam privados em múltiplas dimensões. Nesse sentido, o IPM contribuiu para ampliar a identificação de situações de pobreza que não são diretamente associadas à privação de renda. Ao mesmo tempo, focalizou em determinado perfil dentre os pobres monetários que vivenciam acúmulo de privações concomitante à insuficiência de renda, aspecto que será tratado a seguir.

Gráfico 10 – Distribuição dos domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais e rendimento domiciliar per capita. Brasil, 2010.



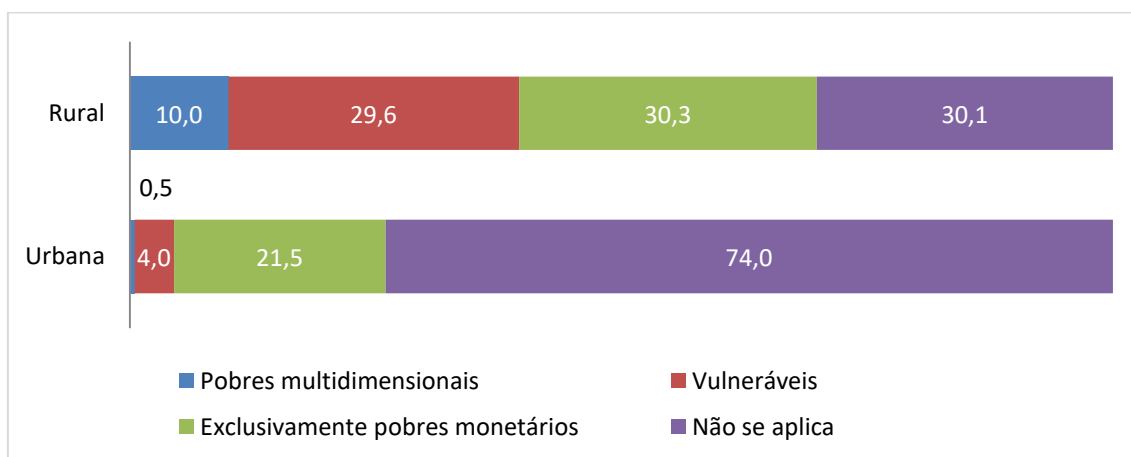
Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Os Gráficos de 11 a 15 complementam a análise da incidência da pobreza por subgrupos populacionais. Neles é possível ver a distribuição dos domicílios segundo espécie e porte populacional, e a distribuição das pessoas por sexo, faixa etária e raça/cor, em torno da combinação entre pobreza multidimensional e pobreza monetária. Assim, temos a seguinte distribuição: (i) pobres multidimensionais; (ii) vulneráveis multidimensionais; (iii) exclusivamente pobres monetários, ou domicílios e pessoas com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo que não são pobres nem vulneráveis multidimensionais; e (iv) não se aplica.

Em todos os casos a distribuição se assemelha aquela vista no tópico anterior, isto é, a pobreza monetária também se observava de forma mais significativa nos domicílios rurais, em municípios de pequeno porte, entre crianças e jovens e entre indígenas, pardos e pretos. Se somarmos as condições de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais com a de pobreza monetária, observaremos uma incidência de 69,9% entre domicílios rurais contra 26% entre os urbanos. Ainda somando, a maioria das crianças e jovens se enquadrava nessas situações, sendo 53,9% na faixa de 0 a 5 anos, 54,5% na faixa de 6 a 11 anos e 50,3% na faixa de 12 a 17 anos. Segundo raça/cor, a proporção era de 74,3% entre os indígenas, 49,5% entre os pardos e 44,6% entre os pretos. Portanto, tanto a pobreza multidimensional como a pobreza monetária

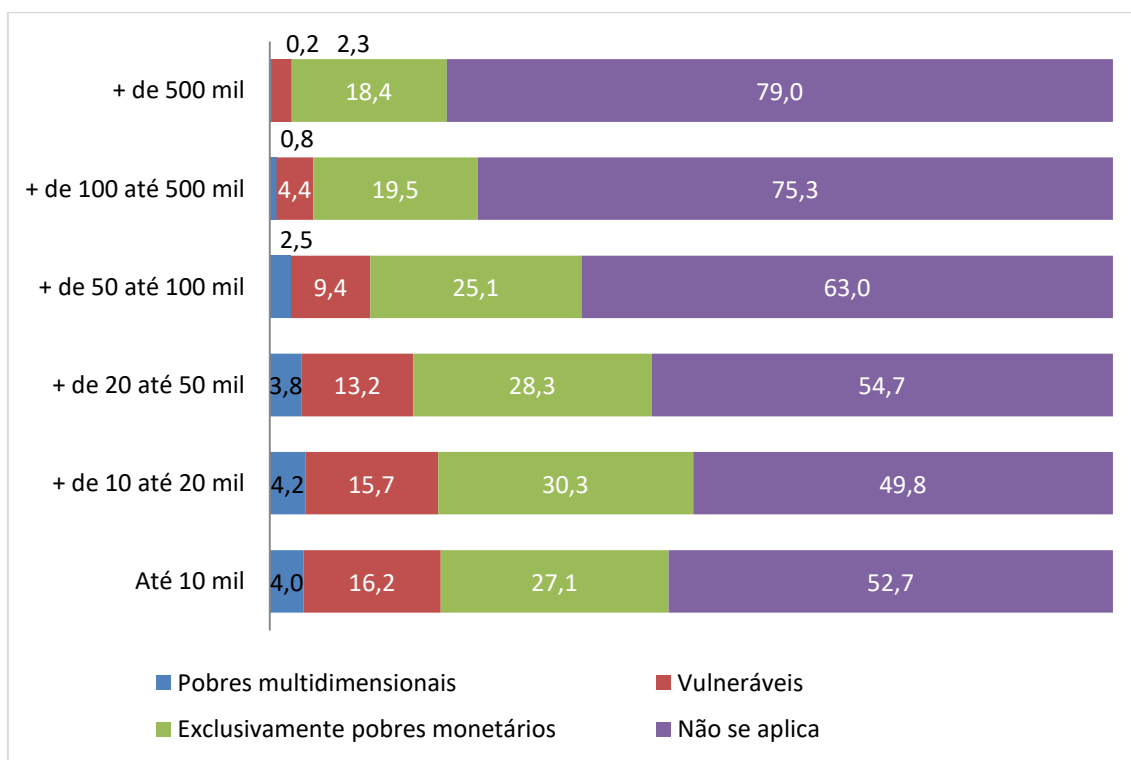
atingiam com maior incidência os mesmos subgrupos populacionais, no entanto, a primeira era menor do ponto de vista quantitativo, sendo assim indicativa de casos mais graves. Estes se caracterizam pelo acúmulo de privações (como o próprio indicador se propõe a captar), não raro associado com insuficiência de renda.

Gráfico 11 – Distribuição dos domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e espécie do domicílio. Brasil, 2010.



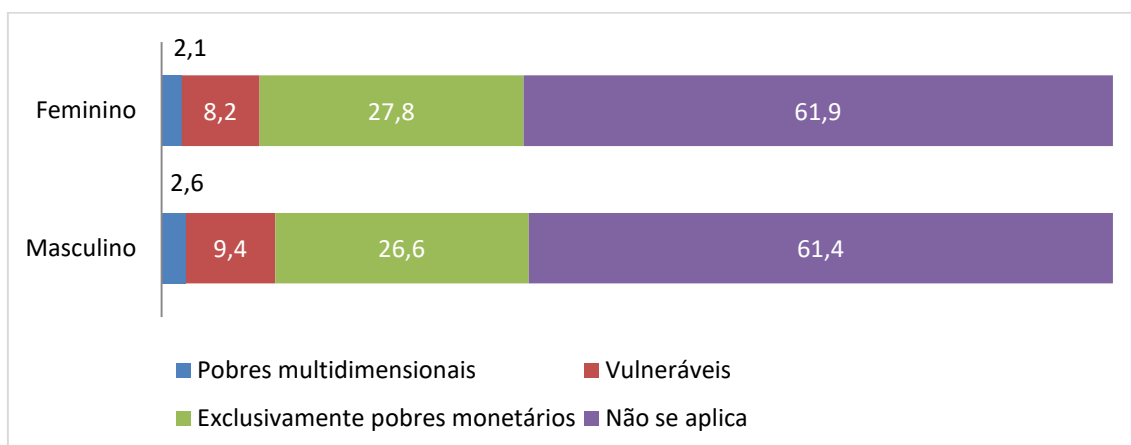
Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Gráfico 12 – Distribuição dos domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, pobreza monetária e porte populacional do município (em número de habitantes). Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Gráfico 13 – Distribuição das pessoas residentes segundo pobreza e vulnerabilidade multi-dimensionais, pobreza monetária e sexo. Brasil, 2010.



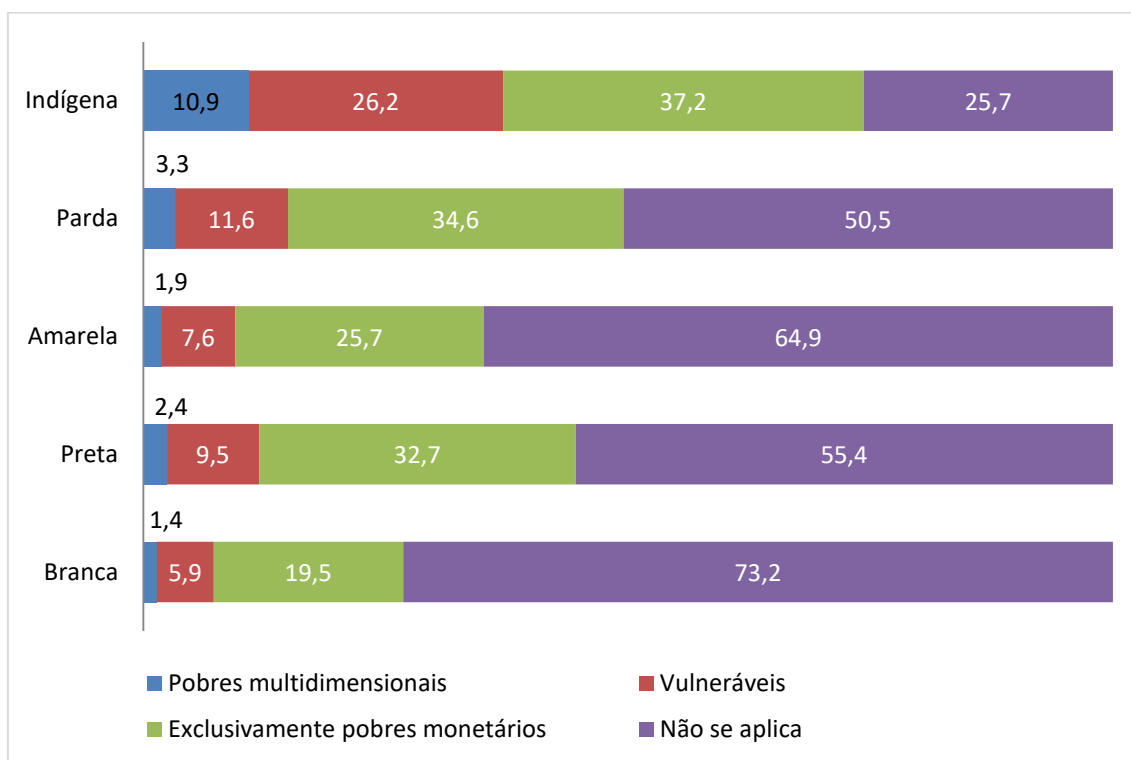
Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Gráfico 14 – Distribuição das pessoas residentes segundo pobreza e vulnerabilidade multi-dimensionais, pobreza monetária e idade em faixas etárias. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Gráfico 15 – Distribuição das pessoas residentes segundo pobreza e vulnerabilidade multi-dimensionais, pobreza monetária e cor ou raça. Brasil, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

4. Resultados por Unidade da Federação

Neste capítulo os resultados do IPM-NIS serão apresentados para cada Unidade da Federação e o Distrito Federal. As seguintes informações estão disponíveis para cada caso: (i) resultado dos componentes do índice (incidência, intensidade e incidência ajustada - IPM) para o total de domicílios e para domicílios com crianças de 0 a 11 anos; (ii) distribuição do número de domicílios, pessoas e crianças de 0 a 11 anos segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais; (iii) análise das contribuições dos indicadores para o estado, em comparação com a região, e para os municípios dentro do estado com o maior e o menor valor de IPM; e (iv) análise espacial do estado na escala municipal segundo distribuição do IPM por quintil. Assim como nas análises espaciais realizadas no capítulo anterior, a distribuição por quintis segue o recorte em questão, isto é, a classificação é feita considerando apenas os municípios do interior de cada estado, não repetindo as mesmas classificações dos recortes de Brasil e Grandes Regiões.

4.1. Rondônia

Do total de 468.316 domicílios do estado de Rondônia, em 2010, foram identificados 35.354 pobres multidimensionais, o equivalente a 7,55% (Tabela 3). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 17.717 (8,45%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 17.637 (6,82%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios apresentaram média de 35,69% de privações, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 3,02, do que nos domicílios sem crianças, 2,43.

Tabela 4 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rondônia, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	468.316	209.712	258.604
Domicílios não pobres	432.962	415.245	17.717
Domicílios pobres	35.354	17.717	17.637
Incidência (%)	7,55	8,45	6,82
Intensidade (%)	35,69	35,80	35,64
Incidência ajustada (IPM)	2,69	3,02	2,43

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 5, em 2010, no estado de Rondônia, 97.066 (20,7%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 132.420 (28,3%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 466.325 (29,8%) casos em ambas as condições, sendo 132.011 (8,4%) pobres e 334.315 (21,4%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 32.039 (9,7%) pobres e 69.666 (21,2%) vulneráveis, perfazendo um total de 101.705 (30,9%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 5 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rondônia, 2010.

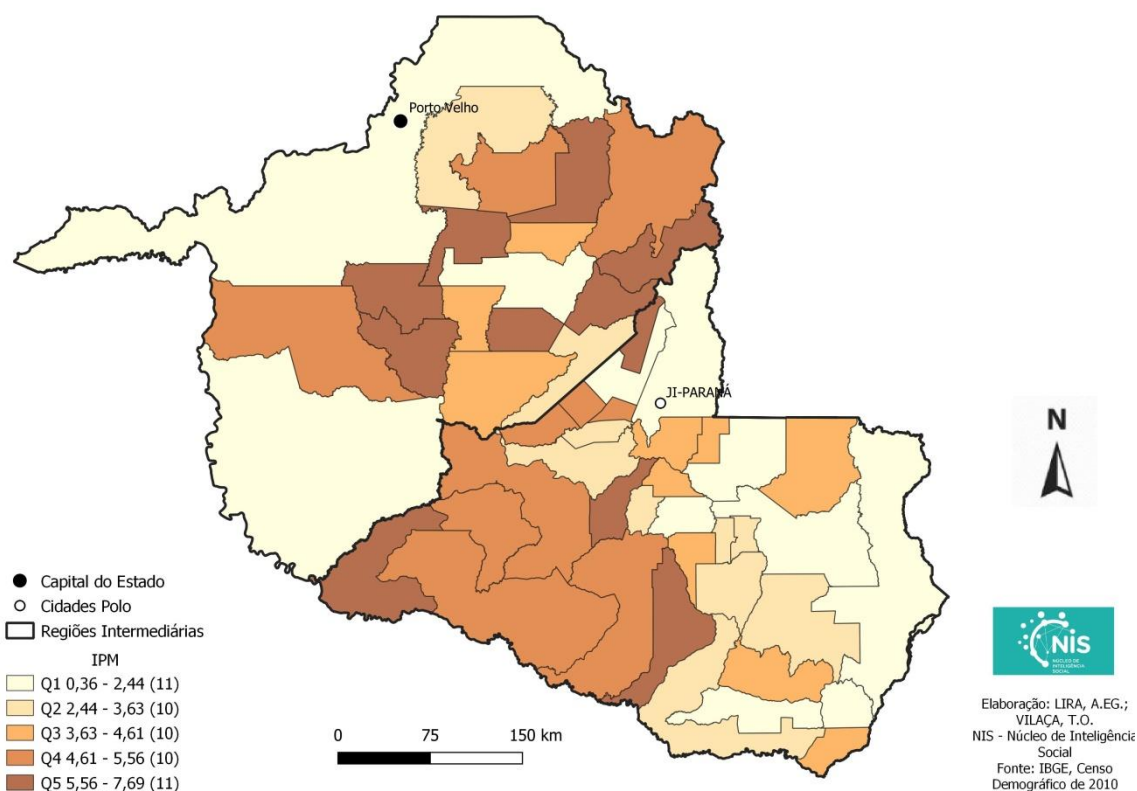
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	35.354	7,5	132.011	8,4	32.039	9,7
Vulneráveis multidimensionais	97.066	20,7	334.315	21,4	69.666	21,2
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>132.420</i>	<i>28,3</i>	<i>466.325</i>	<i>29,8</i>	<i>101.705</i>	<i>30,9</i>
Não pobres e vulneráveis	335.896	71,7	1.096.084	70,2	227.133	69,1
Total	468.316	100,0	1.562.409	100,0	328.837	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 52 municípios de Rondônia, 40 tiveram valores de IPM superiores ao do estado. Isto se dá pelo fato de que os municípios mais populosos do estado – Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena – possuíam baixas incidências de pobreza, na comparação com os municípios menos populosos. Os menores valores foram observados no município de Vilhena (1,03% de incidência, 34,60% de intensidade e 0,36 de IPM) e os maiores em Campo Novo de Rondônia (21,15% de incidência, 36,36% de intensidade e 7,69 de IPM). A capital, Porto Velho, apresentou resultados próximos aos de Vilhena (3,84% de incidência, 35,72% de intensidade e 1,37 de IPM).

Rondônia está dividida em duas Regiões Intermediárias, a saber: Porto Velho a Leste e Ji-Paraná a Oeste. Conforme se observa no Mapa 7, o Centro do estado, abarcando as duas regiões, concentrava os municípios com os IPM mais altos, localizados nos quintis quatro e cinco. Por outro lado, a porção Leste registrava municípios classificados predominantemente do primeiro ao terceiro quintil. Esta última é conhecida pela produção e exportação de soja. Os dois municípios à Oeste, cujos IPM estão no primeiro quintil, são Porto Velho e Guajará-Mirim.

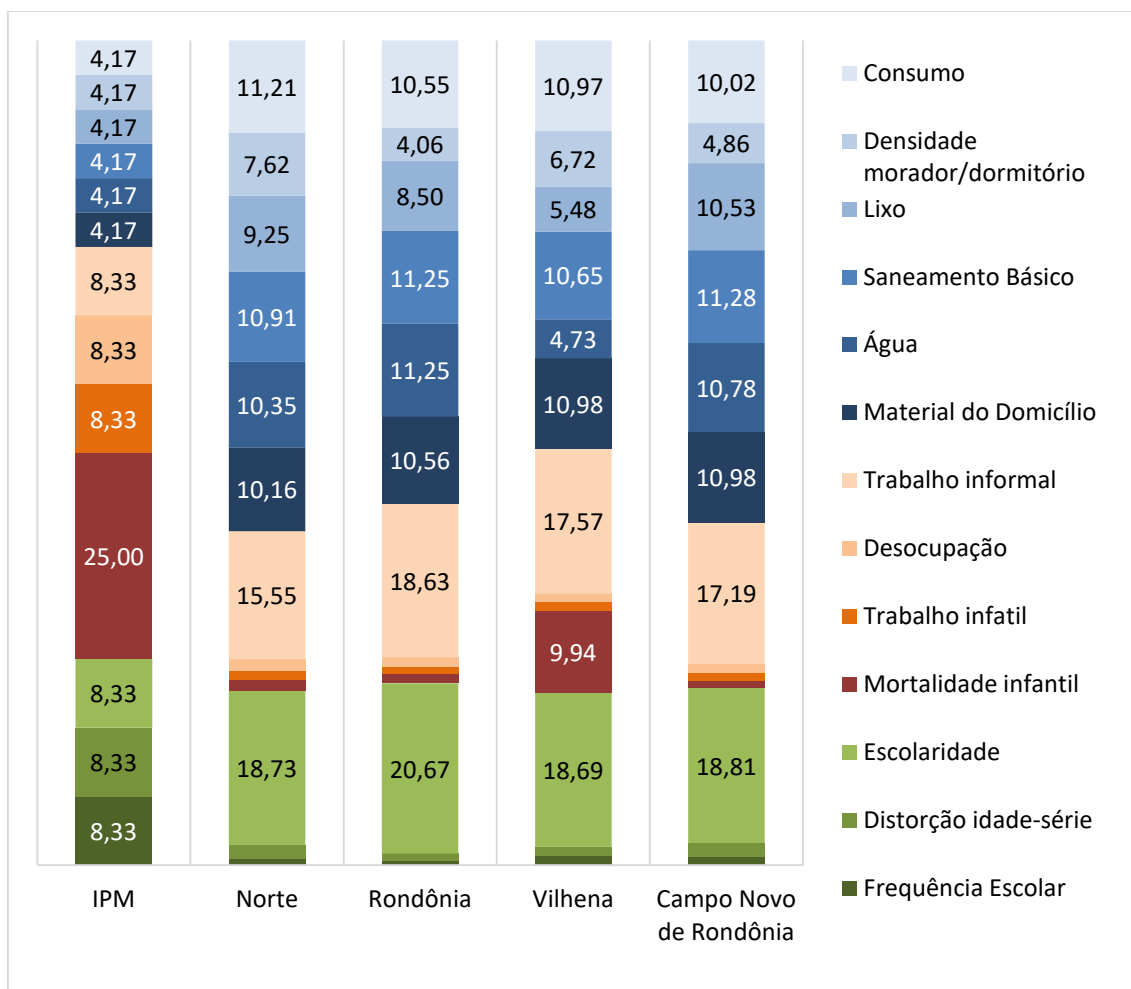
Mapa 7 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rondônia, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 16 mostra o cenário do estado e os municípios com o maior e o menor IPM, respectivamente, quanto à contribuição relativa de cada indicador para o índice. De maneira geral, os indicadores Escolaridade e Trabalho Informal e a dimensão Padrão de Vida como um todo foram de grande relevância para identificação da pobreza multidimensional no estado e nos dois municípios em questão. Quanto à Vilhena, município de menor IPM, destaca-se a importância do indicador Mortalidade Infantil, e em Campo Novo de Rondônia, município de maior IPM, observa-se maior impacto da dimensão Padrão de Vida.

Gráfico 16 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Rondônia, Vilhena e Campo Novo de Rondônia, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Vilhena e Campo Novo de Rondônia eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.2 Acre

Do total de 193.692 domicílios do estado do Acre, em 2010, foram identificados 13.986 pobres multidimensionais, o equivalente a 7,22% (Tabela 6). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 9.829 (9,19%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 4.157 (4,79%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,77%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 3,30, do que nos domicílios sem crianças, 1,71.

Tabela 6 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Acre, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	193.692	106.947	86.745
Domicílios não pobres	179.706	97.119	82.588
Domicílios pobres	13.986	9.829	4.157
Incidência (%)	7,22	9,19	4,79
Intensidade (%)	35,77	35,90	35,63
Incidência ajustada (IPM)	2,58	3,30	1,71

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 7, em 2010, no estado do Acre, 37.824 (19,5%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 51.810 (26,7%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 224.988 (30,7%) casos em ambas as condições, sendo 67.141 (9,2%) pobres e 157.847 (21,5%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 22.677 (11,6%) pobres e 48.065 (24,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 70.742 (36,1%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 7 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Acre, 2010.

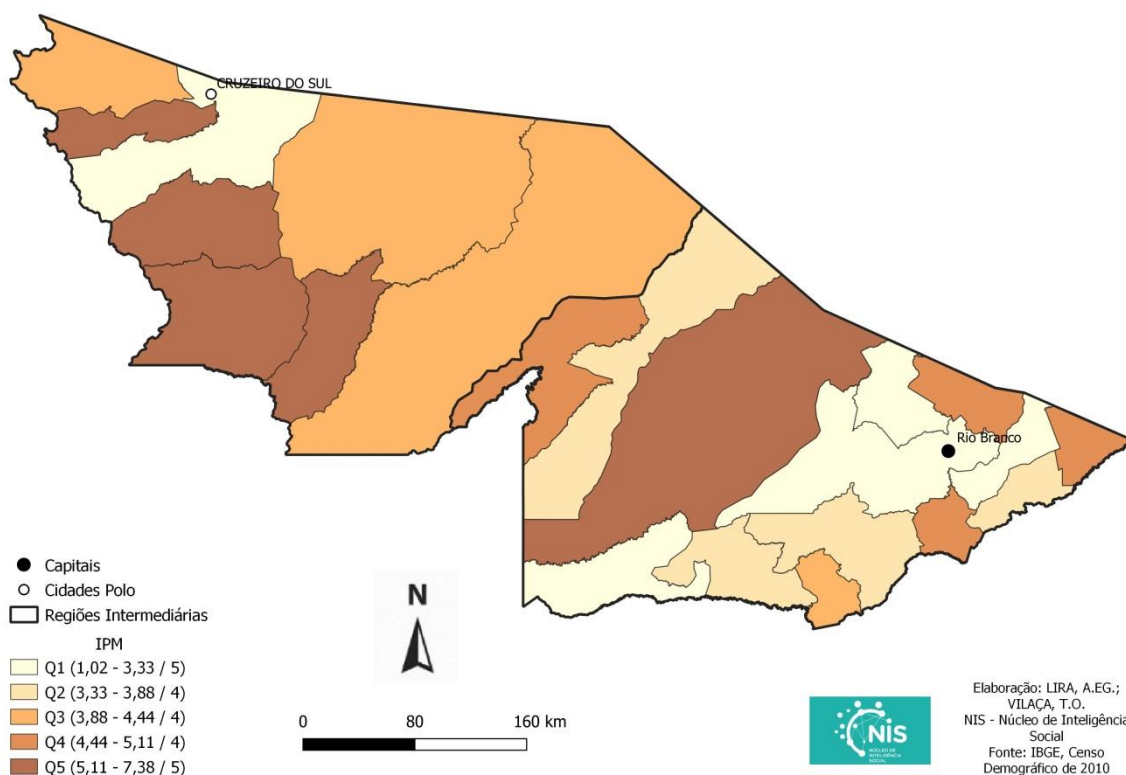
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	13.986	7,2	67.141	9,2	22.677	11,6
Vulneráveis multidimensionais	37.824	19,5	157.847	21,5	48.065	24,5
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>51.810</i>	<i>26,7</i>	<i>224.988</i>	<i>30,7</i>	<i>70.742</i>	<i>36,1</i>
Não pobres e vulneráveis	141.882	73,3	508.571	69,3	125.470	63,9
Total	193.692	100	733.559	100	196.212	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 22 municípios do Acre, somente a capital Rio Branco possuía valores de IPM inferiores ao do estado (2,89% de incidência, 35,17% de intensidade e 1,02 de IPM). Todos os outros 21 municípios apresentaram valores superiores, sendo Jordão o município de maior valor (21,28% de incidência, 34,69% de intensidade e 7,38 de IPM). Isto se dá pelo fato de que, dos 193.692 domicílios do estado, quase a metade estava em Rio Branco. Como referência complementar, o segundo maior município do estado, Cruzeiro do Sul, tinha 18.930 domicílios.

O Acre possui duas Regiões Intermediárias, a de Rio Branco, localizada a Leste, e a de Cruzeiro do Sul, localizada a Oeste do estado. Segundo o Mapa 8, a primeira região agrupava municípios localizados em diferentes quintis de pobreza multidimensional, mas, predominantemente no primeiro e segundo quintis, incluindo a capital, Rio Branco. Os municípios limítrofes com Rio Branco apresentavam IPM mais baixos, o que é justificado, pois a capital concentrava os principais equipamentos urbanos do estado, facilitando o acesso da população a educação, saúde e trabalho. Já para a segunda Região Intermediária, a predominância era de municípios do terceiro ao quinto quintil, com exceção ao município de Cruzeiro do Sul. É importante ressaltar a presença de diversas reservas indígenas e extrativistas no estado, em especial na região de Cruzeiro do Sul.

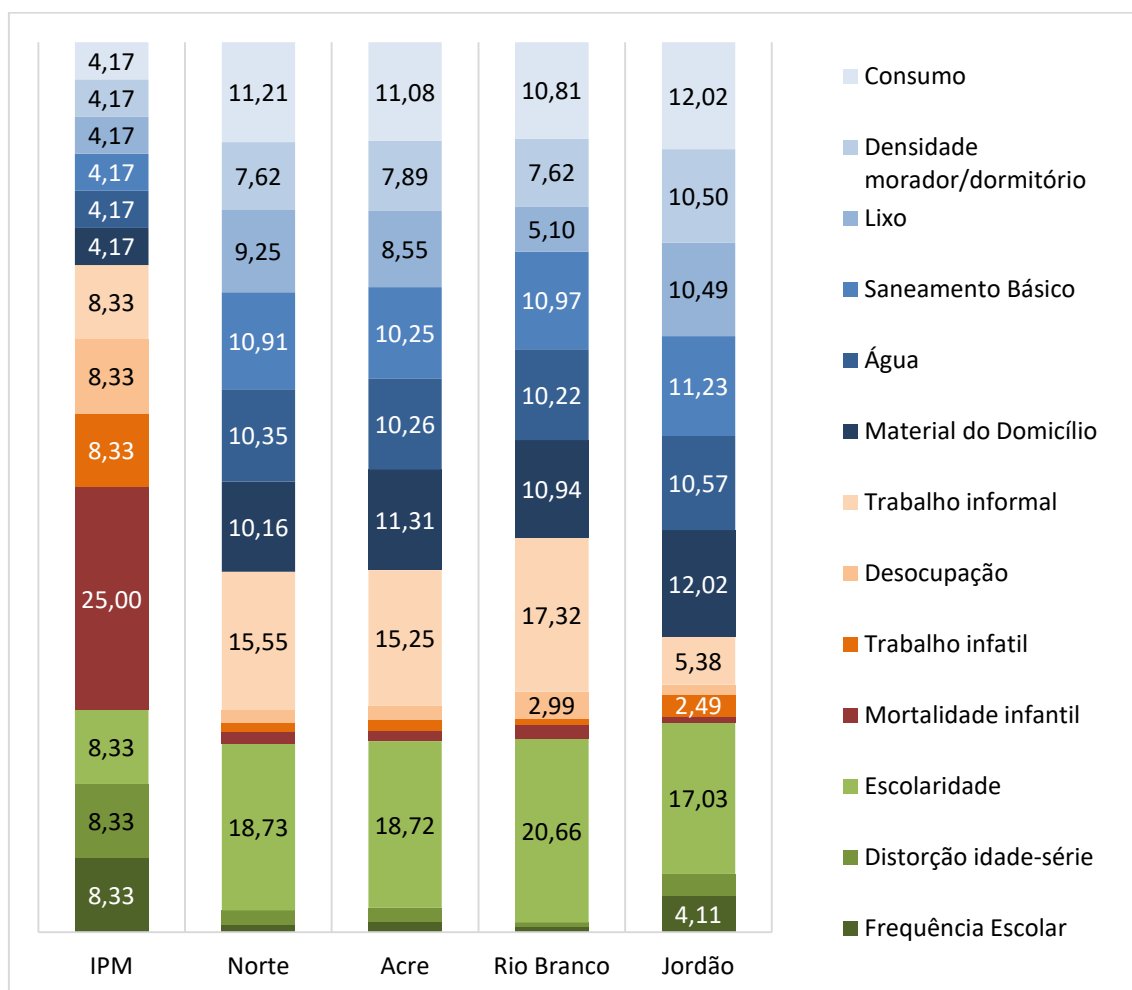
Mapa 8 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Acre, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 17 mostra o cenário do estado e os municípios com o maior e o menor pior IPM, respectivamente, quanto à contribuição relativa de cada indicador para o índice. De maneira geral, os indicadores de maior relevância para identificação da pobreza multidimensional no estado e nos dois municípios foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo – sendo que em Jordão a contribuição desta foi mais acentuada, bem como o indicador de Frequência Escolar.

Gráfico 17 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Acre, Rio Branco e Jordão, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Rio Branco e Jordão eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.3. Amazonas

Do total de 806.974 domicílios do estado do Amazonas, em 2010, foram identificados 53.179 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 6,59% (Tabela 8). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 39.610 (8,5%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 13.569 (3,98%). Quanto à intensidade, os domicílios pobres multidimensionais apresentaram média de 35,78%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 3,04, do que nos domicílios sem crianças, 1,43.

Tabela 8 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Amazonas, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	806.974	465.765	341.209
Domicílios não pobres	753.795	426.155	327.640
Domicílios pobres	53.179	39.610	13.569
Incidência (%)	6,59	8,50	3,98
Intensidade (%)	35,78	35,78	35,87
Incidência ajustada (IPM)	2,36	3,04	1,43

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 9, em 2010, no estado do Amazonas, 120.786 (15,0%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 173.965 (21,6%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 910.366 (26,1%) casos em ambas as condições, sendo 302.996 (8,7%) pobres e 607.369 (17,4%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 101.637 (11,0%) pobres e 195.641 (21,2%) vulneráveis, perfazendo um total de 297.277 (32,2%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 9 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Amazonas, 2010.

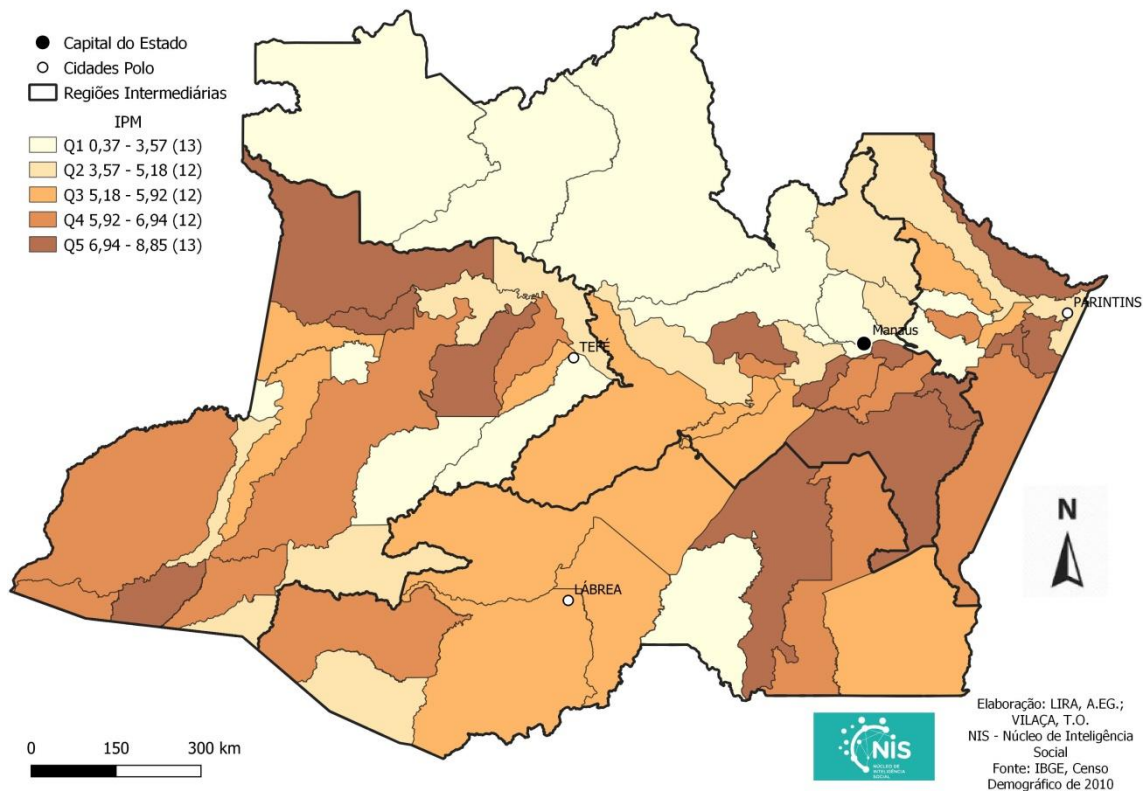
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	N	%
Pobres multidimensionais	53.179	6,59	302.996	8,7	101.637	11,0
Vulneráveis multidimensionais	120.786	15,0	607.369	17,4	195.641	21,2
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>173.965</i>	<i>21,6</i>	<i>910.366</i>	<i>26,1</i>	<i>297.277</i>	<i>32,2</i>
Não pobres e vulneráveis	633.009	78,4	2.573.619	73,9	625.159	67,8
Total	806.974	100	3.483.985	100	922.437	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 62 municípios do Amazonas, 58 apresentaram valores de IPM maiores que o do estado. Isto se dá pelo fato de que, dos 806.974 domicílios do estado, 57,5% estava em Manaus, que possuía baixa incidência de pobreza. Como referência complementar, o segundo maior município do estado, Parintins, tinha 20.958 domicílios. O município Manaquiri obteve os maiores valores (24,27% de incidência, 36,47% de intensidade e 8,85 de IPM), ao passo que a capital Manaus teve os menores valores (1,05% de incidência, 34,97% de intensidade e 0,37 de IPM).

O estado do Amazonas é dividido em quatro Regiões Intermediárias: Manaus, Tefé, Lábrea e Parintins. Segundo o Mapa 9 é possível observar ao Norte do estado uma área com municípios cujos IPM concentravam-se no primeiro e segundo quintis, aqueles com IPM menores. Pertencente à Região Intermediária de Manaus, esta área agrupa grande parte dos equipamentos urbanos do estado. À Leste encontra-se a Região Intermediária de Tefé onde foram identificados municípios cujos IPM variavam do primeiro ao quinto quintil, mas não sendo observado algum padrão espacial na distribuição. Ao Sul localiza-se a Região Intermediária de Lábrea, também com municípios de variados valores de IPM. Destaca-se também a cidade de Humaitá, única da região pertencente ao primeiro quintil. Localizada a Oeste do estado está a Região Intermediária de Parintins que, assim como Tefé, não apresentava um padrão na distribuição espacial do IPM entre os municípios. Para além dos limites das Regiões Intermediárias, tem destaque a região Central do estado, com eixo de municípios com IPM no terceiro quintil.

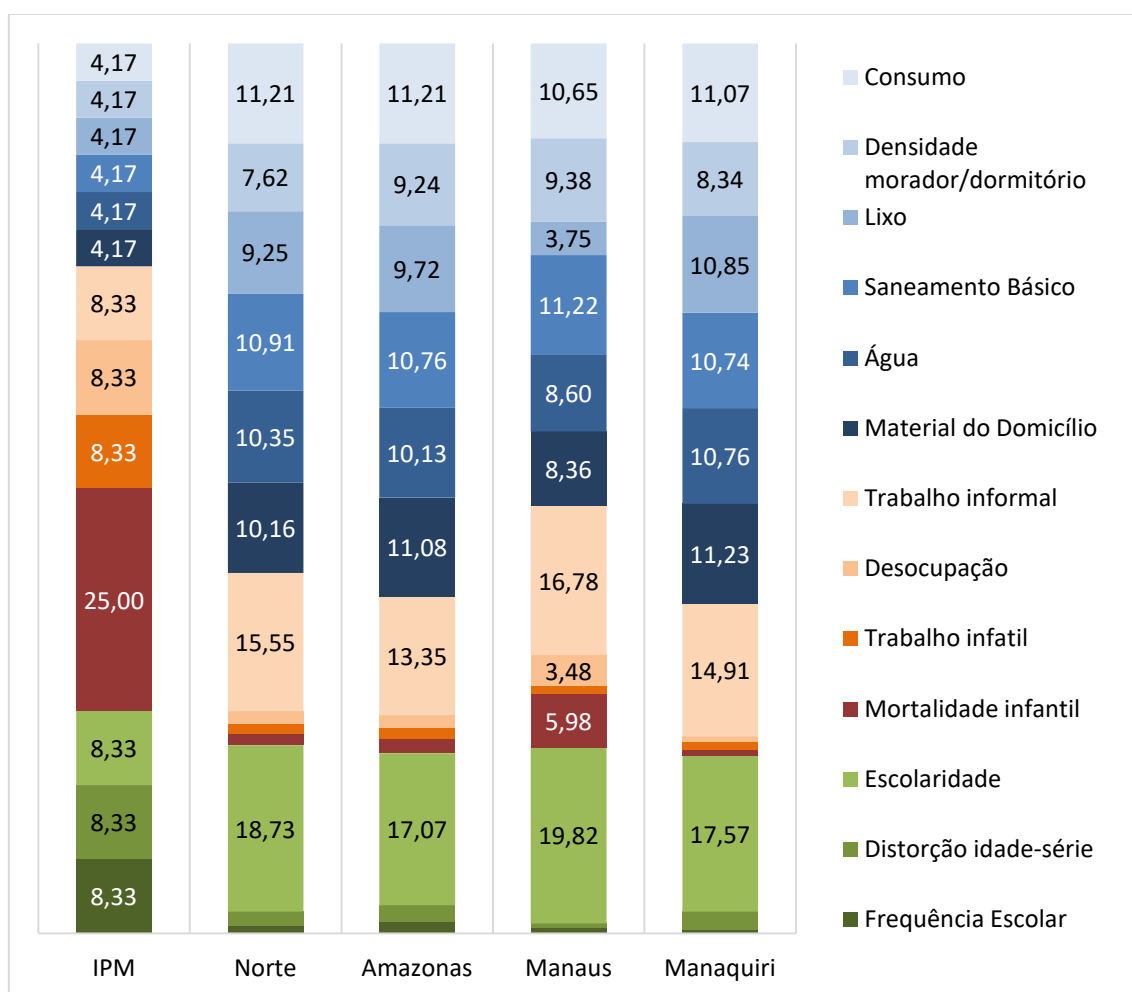
Mapa 9 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Amazonas, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 18 apresenta o cenário de contribuição dos indicadores para o IPM do Amazonas. De maneira geral, os indicadores de Escolaridade e Trabalho Informal e a dimensão Padrão de Vida como um todo se destacaram para identificação da pobreza multidimensional, tanto no estado, quanto nos municípios de maior (Manaquiri) e menor (Manaus) IPM. Merece atenção especial o fato de os indicadores de Mortalidade Infantil e Desocupação terem assumido maior contribuição em Manaus, na comparação com os demais.

Gráfico 18 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Amazonas, Manaus e Manaquiri **, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Manaus e Manaquiri eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.4. Roraima

Do total de 117.965 domicílios do estado de Roraima, em 2010, foram identificados 4.680 pobres multidimensionais, o equivalente a 3,97% (Tabela 10). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 3.032 (4,78%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 1.647 (3,02%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,44%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,69, do que nos domicílios sem crianças, 1,07.

Tabela 10 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Roraima, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	117.965	63.411	54.554
Domicílios não pobres	113.285	110.253	3.032
Domicílios pobres	4.680	3.032	1.647
Incidência (%)	3,97	4,78	3,02
Intensidade (%)	35,44	35,41	35,47
Incidência ajustada (IPM)	1,41	1,69	1,07

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 11, em 2010, no estado de Roraima, 14.466 (12,3%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 19.146 (16,2%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 86.051 (19,1%) casos em ambas as condições, sendo 22.770 (5,1%) pobres e 63.281 (14%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 7.364 (6,2%) pobres e 19.457 (16,4%) vulneráveis, perfazendo um total de 26.821 (22,6%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 11 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Roraima, 2010.

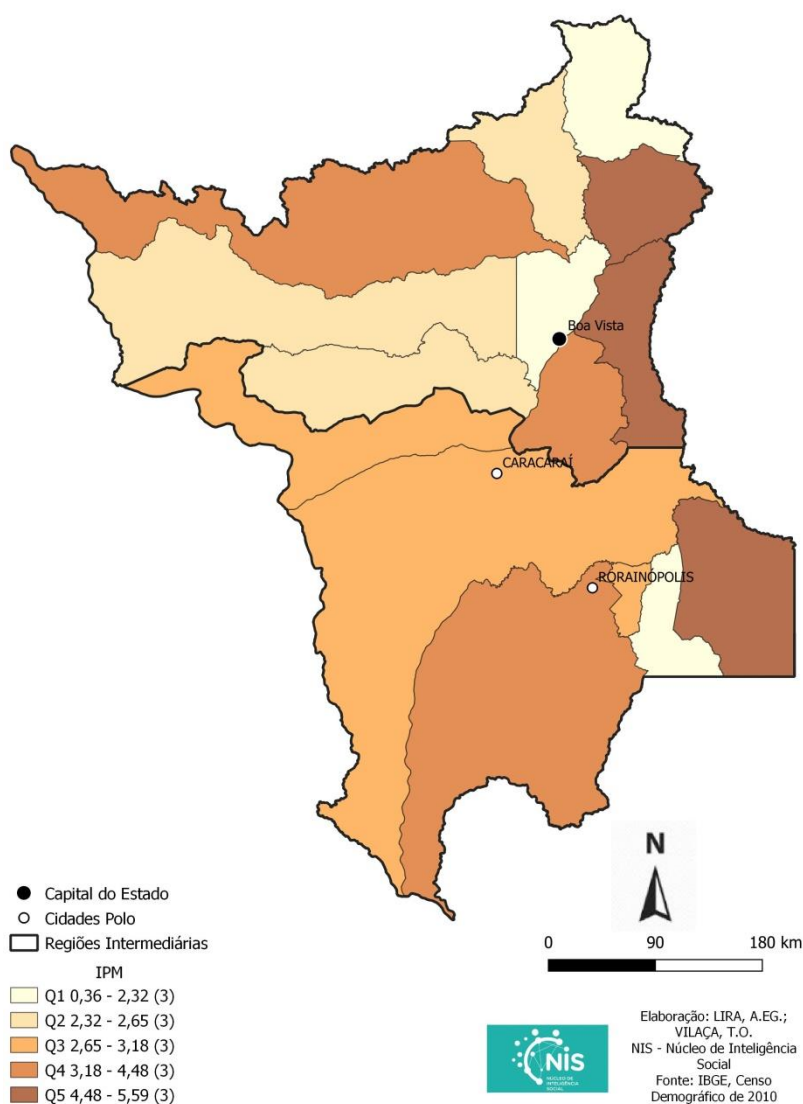
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	N	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	4.680	4,0	22.770	5,1	7.364	6,2
Vulneráveis multidimensionais	14.466	12,3	63.281	14,0	19.457	16,4
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>19.146</i>	<i>16,2</i>	<i>86.051</i>	<i>19,1</i>	<i>26.821</i>	<i>22,6</i>
Não pobres e vulneráveis	98.819	83,8	364.428	80,9	91.641	77,4
Total	117.965	100,0	450.479	100,0	118.462	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 15 municípios de Roraima, somente a capital Boa Vista teve resultados de IPM menores que os do estado (1,01% de incidência, 35,47% de intensidade e 0,36 de IPM). Isto se dá pelo fato de que, dos 117.965 domicílios de Roraima, 66% estava em Boa Vista. Como referência complementar, o segundo maior município do estado, Rorainópolis, tinha 6.011 domicílios. Já o município com os maiores valores foi Caroebe (15,76% de incidência, 35,46% de intensidade e 5,59 de IPM).

Segunda o Mapa 10, a distribuição espacial para o IPM de Roraima não apresentar um padrão significativo. Agrupavam-se no Oeste, divisa com do estado com Guiana, os municípios pertencentes ao quinto quintil, porém nem sempre de forma contínua. Estes municípios são Bonfim, Normandia e Caroebe. Os municípios classificados no primeiro quintil foram a capital, Boa vista e Uiramutã e São João da Baliza. Na Região Intermediária de Boa Vista concentrava-se a maioria dos municípios com IPM no primeiro e segundo quintil. Já em relação à Região Intermediária de Rorainópolis-Caracáí, ficavam agrupados, principalmente, municípios do terceiro, quarto e quinto quintis.

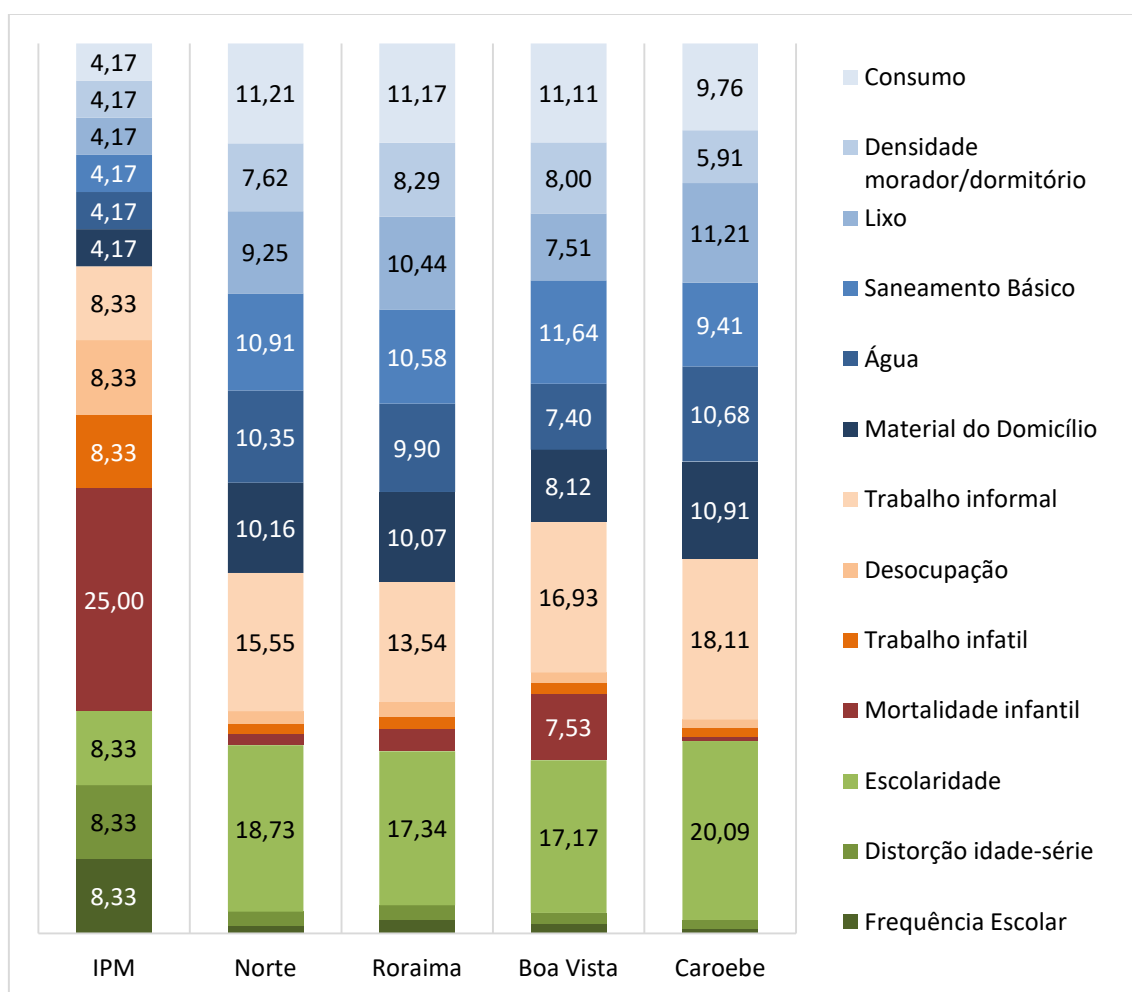
Mapa 10 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Roraima, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 19, por sua vez, mostra a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional em Roraima. De maneira geral, os indicadores de Escolaridade e Trabalho Informal e a dimensão Padrão de Vida como um todo se destacaram para o resultado do IPM em todos os cenários analisados. Destaca-se em Boa Vista, capital do estado e município de menor IPM, a importância do indicador Mortalidade Infantil, ao passo que em Caroebe, município de maior IPM, verifica-se uma distribuição semelhante à encontrada na Região Norte.

Gráfico 19 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Norte, Roraima, Boa Vista e Caroebe, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Boa Vista e Caroebe eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.5 Pará

Do total de 1.877.876 domicílios do estado do Pará, em 2010, foram identificados 173.011 pobres multidimensionais, o equivalente a 9,21% (Tabela 12). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 116.055 (11,53%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 56.957 (6,53%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,75%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 4,14, do que nos domicílios sem crianças, 1,07.

Tabela 12 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Pará, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	1.877.876	1.006.569	871.307
Domicílios não pobres	1.704.865	1.588.810	116.055
Domicílios pobres	173.011	116.055	56.957
Incidência (%)	9,21	11,53	6,53
Intensidade (%)	35,75	35,89	35,47
Incidência ajustada (IPM)	3,29	4,14	1,07

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 13, em 2010, no estado do Pará, 394.107 (21%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 567.119 (30,2%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 2.583.844 (34,1%) casos em ambas as condições, sendo 864.556 (11,4%) pobres e 1.719.287 (22,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 260.202 (14%) pobres e 464.205 (25%) vulneráveis, perfazendo um total de 724.407 (39%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 13 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Pará, 2010.

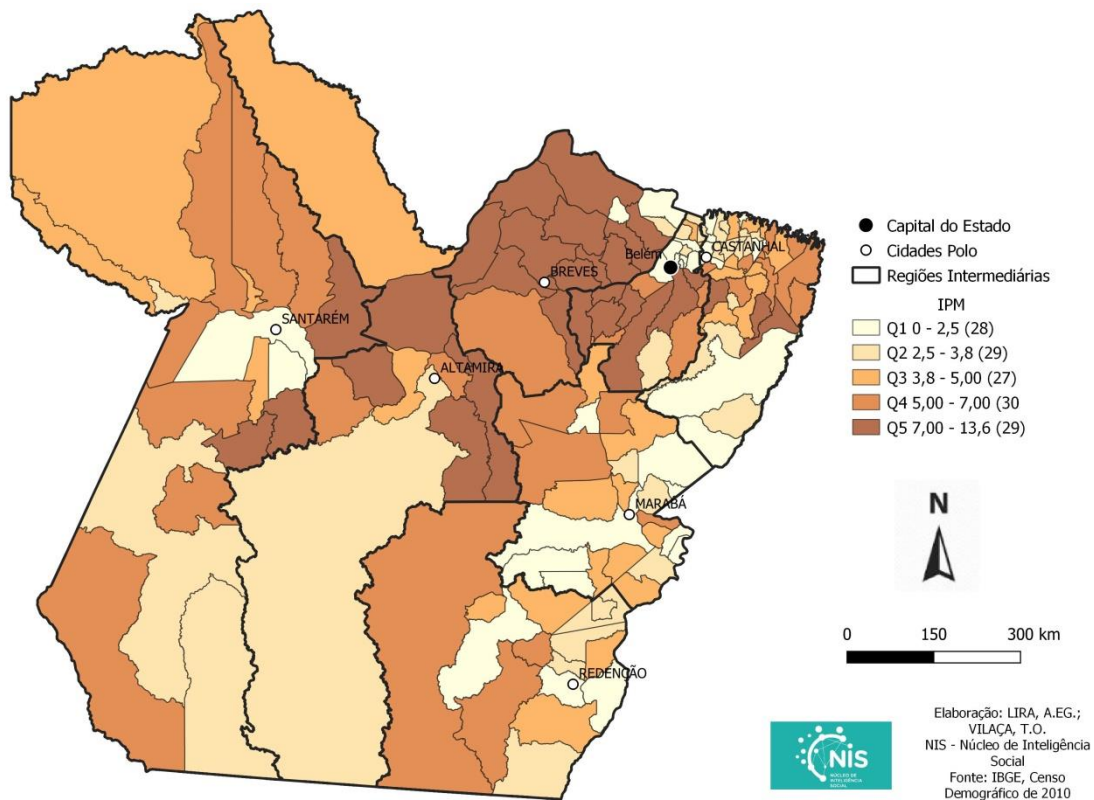
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	N	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	173.011	9,2	864.556	11,4	260.202	14,0
Vulneráveis multidimensionais	394.107	21,0	1.719.287	22,7	464.205	25,0
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>567.119</i>	<i>30,2</i>	<i>2.583.844</i>	<i>34,1</i>	<i>724.407</i>	<i>39,0</i>
Não pobres e vulneráveis	1.310.757	69,8	4.997.207	65,9	1.133.009	61,0
Total	1.877.876	100,0	7.581.051	100,0	1.857.416	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 143 municípios do Pará, 97 apresentaram valores de IPM superior ao do estado. A capital, Belém, apresentou os menores valores (1,51% de incidência, 35,09% de intensidade e 0,53 de IPM), enquanto o município de Melgaço apresentou os maiores valores (37,50% de incidência, 36,34% de intensidade e 13,63 de IPM). Melgaço também era o município com o maior IPM do Brasil.

O estado do Pará está subdividido em sete Regiões Intermediárias. Observando a distribuição do IPM nos municípios segundo o Mapa 11, é possível observar alguns padrões que extrapolam os limites destas regiões. Os municípios com valores de IPM localizados no quinto quintil estavam concentrados principalmente nas Regiões Intermediárias de Breves e Belém, e, em menor escala, na Região Intermediária de Altamira. A Região Metropolitana de Belém se apresentava como uma área de menores IPM, localizada a Noroeste do estado, com municípios de IPM classificados predominantemente no primeiro e no segundo quintil.

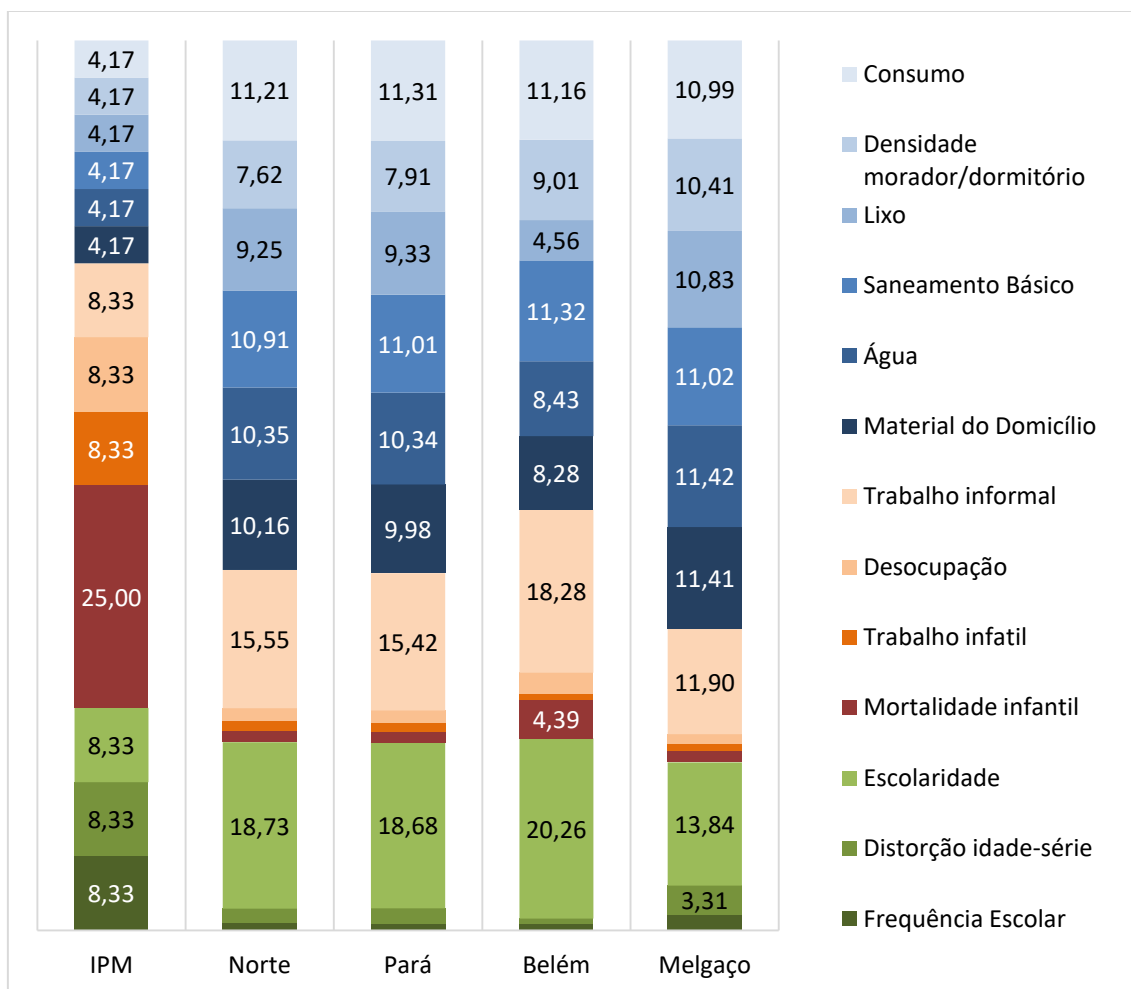
Mapa 11 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Pará, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 20 mostra a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado. De maneira geral, os indicadores Escolaridade e Trabalho Informal e a dimensão Padrão de Vida como um todo foram relevantes para identificação da pobreza no estado. Destaca-se a contribuição da Mortalidade Infantil no caso de Belém, e a Distorção Idade-série em Melgaço. Neste último, ressalta-se ainda a situação de precariedade dos domicílios, haja vista a grande contribuição da dimensão Padrão de Vida no resultado final do IPM.

Gráfico 20 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Pará, Belém e Melgaço, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Belém e Melgaço eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.6. Amapá

Do total de 158.453 domicílios do estado do Amapá, em 2010, foram identificados 7.517 pobres multidimensionais, o equivalente a 4,74% (Tabela 14). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 5.425 (5,85%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 2.093 (3,18%). No que tange à intensidade, os domicílios pobres multidimensionais no geral (tanto os com crianças e os sem) tiveram intensidade média de 35,27%. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 2,06, do que nos domicílios sem crianças, 1,12.

Tabela 14 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Amapá, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	158.453	92.689	65.764
Domicílios não pobres	150.936	87.264	63.672
Domicílios pobres	7.517	5.425	2.093
Incidência (%)	4,74	5,85	3,18
Intensidade (%)	35,27	35,27	35,27
Incidência ajustada (IPM)	1,67	2,06	1,12

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 15, em 2010, no estado do Amapá, 25.010 (15,8%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 32.527 (20,5%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 157.770 (23,6%) casos em ambas as condições, sendo 39.431 (5,9%) pobres e 118.339 (17,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 12.984 (7,4%) pobres e 35.098 (20%) vulneráveis, perfazendo um total de 48.083 (27,4%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 15 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Amapá, 2010.

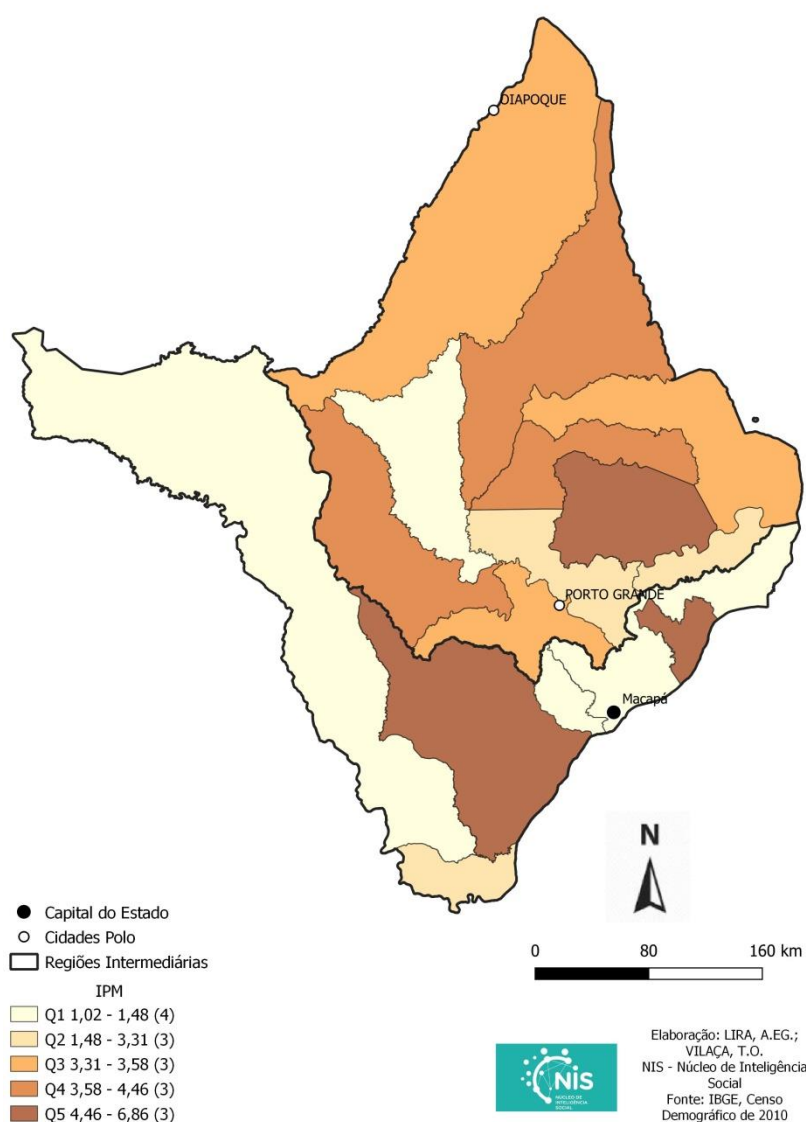
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	7.517	4,74	39.431	5,9	12.984	7,4
Vulneráveis multidimensionais	25.010	15,8	118.339	17,7	35.098	20,0
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>32.527</i>	<i>20,5</i>	<i>157.770</i>	<i>23,6</i>	<i>48.083</i>	<i>27,4</i>
Não pobres e vulneráveis	125.926	85,5	511.756	76,4	127.400	72,6
Total	158.453	100	669.526	100	175.483	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 16 municípios do Amapá, somente quatro tiveram valores de IPM inferiores ao do estado. Isto se dá pelo fato de que, dos 158.453 domicílios do estado, 60,3% estavam em Macapá, que possuía baixa incidência de pobreza. Como referência complementar, o segundo maior município do estado, Santana, tinha 22.518 domicílios. O município de menor valor foi Serra do Navio (3,04% de incidência, 33,72% de intensidade e 1,02 de IPM) e o de maior foi Mazagão (18,91% de incidência, 36,27% de intensidade e 6,86 de IPM). A capital, Macapá, teve valores próximos aos de Serra do Navio (3,03% de incidência, 34,94% de intensidade e 1,06 de IPM).

O Mapa 12 apresenta a distribuição do IPM para o estado do Amapá. A Região Intermediária de Macapá, ao Sul, concentrava a maioria dos municípios com IPM no primeiro quintil, sendo que havia também um município no segundo quintil e dois no quinto. Já ao Norte, a Região Intermediária de Oiapoque-Porto Grande se destacava com a presença de municípios no segundo, terceiro e quarto quintis. Os municípios com IPM no quinto quintil não são contíguos, não sugerindo, assim, autocorrelação espacial, sendo eles: Cutias do Araguari, Mazagão e Tartarugalzinho.

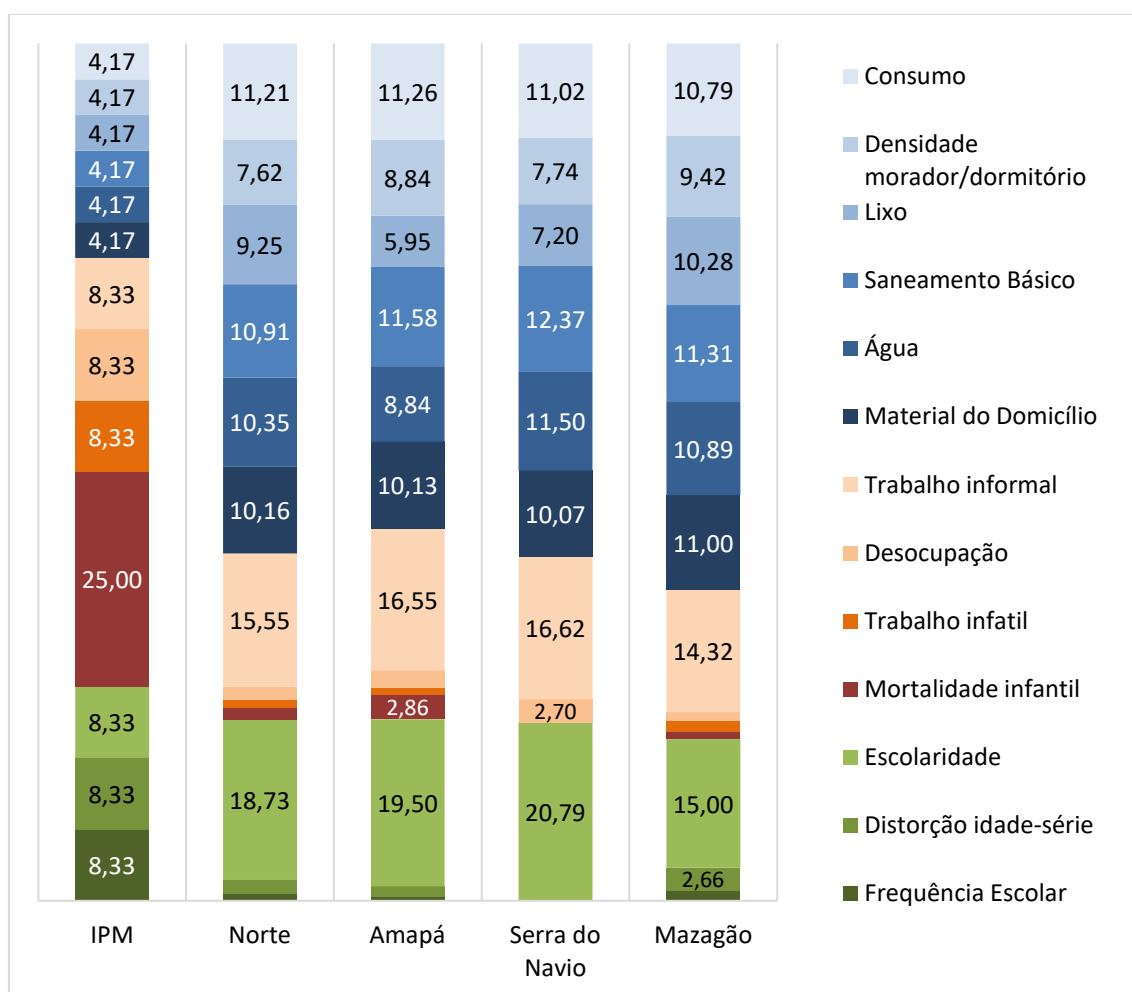
Mapa 12 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Amapá, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 21 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no Amapá. Os indicadores mais relevantes para compreender a situação de pobreza multidimensional no estado foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo – sendo que esta teve importância ainda maior para o município de maior IPM (Mazagão). Destaca-se, ainda, que no município de menor IPM (Serpa do Navio) não houve privação nos indicadores de Mortalidade Infantil e Trabalho Infantil.

Gráfico 21 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Amapá, Serra do Navio e Mazagão, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Serra do Navio e Mazagão eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.7. Tocantins

Do total de 402.257 domicílios do estado do Tocantins, em 2010, foram identificados 10.138 pobres multidimensionais, o equivalente a 2,52% (Tabela 16). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 4.970 (2,71%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 5.168 (2,36%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,71% no conjunto de indicadores do índice com pequena diferença na intensidade da pobreza entre os domicílios com crianças (35,31%) e os sem (34,11%). O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,96 contra 0,81.

Tabela 16 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Tocantins, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	402.257	183.565	218.692
Domicílios não pobres	392.119	387.149	4.970
Domicílios pobres	10.138	4.970	5.168
Incidência (%)	2,52	2,71	2,36
Intensidade (%)	34,71	35,31	34,11
Incidência ajustada (IPM)	0,87	0,96	0,81

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 17, em 2010, no estado do Tocantins, 50.078 (12,4%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 60.216 (15%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 219.683 (15,9%) casos em ambas as condições, sendo 38.674 (2,8%) pobres e 181.009 (13,1%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 10.079 (3,2%) pobres e 40.850 (13,1%) vulneráveis, perfazendo um total de 50.929 (16,4%). Portanto, a proporção de vulneráveis dentre o total de pessoas e dentre as crianças era a mesma, o que não se observou na proporção de pobres, que era maior no grupo de domicílios com crianças.

Tabela 17 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Tocantins, 2010.

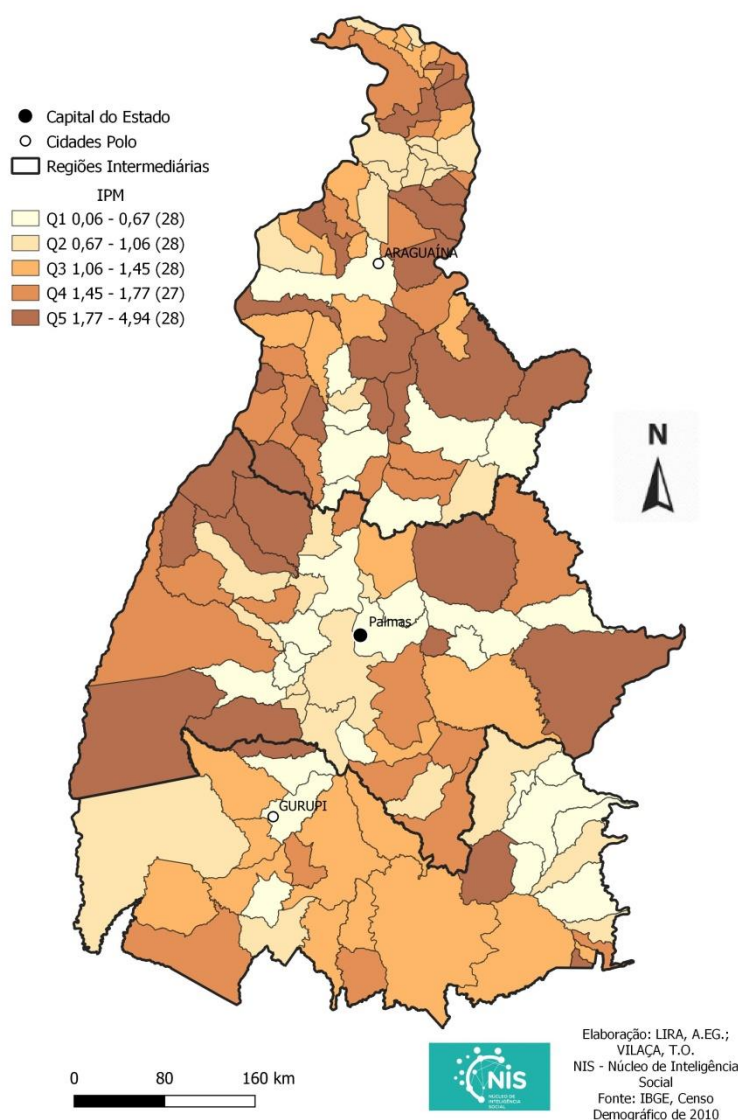
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	10.138	2,5	38.674	2,8	10.079	3,2
Vulneráveis multidimensionais	50.078	12,4	181.009	13,1	40.850	13,1
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>60.216</i>	<i>15,0</i>	<i>219.683</i>	<i>15,9</i>	<i>50.929</i>	<i>16,4</i>
Não pobres e vulneráveis	342.041	85,0	1.163.762	84,1	259.816	83,6
Total	402.257	100,0	1.383.445	100,0	310.745	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 139 municípios do Tocantins, 102 apresentaram valores de IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Recursolândia (0,17% de incidência, 33,35% de intensidade e 0,06 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital, Palmas (0,31% de incidência, 34,45% de intensidade e 0,11 de IPM). O município de maior IPM foi Tupiratins (14,24% de incidência, 34,72% de intensidade e 4,94 de IPM),

O estado do Tocantins tem fronteiras com estados das regiões Centro–Oeste e Nordeste. Sua economia é predominantemente agropecuária, sendo um grande produtor e exportador de Grãos, o que o torna um estado distinto em relação aos outros estados da Região Norte. Em relação às Regiões Intermediárias o estado possui três: Araguaína, ao Norte, Palmas na área central e Gurupi ao Sul. Segundo o Mapa 13, a distribuição do IPM não tinha uma relação direta com estas regiões. O que se nota é um eixo central a Sudoeste delineado por municípios no primeiro e segundo quintis, bem como uma pequena concentração de municípios assim classificados. Percebe-se também uma faixa à Oeste com municípios predominantemente localizados no quarto e quinto quintis.

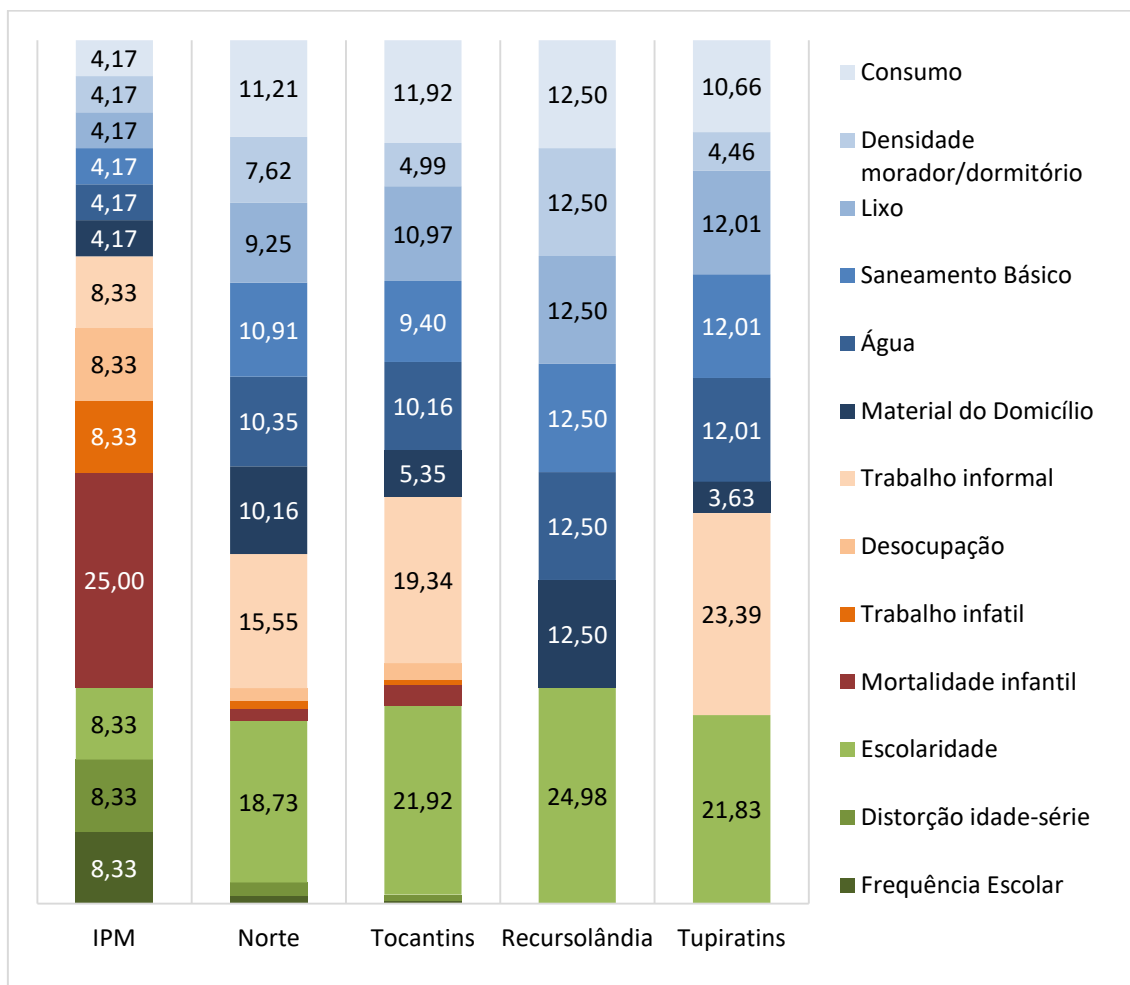
Mapa 13 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Tocantins, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 22 mostra a contribuição relativa de cada indicador para o IPM. De maneira geral, observa-se que tanto no estado quanto nos dois municípios selecionados, o indicador Escolaridade apresentou grande relevância para identificação da pobreza multidimensional. O indicador de Trabalho Informal também se destacou para o estado e para o município de Tupiratins. Nota-se que a dimensão Padrão de Vida como um todo era de grande importância em todos os cenários analisados, principalmente no município de menor IPM (Recursolândia), que não apresentou privações nas dimensões Saúde e Trabalho.

Gráfico 22 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Norte, Tocantins, Recursolândia e Tupiratins, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Recursolândia e Tupiratins eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.8 Maranhão

Do total de 1.661.659 domicílios do estado do Maranhão, em 2010, foram identificados 91.491 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 5,51% (Tabela 18). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 58.626 (6,73%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 32.865 (4,16%). Quanto à intensidade da pobreza, a média do estado foi de 35,38%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 2,39, do que nos domicílios sem crianças, 1,46.

Tabela 18 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Maranhão, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	1.661.659	871.640	790.019
Domicílios não pobres	1.570.168	1.511.542	58.626
Domicílios pobres	91.491	58.626	32.865
Incidência (%)	5,51	6,73	4,16
Intensidade (%)	35,38	35,60	35,03
Incidência ajustada (IPM)	1,95	2,39	1,46

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 19, em 2010, no estado do Maranhão, 317.370 (19,1%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 408.860 (24,6%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 1.784.831 (24,6%) casos em ambas as condições, sendo 427.933 (6,5%) pobres e 1.356.898 (20,6%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 126.760 (7,9%) pobres e 353.875 (22,1%) vulneráveis, perfazendo um total de 480.635 (30%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 19 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Maranhão, 2010.

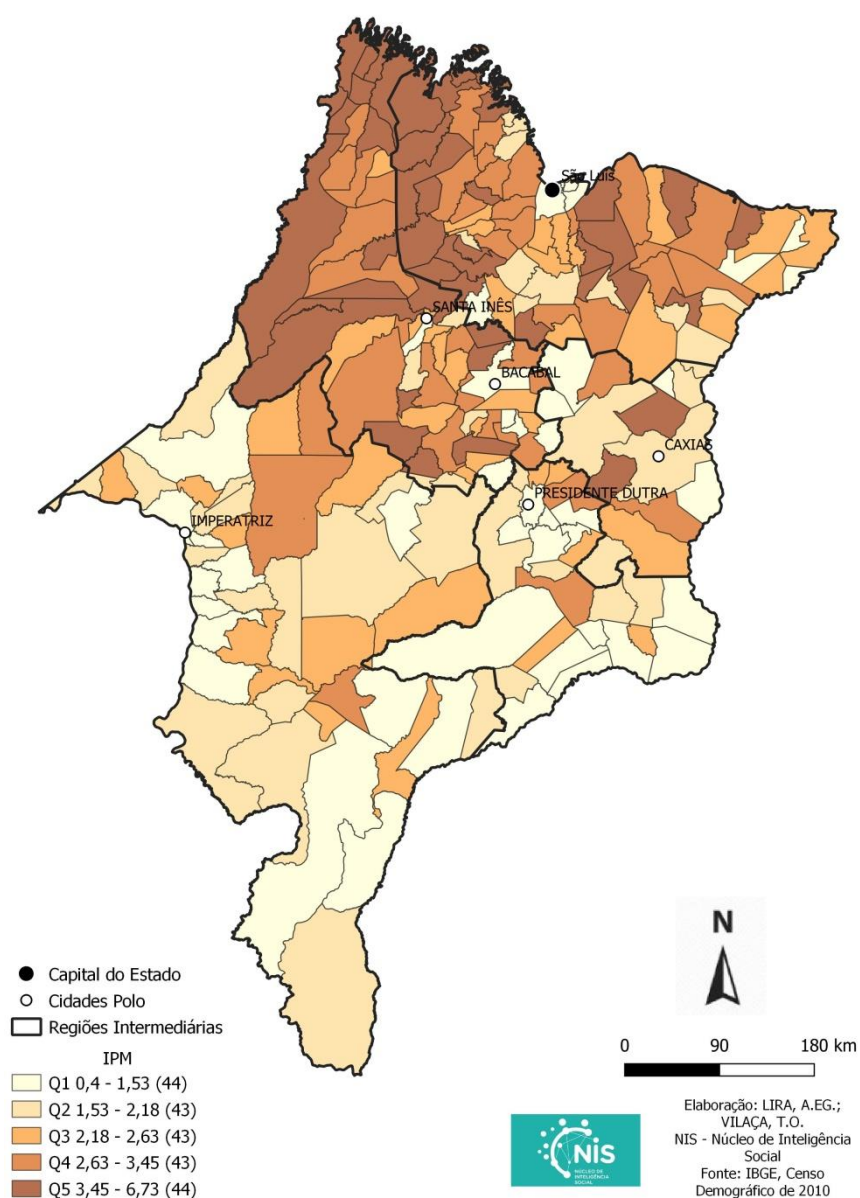
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	91.491	5,5	427.933	6,5	126.760	7,9
Vulneráveis multidimensionais	317.370	19,1	1.356.898	20,6	353.875	22,1
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>408.860</i>	<i>24,6</i>	<i>1.784.831</i>	<i>27,1</i>	<i>480.635</i>	<i>30,0</i>
Não pobres e vulneráveis	1.252.799	75,4	4.789.958	72,9	1.123.521	70,0
Total	1.661.659	100	6.574.789	100,0	1.604.156	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 217 municípios do Maranhão, 141 apresentaram IPM superiores ao do estado. Imperatriz foi o município com menores valores (1,13% de incidência, 35,16% de intensidade e 0,40 de IPM), enquanto Pedro do Rosário foi o município com os maiores valores (18,45% de incidência, 36,47% de intensidade e 6,73 de IPM). São Luiz, capital, teve valores próximos ao município de menor IPM (1,33% de incidência, 34,25% de intensidade e 0,46 de IPM).

O estado do Maranhão apresentava três padrões espaciais distintos em relação ao IPM, segundo o Mapa 14. Estes não parecem seguir os limites das Regiões Intermediárias, mas sim uma relação Norte-Sul e, em menor escala, Leste-Oeste. Os municípios do Norte do estado apresentaram predominância de IPM entre o terceiro, quarto e quinto quintis. Contudo neste recorte, o Noroeste do estado ganha ainda mais destaque, formando uma faixa com municípios que estavam majoritariamente no quarto e quinto quintis. Na medida em que se desloca para o Sul do estado, aparecem municípios com menores valores de IPM, sobretudo no primeiro e segundo quintis. Ressalta-se que o Sul do estado pertence à região MATOPIBA (composta pelo estado do Tocantins e áreas dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia), responsável por impulsionar a economia com um grande volume de atividades agrícolas e de pecuária (EMBRAPA, 2019).

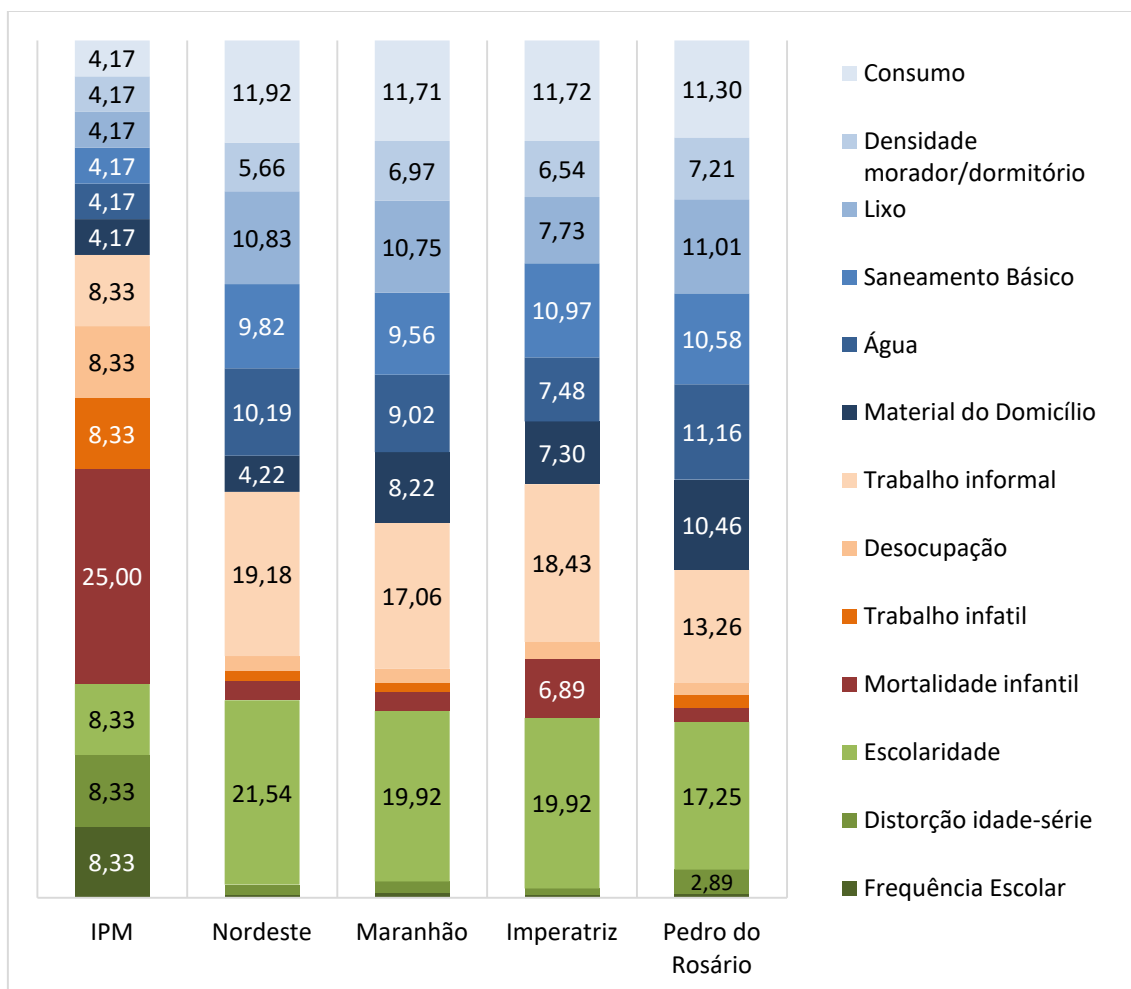
Mapa 14 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Maranhão, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 23 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para a explicação da pobreza multidimensional no Maranhão. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Em Imperatriz, município de menor IPM, destaca-se a Mortalidade Infantil e em Pedro do Rosário, município de maior IPM, nota-se a precariedade das condições de moradia, haja vista a contribuição da dimensão Padrão de Vida.

Gráfico 23 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Maranhão, Imperatriz e Pedro do Rosário, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Imperatriz e Pedro do Rosário eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.9. Piauí

Do total de 852.506 domicílios do estado do Piauí, em 2010, foram identificados 27.577 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 3,23% (Tabela 20). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 16.324 (4,19%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 11.252 (2,43%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,77%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,46, do que nos domicílios sem crianças 0,83.

Tabela 20 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Piauí, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	852.506	389.510	462.996
Domicílios não pobres	824.929	808.605	16.324
Domicílios pobres	27.577	16.324	11.252
Incidência (%)	3,23	4,19	2,43
Intensidade (%)	34,56	34,81	34,14
Incidência ajustada (IPM)	1,12	1,46	0,83

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 21, em 2010, no estado do Piauí, 140.713 (16,5%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 168.290 (19,7%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 667.871 (21,4%) casos em ambas as condições, sendo 118.207 (3,8%) pobres e 549.664 (17,6%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 31.708 (5%) pobres e 118.274 (18,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 149.982 (23,4%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 21 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Piauí, 2010.

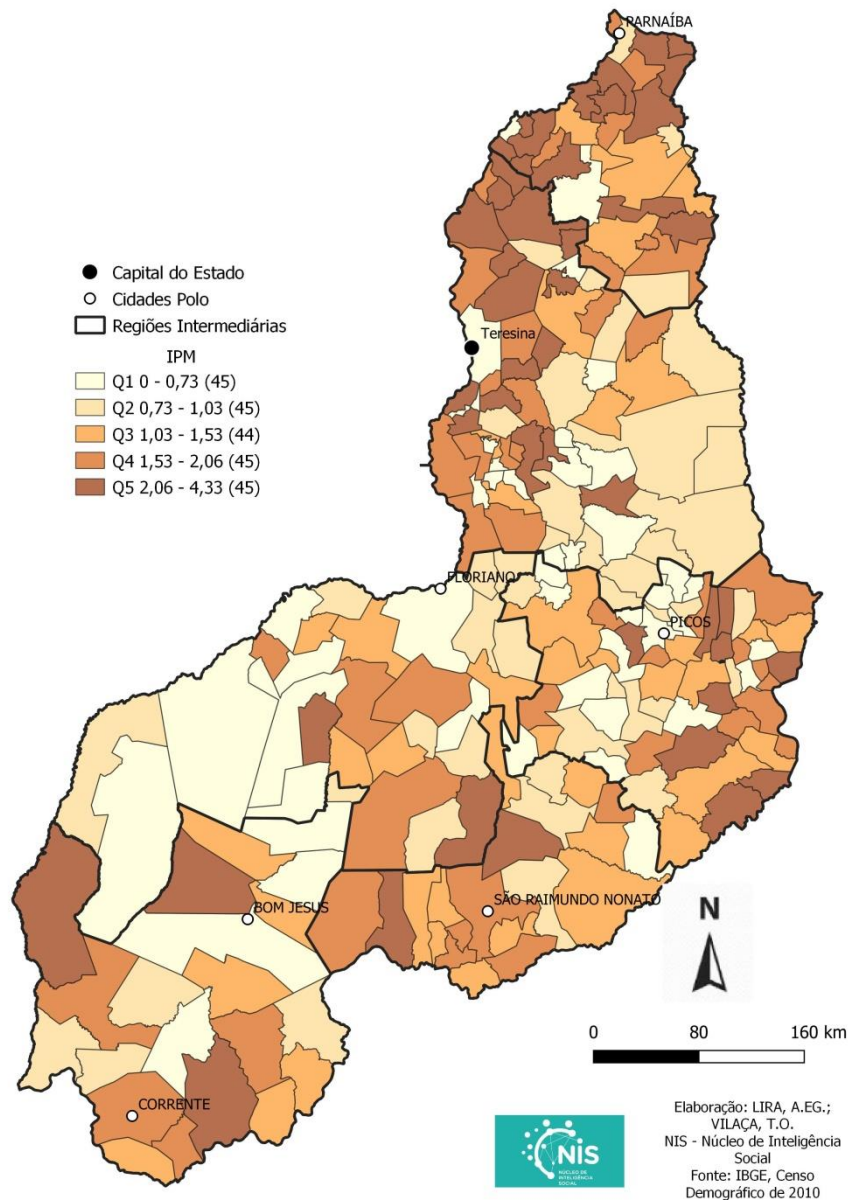
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	27.577	3,2	118.207	3,8	31.708	5,0
Vulneráveis multidimensionais	140.713	16,5	549.664	17,6	118.274	18,5
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>168.290</i>	<i>19,7</i>	<i>667.871</i>	<i>21,4</i>	<i>149.982</i>	<i>23,4</i>
Não pobres e vulneráveis	684.216	80,3	2.450.489	78,6	490.230	76,6
Total	852.506	100,0	3.118.360	100,0	640.212	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 224 municípios do Piauí, 118 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Santo Inácio do Piauí (0,25% de incidência, 33,34% de intensidade, 0,08 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital Teresina (0,78% de incidência, 35,09% de intensidade, 0,27 de IPM). O município de maior IPM foi Nossa Senhora dos Remédios (12,02% de incidência, 36,02% de intensidade e 4,33 de IPM).

O Mapa 15 apresenta a distribuição espacial do IPM no estado do Piauí, na escala municipal. Ainda que haja certa concentração de municípios com situação de pobreza mais agravada no Norte do estado, o mesmo pode ser observado também nas regiões Leste e Sudoeste, mas com magnitudes menores. Destaca-se que a região Oeste, que faz divisa com o Maranhão e compõe a área de MATOPIBA, apresenta os municípios com menores IPM do estado.

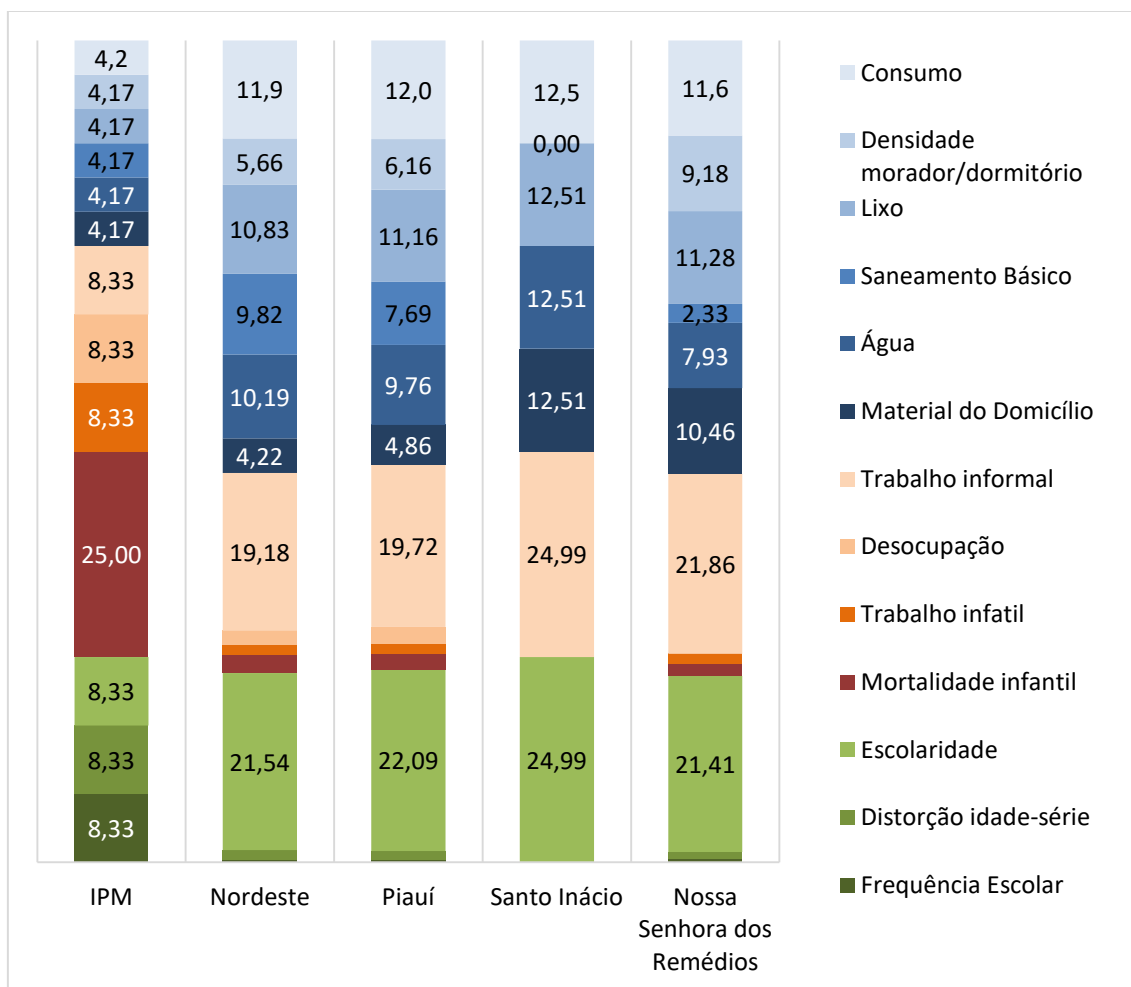
Mapa 15 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Piauí, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 24 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Piauí. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município de Santo Inácio do Piauí, o de menor IPM, onde não foram detectadas privações nos indicadores de Mortalidade Infantil, Trabalho Infantil e Desocupação.

Gráfico 24 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Piauí, Santo Inácio e Nossa Senhora dos Remédios, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Santo Inácio e Nossa Senhora dos Remédios eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.10. Ceará

Do total de 2.380.173 domicílios do estado do Ceará, em 2010, foram identificados 55.761 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,34% (Tabela 22). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 32.777 (3,03%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 22.984 (1,77%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,65%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,06, do que nos domicílios sem crianças, 0,60.

Tabela 22 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Ceará, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	2.380.173	1.078.813	1.301.360
Domicílios não pobres	2.324.412	1.046.036	1.278.376
Domicílios pobres	55.761	32.777	22.984
Incidência (%)	2,34	3,03	1,77
Intensidade (%)	34,65	34,92	34,25
Incidência ajustada (IPM)	0,81	1,06	0,60

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 23, em 2010, no estado do Ceará, 289.884 (12,2%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 345.644 (14,5%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 1.356.551 (15,2%) casos em ambas as condições, sendo 237.409 (2,6%) pobres e 1.119.142 (12,6%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 58.587 (3,2%) pobres e 229.513 (16,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 288.100 (19,7%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 23 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Ceará, 2010.

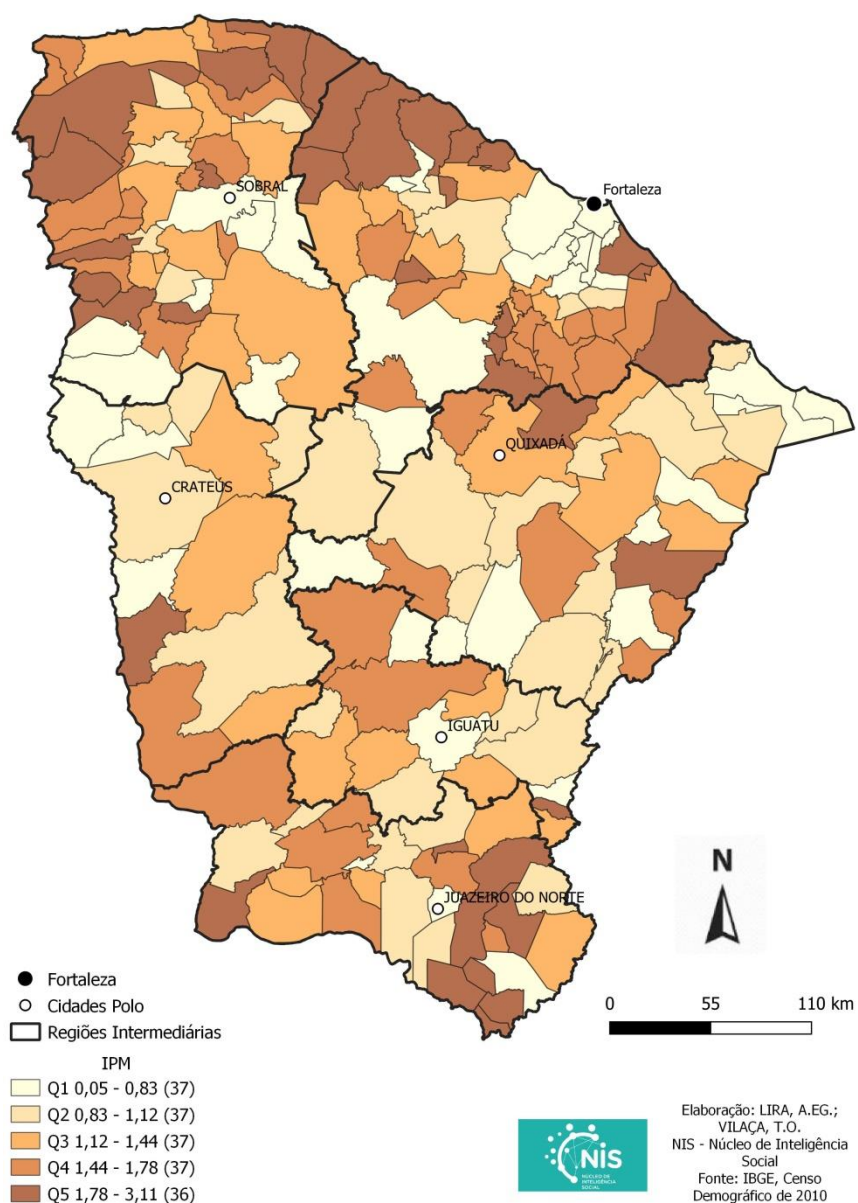
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	55.761	2,3	237.409	2,6	58.587	3,2
Vulneráveis multidimensionais	289.884	12,2	1.119.142	12,6	229.513	16,5
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>345.644</i>	<i>14,5</i>	<i>1.356.551</i>	<i>15,2</i>	<i>288.100</i>	<i>19,7</i>
Não se aplica	2.034.529	85,5	7.095.830	84,8	1.382.827	80,3
Total	2.380.173	100	8.452.381	100	1.670.927	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 184 municípios do Ceará, 148 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital do estado, Fortaleza (0,15% de incidência, 33,85% de intensidade, 0,05 de IPM) e o de maior IPM foi Bela Cruz (9,01% de incidência, 34,56% de intensidade e 3,11 de IPM).

O Mapa 16, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal mostra uma concentração de municípios que tinham IPM intermediários e altos (do terceiro ao quinto quintil) nas Regiões Intermediárias de Sobral e Fortaleza, ao Norte do estado, e na Região Intermediária de Juazeiro do Norte, ao Sul. Alguns municípios eram exceção a esse padrão, localizando-se no primeiro quintil da distribuição, em especial a capital e seu entorno e as cidades polo das outras duas regiões. A faixa central, de Oeste a Leste, apresentava um perfil intermediário com predominância de municípios localizados no segundo e no terceiro quintis.

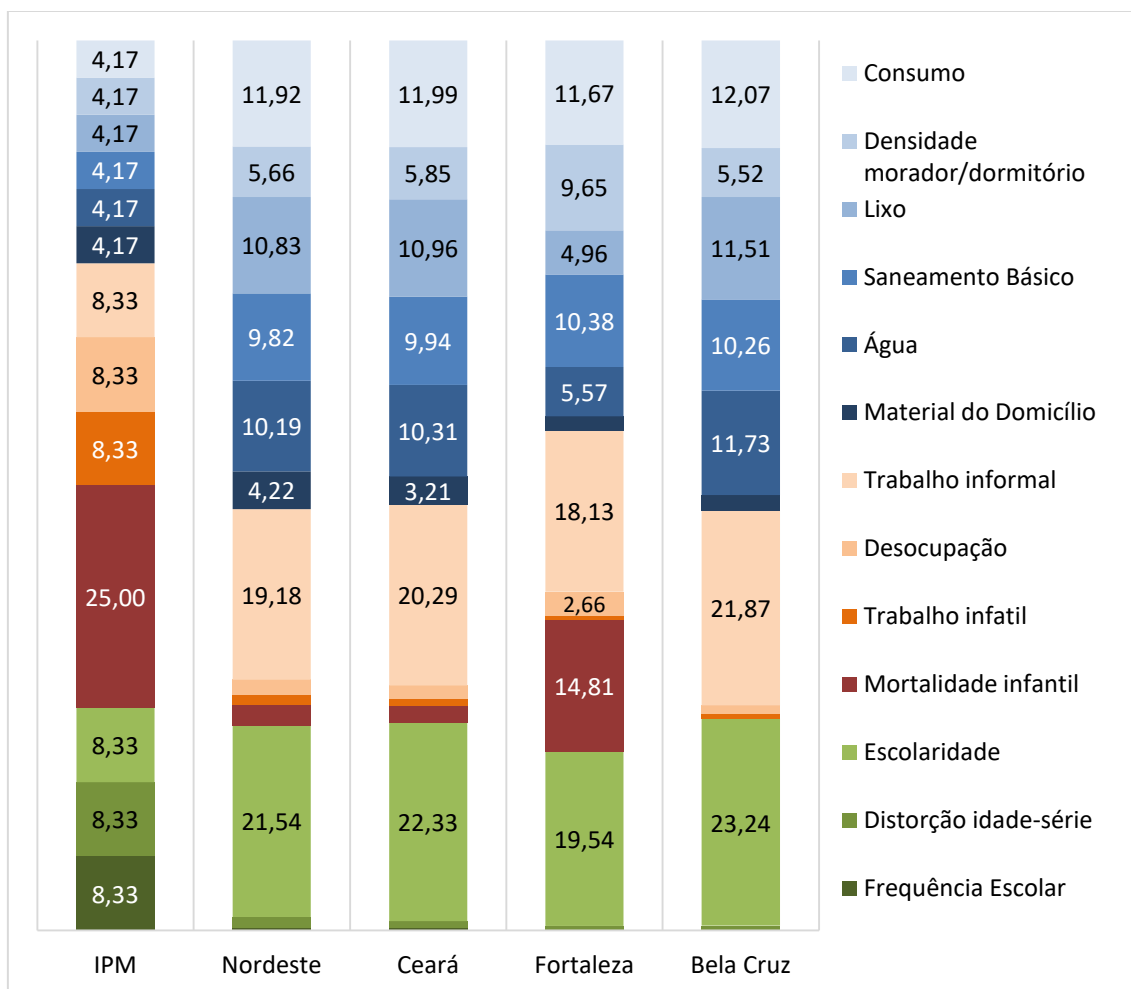
Mapa 16 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Ceará, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 25 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Ceará. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o peso do indicador Mortalidade Infantil para o IPM de Fortaleza, município com menor IPM. Em Bela Cruz, o de maior IPM, destacam-se os indicadores de Escolaridade dos adultos e a situação de precariedade das condições de habitação.

Gráfico 25 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Ceará, Fortaleza e Bela Cruz, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Fortaleza e Bela Cruz eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.11. Rio Grande do Norte

Do total de 906.488 domicílios do estado do Rio Grande do Norte, em 2010, foram identificados 14.166 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,56% (Tabela 24). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 7.764 (1,95%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 6.403 (1,26%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,73%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 0,68, do que nos domicílios sem crianças, 0,43.

Tabela 24 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rio Grande do Norte, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	906.488	398.134	508.354
Domicílios não pobres	892.322	884.558	7.764
Domicílios pobres	14.166	7.764	6.403
Incidência (%)	1,56	1,95	1,26
Intensidade (%)	34,73	35,09	34,22
Incidência ajustada (IPM)	0,54	0,68	0,43

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 24, em 2010, no estado do Rio Grand do Norte, 88.402 (9,8%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 102.568 (11,3%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 395.570 (12,5%) casos em ambas as condições, sendo 58.314 (1,8%) pobres e 337.257 (10,6%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 14.043 (2,3%) pobres e 70.572 (11,6%) vulneráveis, perfazendo um total de 84.615 (13,9%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 25 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rio Grande do Norte, 2010.

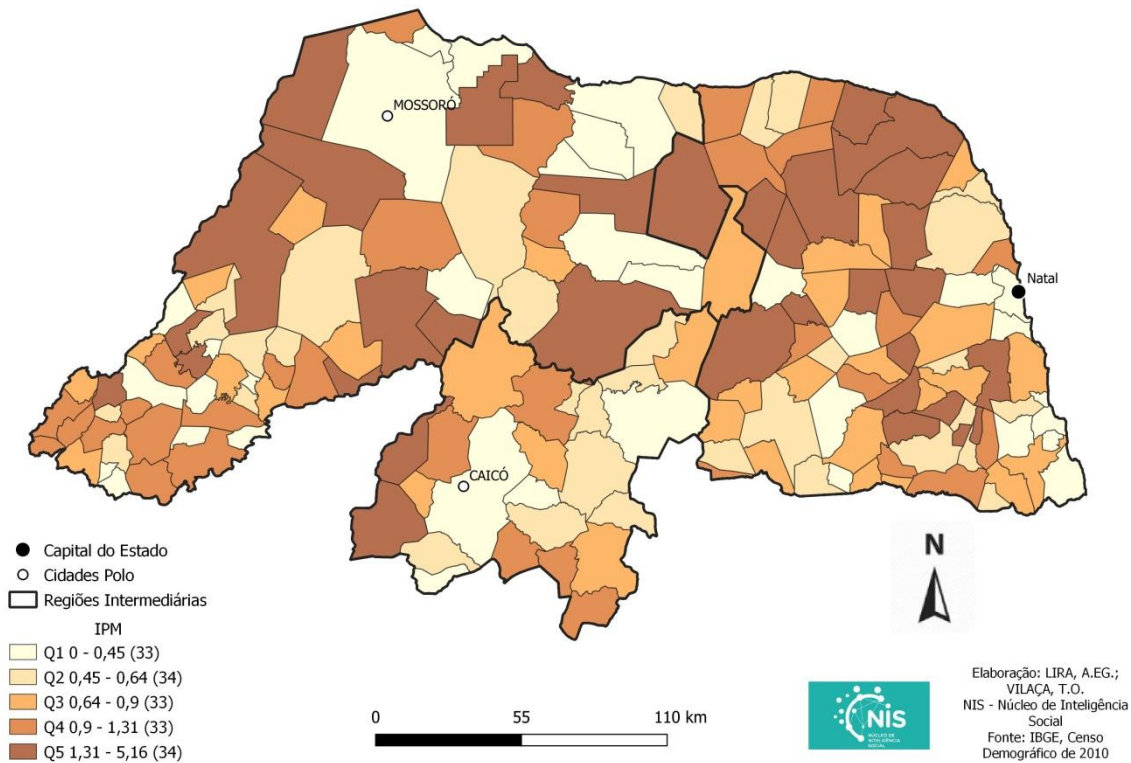
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	N	%
Pobres multidimensionais	14.166	1,6	58.314	1,8	14.043	2,3
Vulneráveis multidimensionais	88.402	9,8	337.257	10,6	70.572	11,6
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>102.568</i>	<i>11,3</i>	<i>395.570</i>	<i>12,5</i>	<i>84.615</i>	<i>13,9</i>
Não pobres e vulneráveis	803.920	88,7	2.772.457	87,5	523.598	86,1
Total	906.488	100,0	3.168.027	100,0	608.213	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 167 municípios do Piauí, 115 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Caiçara do Rio do Vento (0,20% de incidência, 33,34% de intensidade, 0,07 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital Natal (0,22% de incidência, 36,79% de intensidade, 0,08 de IPM). Já o município de maior IPM foi Jardim dos Angicos (14,90% de incidência, 34,62% de intensidade e 5,16 de IPM).

A distribuição do IPM nos municípios no Rio Grande do Norte, segundo o Mapa 17, não sugere associação espacial significativa. A maior parte dos municípios com IPM no quinto quintil está localizada nas Regiões Intermediárias de Natal e Mossoró, apesar de Natal pertencer ao primeiro quintil, aqueles com os 20% menores IPM. Na Região Intermediária de Caicó, a pobreza multidimensional é menos acentuada que nas regiões vizinhas.

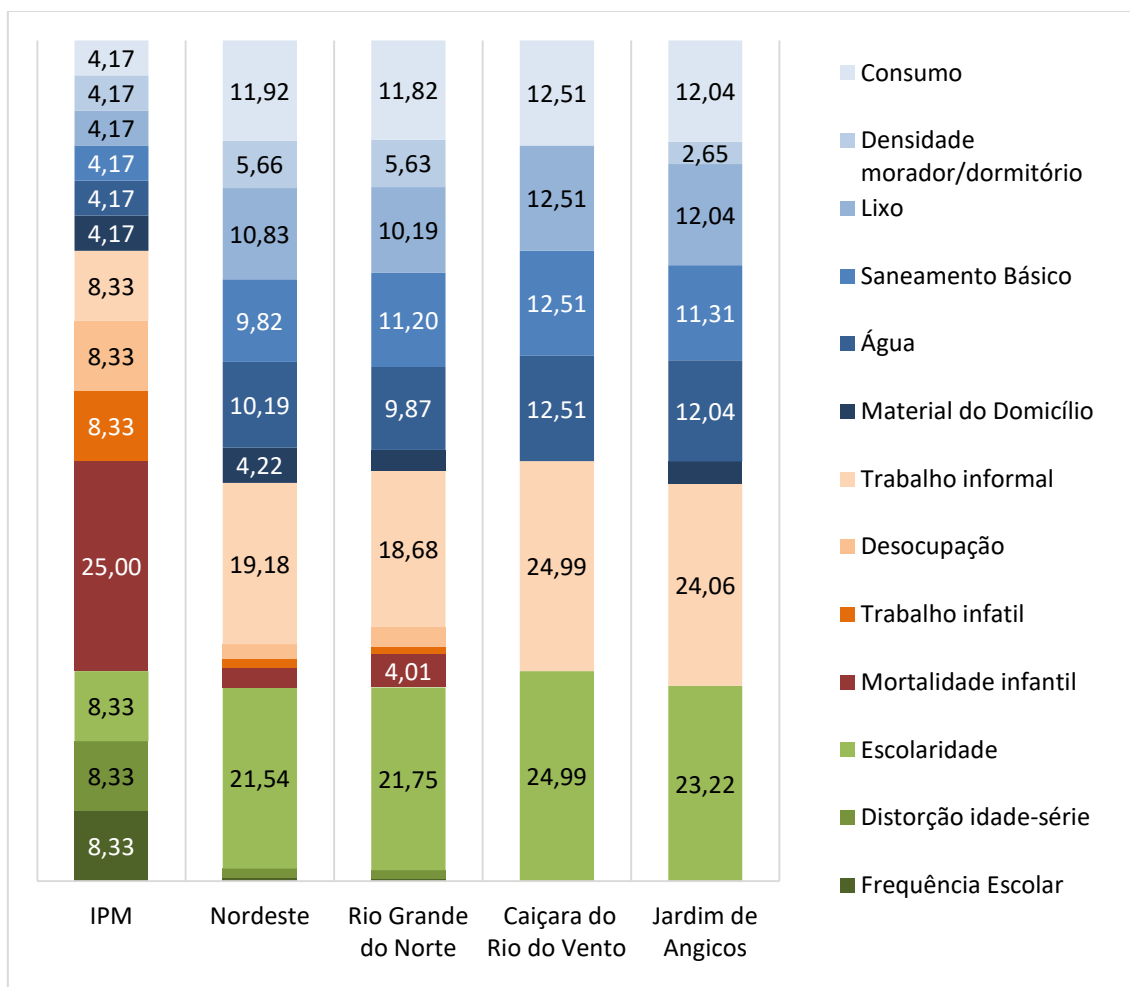
Mapa 17 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rio Grande do Norte, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 26 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Rio Grande do Norte. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o fato de os municípios com o maior e o menor valor de IPM não apresentarem privação quanto à Mortalidade Infantil, Trabalho Infantil e Desocupação. Em Caiçara do Rio do Vento também não se verificou privação em Material do Domicílio e Densidade Morador/Dormitório.

Gráfico 26 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Rio Grande do Norte, Caiçara do Rio do Vento e Jardim de Angicos, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Caiçara do Rio do Vento e Jardim de Angicos eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.12. Paraíba

Do total de 1.090.463 domicílios do estado da Paraíba, em 2010, foram identificados 28.362 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,60% (Tabela 26). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 15.249 (3,25%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 13.113 (2,11%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,61%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,14, do que nos domicílios sem crianças, 0,72.

Tabela 26 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Paraíba, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	1.090.463	468.810	621.653
Domicílios não pobres	1.062.101	1.046.851	15.249
Domicílios pobres	28.362	15.249	13.113
Incidência (%)	2,60	3,25	2,11
Intensidade (%)	34,61	35,00	34,07
Incidência ajustada (IPM)	0,90	1,14	0,72

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 26, em 2010, no estado da Paraíba, 136.866 (12,6%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 165.229 (15,2%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 632.167 (16,8%) casos em ambas as condições, sendo 115.918 (3,1%) pobres e 516.249 (13,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 27.773 (3,7%) pobres e 105.797 (14,3%) vulneráveis, perfazendo um total de 133.570 (18%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 27 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Paraíba, 2010.

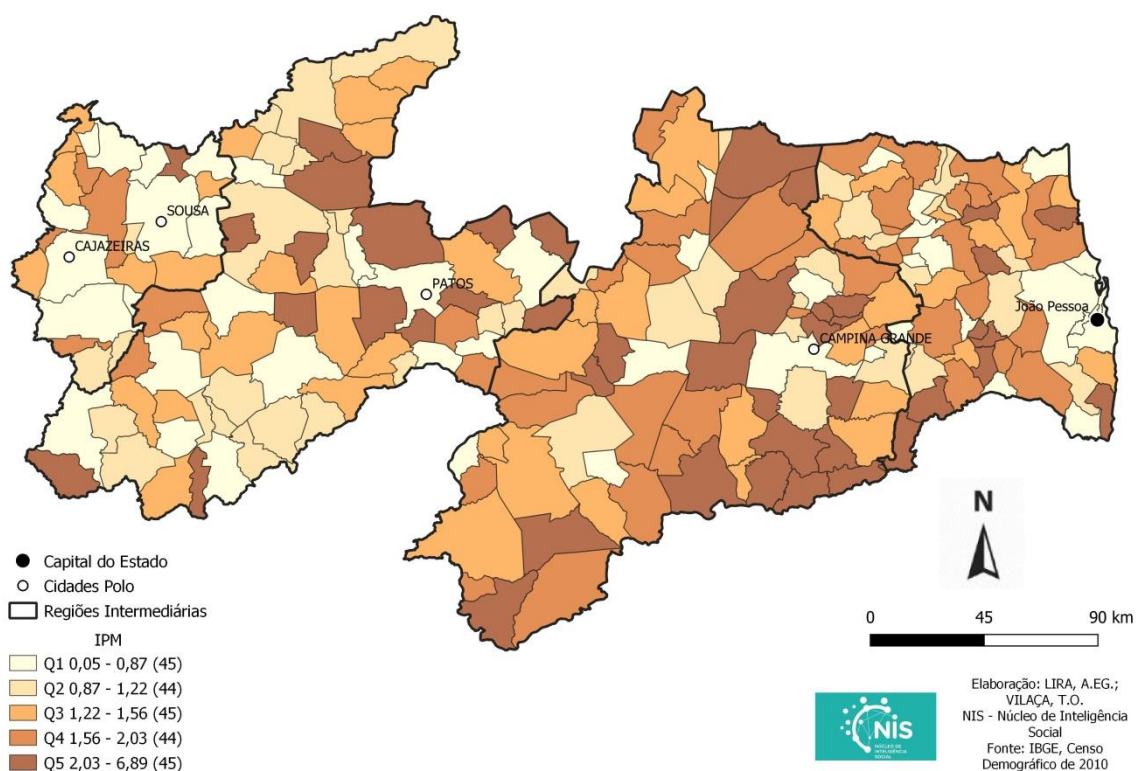
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	28.362	2,6	115.918	3,1	27.773	3,7
Vulneráveis multidimensionais	136.866	12,6	516.249	13,7	105.797	14,3
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>165.229</i>	<i>15,2</i>	<i>632.167</i>	<i>16,8</i>	<i>133.570</i>	<i>18,0</i>
Não pobres e vulneráveis	925.234	84,8	3.134.361	83,2	607.722	82,0
Total	1.090.463	100,0	3.766.528	100,0	741.292	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 223 municípios da Paraíba, 173 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital, João Pessoa (0,14% de incidência, 37,46% de intensidade, 0,05 de IPM) e o de maior IPM foi Matinhas (20,09% de incidência, 34,31% de intensidade e 6,89 de IPM).

Segundo o Mapa 18, na região próxima ao litoral, onde se encontra a capital, os municípios estão classificados, em sua maioria, no primeiro quintil do IPM. Na Região Intermediária de Campina Grande é observada maior ocorrência de municípios no quinto quintil, isto é, os 20% mais pobres. Avançando a Oeste, aumentava a incidência de municípios no primeiro e segundo quintis, sendo que a Região Intermediária de Souza-Cajazeiras possuía a maior concentração de localidades classificadas nos primeiro e segundo quintis do estado.

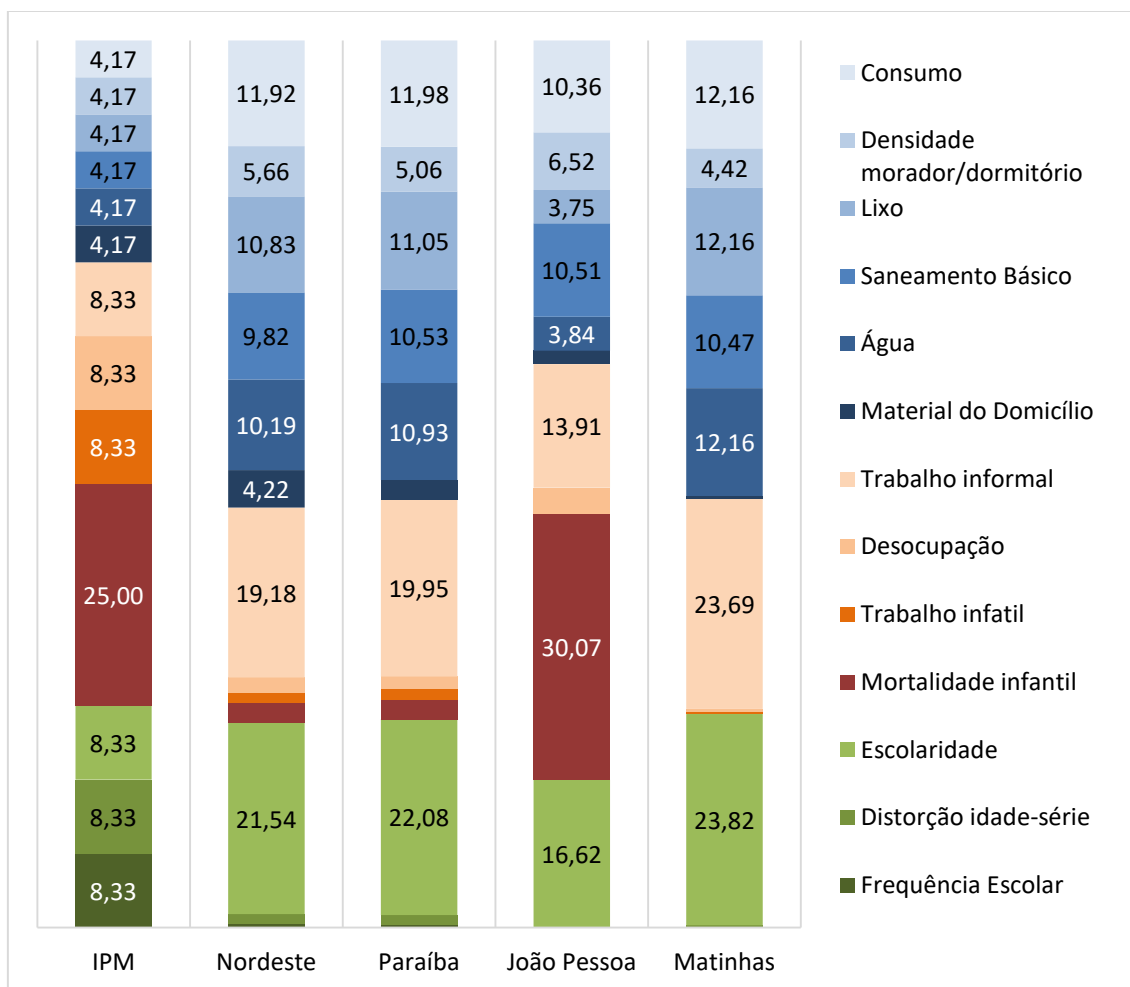
Mapa 18 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Paraíba, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 27 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado da Paraíba. Os indicadores que mais contribuirão para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque, em João Pessoa, a relevância dos indicadores Mortalidade Infantil e Desocupação. Já em Matinhas, a ausência de privação em Frequência Escolar e Mortalidade Infantil.

Gráfico 27 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Paraíba, João Pessoa e Matinhas, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, ademais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **João Pessoa e Matinhas eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior IPM do estado.

4.13. Pernambuco

Do total de 2.574.137 domicílios do estado do Pernambuco, em 2010, foram identificados 101.197 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,45% (Tabela 28). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 29.131 (2,65%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 72.066 (1,57%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,48%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 0,93, do que nos domicílios sem crianças, 0,53.

Tabela 28 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Pernambuco, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	2.574.137	1.099.339	1.474.798
Domicílios não pobres	2.472.940	2.443.810	29.131
Domicílios pobres	101.197	29.131	72.066
Incidência (%)	2,45	2,65	1,57
Intensidade (%)	34,48	34,96	34,04
Incidência ajustada (IPM)	0,85	0,93	0,53

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 29, em 2010, no estado do Pernambuco, 261.919 (10,2%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 314.167 (12,2%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 1.229.405 (14%) casos em ambas as condições, sendo 218.957 (2,5%) pobres e 1.010.449 (11,5%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 56.001 (3,2%) pobres e 219.076 (12,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 275.077 (15,6%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 29 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Pernambuco, 2010.

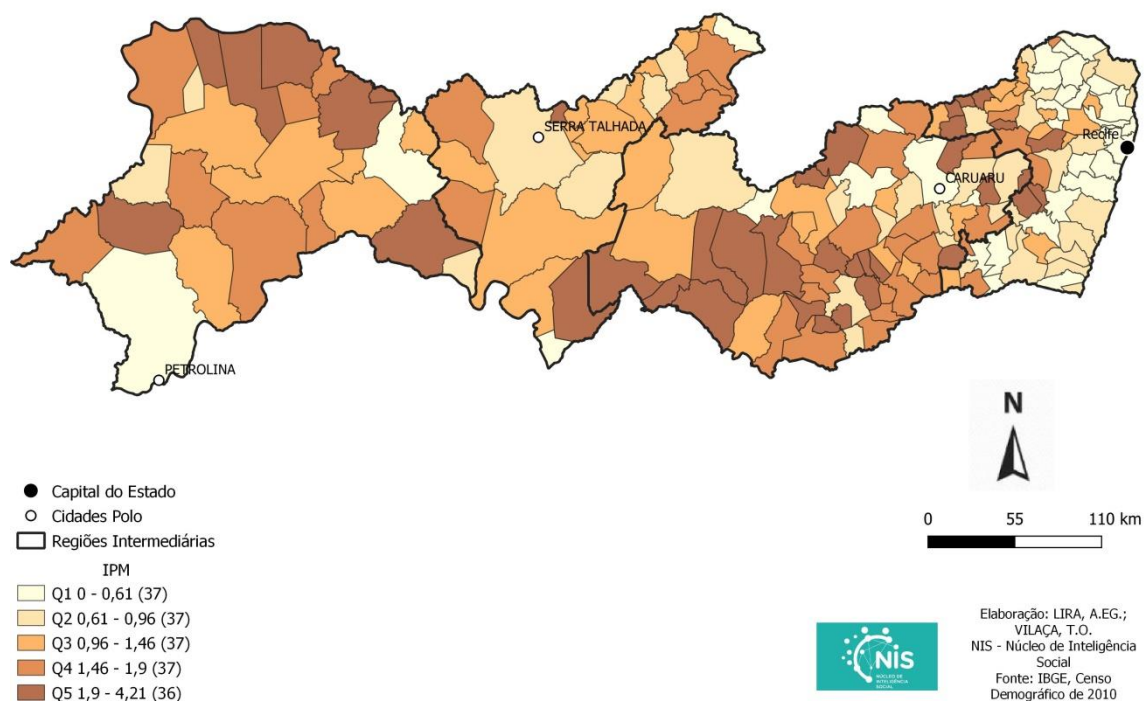
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	N	%
Pobres multidimensionais	52.247	2,0	218.957	2,5	56.001	3,2
Vulneráveis multidimensionais	261.919	10,2	1.010.449	11,5	219.076	12,5
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>314.167</i>	<i>12,2</i>	<i>1.229.405</i>	<i>14,0</i>	<i>275.077</i>	<i>15,6</i>
Não pobres e vulneráveis	2.259.970	87,8	7.567.043	86,0	1.483.667	84,4
Total	2.574.137	100,0	8.796.448	100,0	1.758.744	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 185 municípios do estado de Pernambuco, 126 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital, Recife (0,28% de incidência, 34,88% de intensidade, 0,10 de IPM) e o de maior IPM foi São João (12,25% de incidência, 34,39% de intensidade e 4,21 de IPM).

No Mapa 19, observa-se que a região costeira do estado do Pernambuco, dentro da Região Intermediária de Recife, apresentava os menores valores de IPM, predominantemente no primeiro e segundo quintis. À medida que se desloca para Oeste, indo em direção ao interior do estado, os municípios apresentam IPM mais altos, sobretudo nas Regiões Intermediárias de Caruaru e Petrolina, onde havia maior presença de casos no quinto quintil.

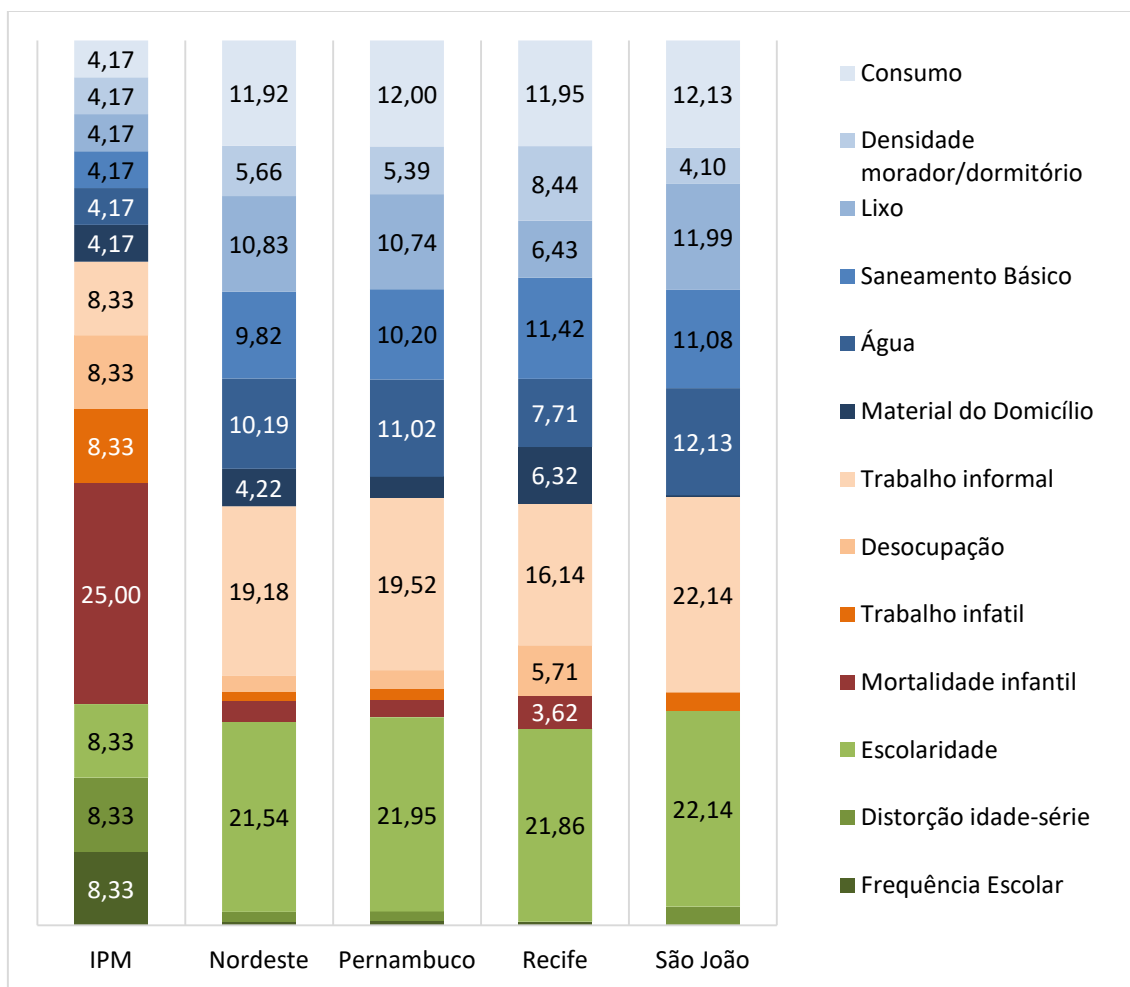
Mapa 19 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Pernambuco, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 28 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de Pernambuco. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque em Recife, o município de menor IPM, que os indicadores de Mortalidade Infantil e Desocupação também foram importantes. Em São João, município com maior IPM, não foram identificadas privações em Material do Domicílio, Trabalho Infantil e Frequência Escolar.

Gráfico 28 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Pernambuco, Recife e São João, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Recife e São João eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.14. Alagoas

Do total de 851.101 domicílios do estado de Alagoas, em 2010, foram identificados 20.733 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,44% (Tabela 30). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 13.347 (3,20%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 7.387 (4,16%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,96%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,12, do que nos domicílios sem crianças, 0,58.

Tabela 30 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Alagoas, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	851.101	416.675	434.426
Domicílios não pobres	830.368	817.021	13.347
Domicílios pobres	20.733	13.347	7.387
Incidência (%)	2,44	3,20	1,70
Intensidade (%)	34,72	34,96	34,37
Incidência ajustada (IPM)	0,85	1,12	0,58

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 31, em 2010, no estado de Alagoas, 112.283 (13,2%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 133.017 (15,6%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 552.225 (17,7%) casos em ambas as condições, sendo 93.129 (3%) pobres e 459.096 (14,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 26.850 (3,8%) pobres e 112.213 (15,9%) vulneráveis, perfazendo um total de 139.063 (19,7%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 31 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Alagoas, 2010.

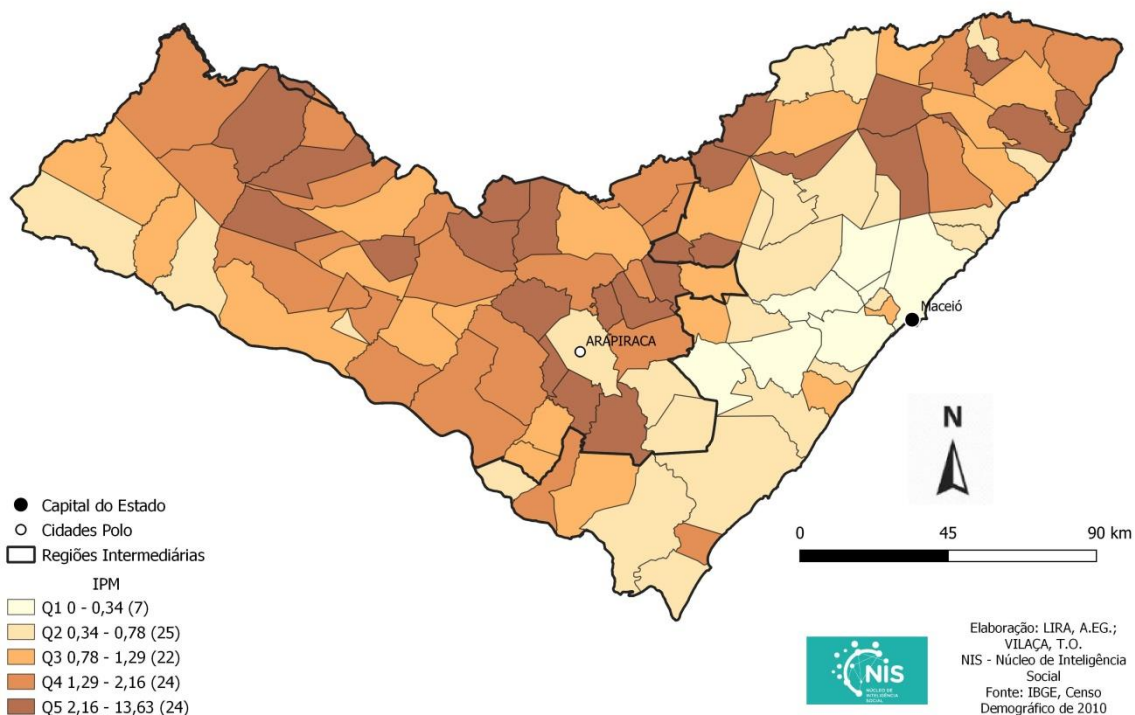
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	20.733	2,4	93.129	3,0	26.850	3,8
Vulneráveis multidimensionais	112.283	13,2	459.096	14,7	112.213	15,9
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>133.017</i>	<i>15,6</i>	<i>552.225</i>	<i>17,7</i>	<i>139.063</i>	<i>19,7</i>
Não pobres e vulneráveis	718.084	84,4	2.568.269	82,3	565.950	80,3
Total	851.101	100	3.120.494	100	705.013	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 102 municípios de Alagoas, 68 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Satuba (0,28% de incidência, 35,53% de intensidade, 0,10 de IPM), apresentando resultados significativamente menores que da capital Maceió (0,72% de incidência, 34,31% de intensidade, 0,25 de IPM). O de maior IPM foi Tanque D'Arca (10,60% de incidência, 34,73% de intensidade e 3,68 de IPM).

O estado de Alagoas possui duas regiões intermediárias: Maceió a Leste e Arapicara a Oeste. Em relação à distribuição espacial do IPM, segundo o Mapa 20, havia um padrão distinto que acompanhava os limites das duas regiões. A região de Maceió concentrava grande parte dos municípios do primeiro e do segundo quintis, sendo uma região com presença de importantes cidades turísticas. Ao Norte desta região, porém, havia um agrupamento de municípios de IPM mais altos. Já os municípios da Região Intermediária de Arapicara estavam classificados principalmente do terceiro ao quinto quintis.

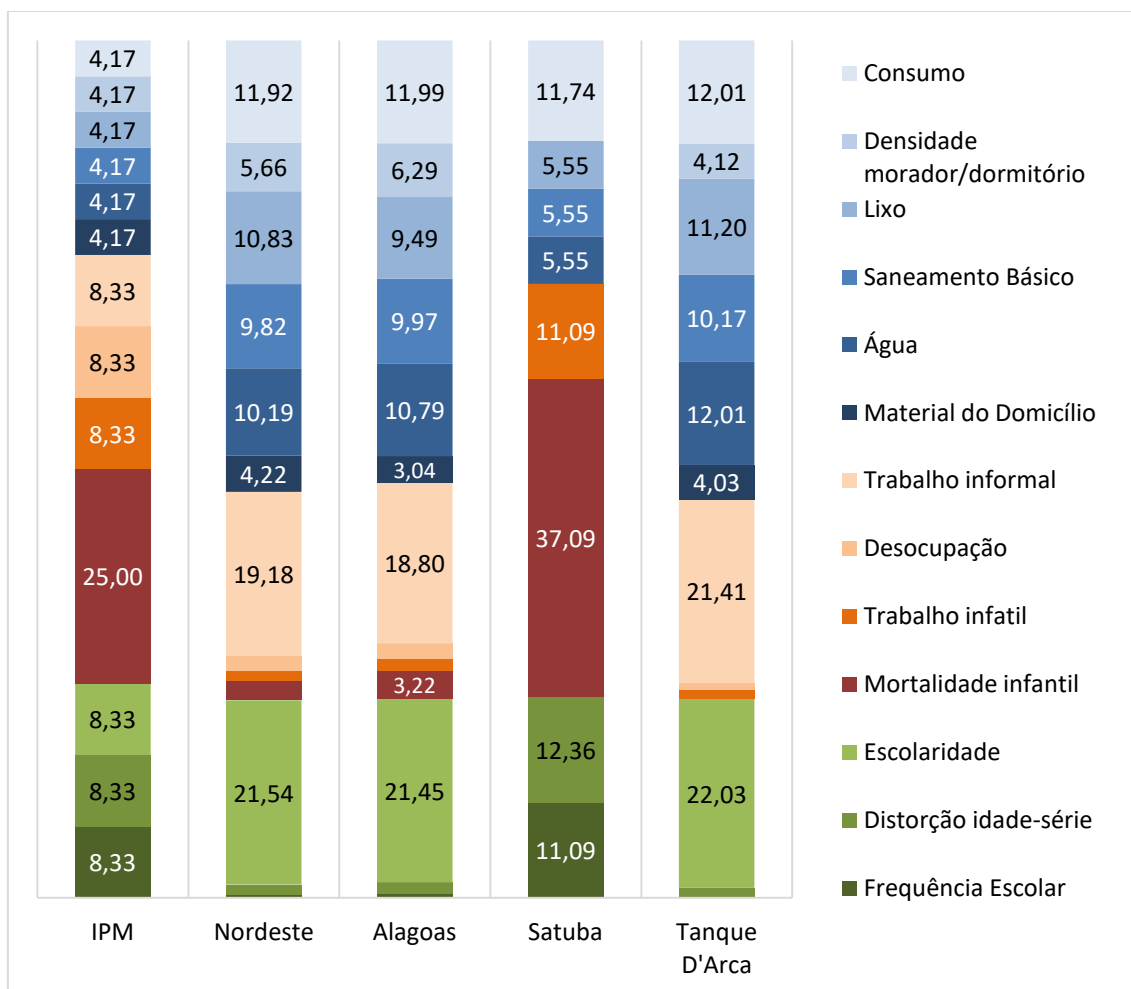
Mapa 20 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Alagoas, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 29 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de Alagoas. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município de Satuba que, com o menor IPM, teve como indicadores que mais contribuíram para o IPM, explicando mais de 70% da pobreza: Frequência Escolar, Distorção Idade-Série, Mortalidade Infantil e Trabalho Infantil.

Gráfico 29 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Alagoas, Satuba e Tanque D'Arca, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Satuba e Tanque D'Arca eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.15. Sergipe

Do total de 595.769 domicílios do estado de Sergipe, em 2010, foram identificados 14.390 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,42% (Tabela 32). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 8.394 (3,09%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 5.997 (1,85%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,71%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,09, do que nos domicílios sem crianças, 0,63.

Tabela 32 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Sergipe, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	595.769	271.410	324.359
Domicílios não pobres	581.379	572.985	8.394
Domicílios pobres	14.390	8.394	5.997
Incidência (%)	2,42	3,09	1,85
Intensidade (%)	34,71	35,18	34,08
Incidência ajustada (IPM)	0,84	1,09	0,63

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 33, em 2010, no estado do Acre, 64.741 (10,9%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 79.131 (13,3%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 304.774 (14,7%) casos em ambas as condições, sendo 58.778 (2,8%) pobres e 245.996 (11,9%) vulneráveis. Dentre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 15.505 (3,6%) pobres e 57.645 (13,4%) vulneráveis, perfazendo um total de 73.150 (17%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 33 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Sergipe, 2010.

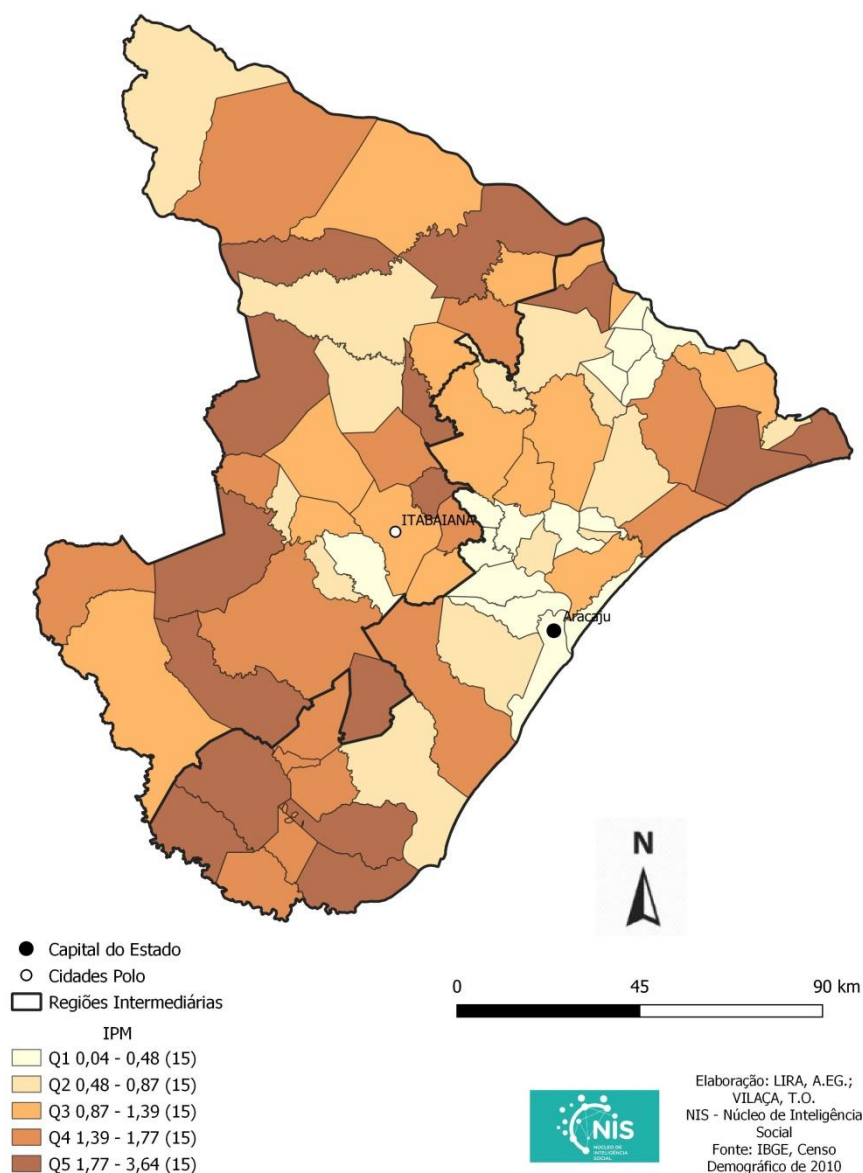
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	14.390	2,4	58.778	2,8	15.505	3,6
Vulneráveis multidimensionais	64.741	10,9	245.996	11,9	57.645	13,4
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>79.131</i>	<i>13,3</i>	<i>304.774</i>	<i>14,7</i>	<i>73.150</i>	<i>17,0</i>
Não pobres e vulneráveis	516.638	86,7	1.763.243	85,3	358.016	83,0
Total	595.769	100,0	2.068.017	100,0	431.166	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 75 municípios de Sergipe, 46 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Aracajú, capital do estado (0,12% de incidência, 35,27% de intensidade, 0,04 de IPM) e o de maior IPM foi Moita Bonita (10,80% de incidência, 33,68% de intensidade e 3,64 de IPM).

O estado do Sergipe está dividido em duas regiões intermediárias: Aracajú, região mais próxima do litoral, e Itabaiana, região interiorana, à Oeste. Conforme se observa no Mpa 21, a região central próxima de Aracajú concentrava boa parte dos municípios classificados no primeiro quintil e o Sul do estado apresentava importante concentração de municípios com IPM nos quarto e quinto quintis.

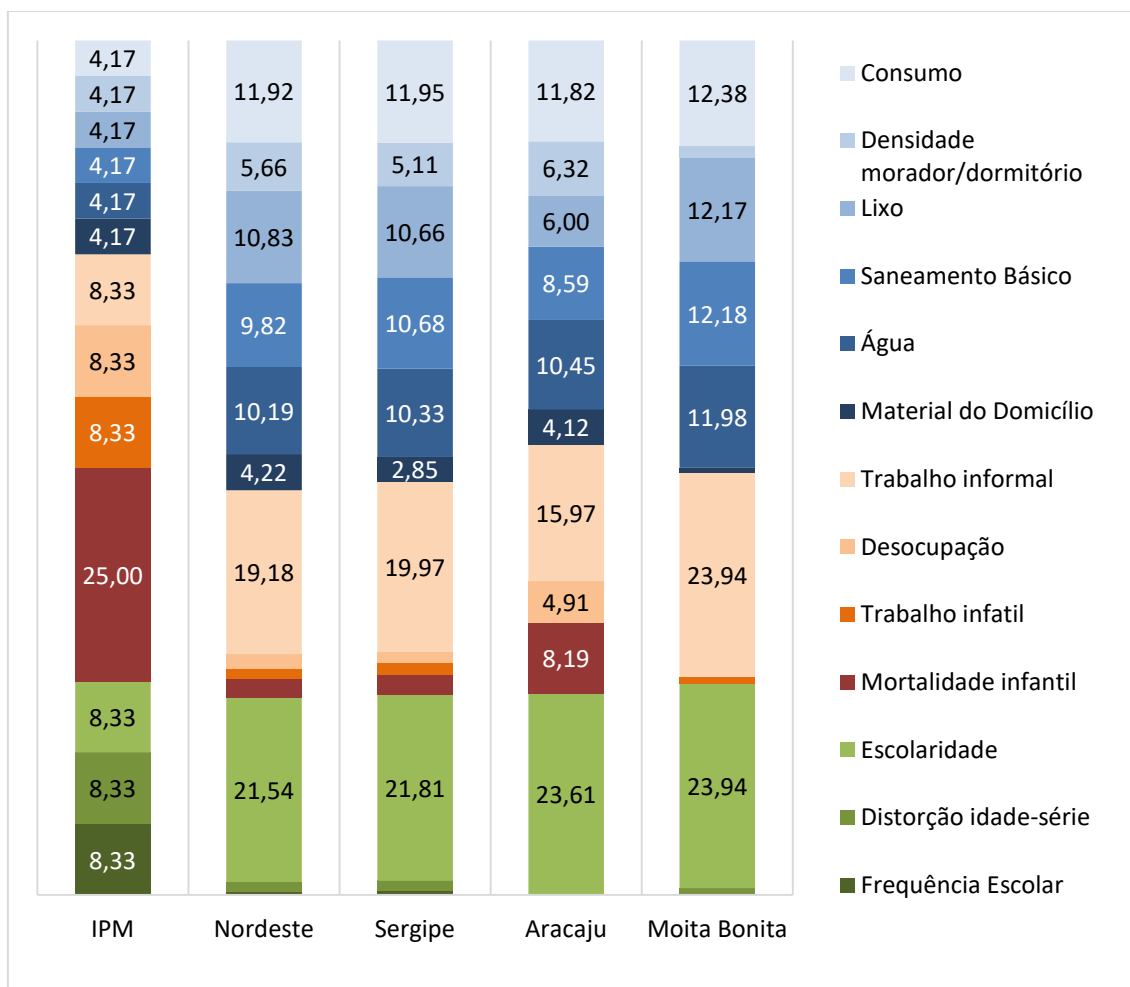
Mapa 21 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Sergipe, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 30 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de Sergipe. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município de Aracaju, o de menor IPM, onde os indicadores Mortalidade Infantil e Desocupação apresentaram contribuições superiores ao observado na média do estado.

Gráfico 30 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Sergipe, Aracaju e Moita Bonita, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Aracaju e Moita Bonita eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.16. Bahia

Do total de 4.126.224 domicílios do estado da Bahia, em 2010, foram identificados 101.197 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,45% (Tabela 34). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 52.512 (2,97%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 48.684 (2,07%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,48%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1,03, do que nos domicílios sem crianças, 0,70.

Tabela 34 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Bahia, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	4.126.224	1.769.512	2.356.712
Domicílios não pobres	4.025.027	3.972.515	52.512
Domicílios pobres	101.197	52.512	48.684
Incidência (%)	2,45	2,97	2,07
Intensidade (%)	34,48	34,80	34,11
Incidência ajustada (IPM)	0,85	1,03	0,70

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 35, em 2010, no estado da Bahia, 470.684 (11,4%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 571.880 (13,9%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 2.192.129 (15,6%) casos em ambas as condições, sendo 411.715 (2,9%) pobres e 1.780.414 (12,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 99.696 (3,6%) pobres e 375.303 (13,4%) vulneráveis, perfazendo um total de 475.000 (17%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 35 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Bahia, 2010.

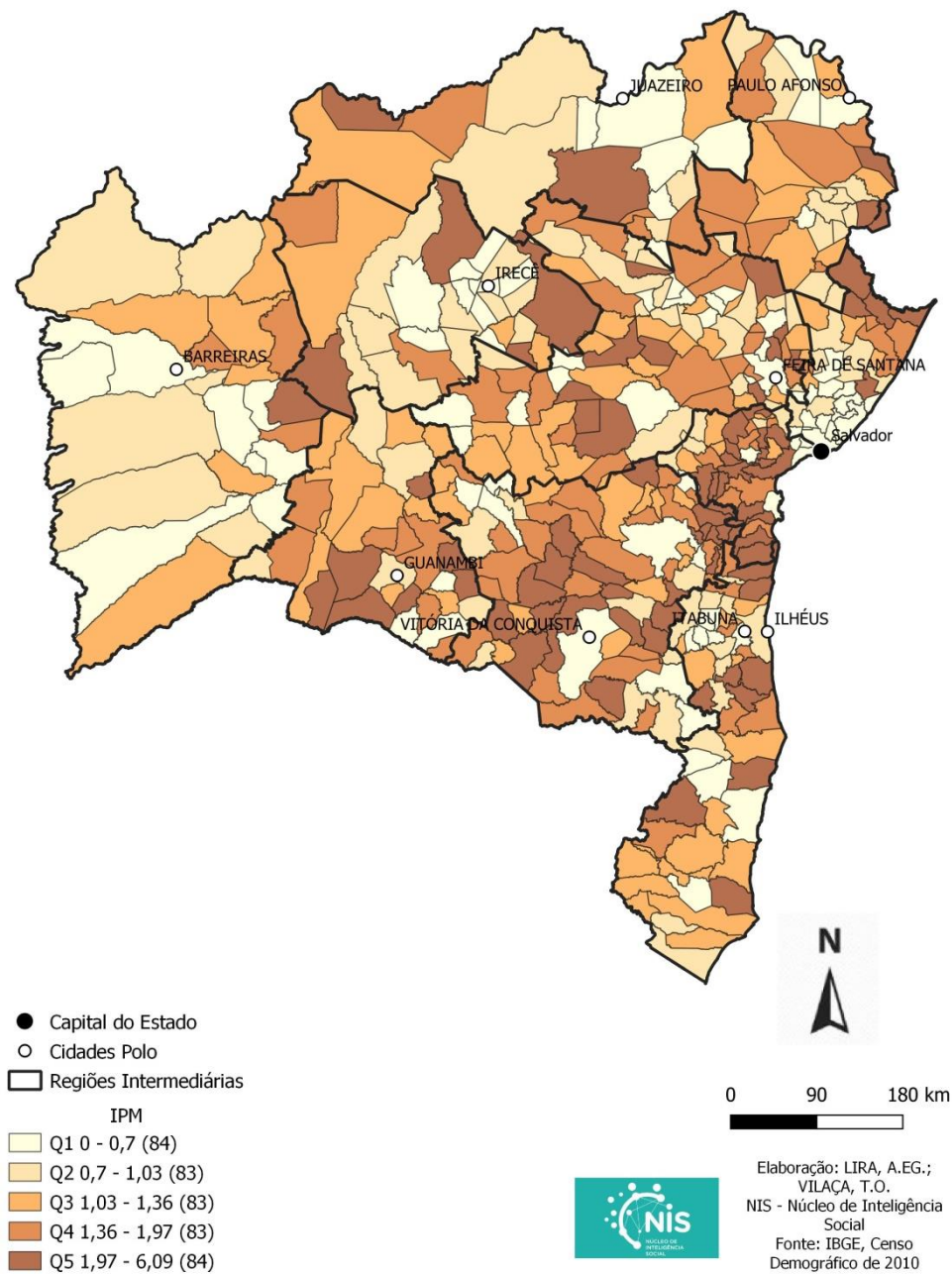
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	101.197	2,5	411.715	2,9	99.696	3,6
Vulneráveis multidimensionais	470.684	11,4	1.780.414	12,7	375.303	13,4
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>571.880</i>	<i>13,9</i>	<i>2.192.129</i>	<i>15,6</i>	<i>475.000</i>	<i>17,0</i>
Não pobres e vulneráveis	3.554.344	86,1	1.1824.777	84,4	2.321.292	83,0
Total	4.126.224	100	14.016.906	100	2.796.291	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 417 municípios da Bahia, 296 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital, Salvador (0,10% de incidência, 35,08% de intensidade, 0,03 de IPM), e o de maior IPM foi Piraí do Norte (17,19% de incidência, 35,44% de intensidade e 6,09 de IPM).

O estado da Bahia apresenta grande diversidade cultural, de distribuição populacional e de atividades econômicas, além de grande extensão territorial. O Mapa 22, com a distribuição espacial do IPM pelo território baiano, chama a atenção para algumas regiões do estado. A Região Intermediária de Salvador apresentava concentração de municípios com IPM no primeiro e no segundo quintis. Logo ao Sul de Salvador, a Região Intermediária de Santo Antônio de Jesus agrupava municípios de IPM mais elevados, especialmente no quarto e quinto quintis. À Oeste se destacava a Região Intermediária de Barreiras, com apenas um município localizado no quinto quintil, estando os outros predominantemente no primeiro e segundo quintis. Esta área integra o MATOPIBA, região interestadual que se destaca pela grande produção agrícola.

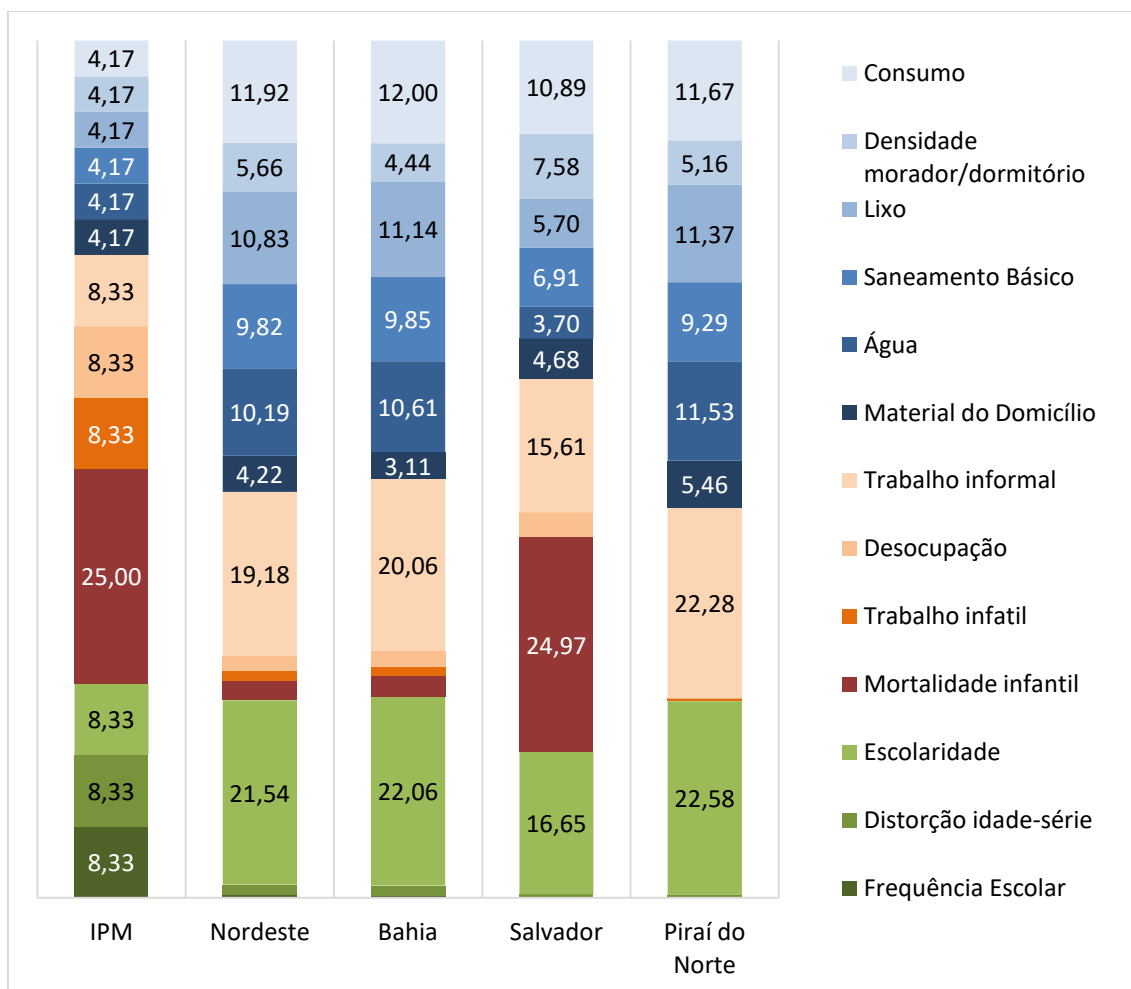
Mapa 22 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Bahia, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 31 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado da Bahia. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município de Salvador, o de menor IPM, em que o indicador Mortalidade Infantil apresentou grande contribuição para o IPM.

Gráfico 31 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Nordeste, Bahia, Salvador e Pirai do Norte, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, a demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Salvador e Pirai do Norte eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.17. Minas Gerais

Do total de 6.111.179 domicílios do estado de Minas Gerais, em 2010, foram identificados 92.168 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,51% (Tabela 36). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 35.466 (1,58%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 56.702 (1,47%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,06%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,55 contra 0,49.

Tabela 36 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Minas Gerais, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	6.111.179	2.245.123	3.866.056
Domicílios não pobres	6.019.011	5.983.544	35.466
Domicílios pobres	92.168	35.466	56.702
Incidência (%)	1,51	1,58	1,47
Intensidade (%)	34,06	34,64	33,71
Incidência ajustada (IPM)	0,51	0,55	0,49

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 37, em 2010, no estado de Minas Gerais, 374.255 (6,1%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 466.424 (7,6%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 1.623.380 (30,7%) casos em ambas as condições, das quais 318.748 (1,6%) eram pobres e 1.304.632 (6,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 62.464 (1,9%) pobres e 238.436 (7,1%) vulneráveis, perfazendo um total de 300.900 (8,9%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 37 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Minas Gerais, 2010.

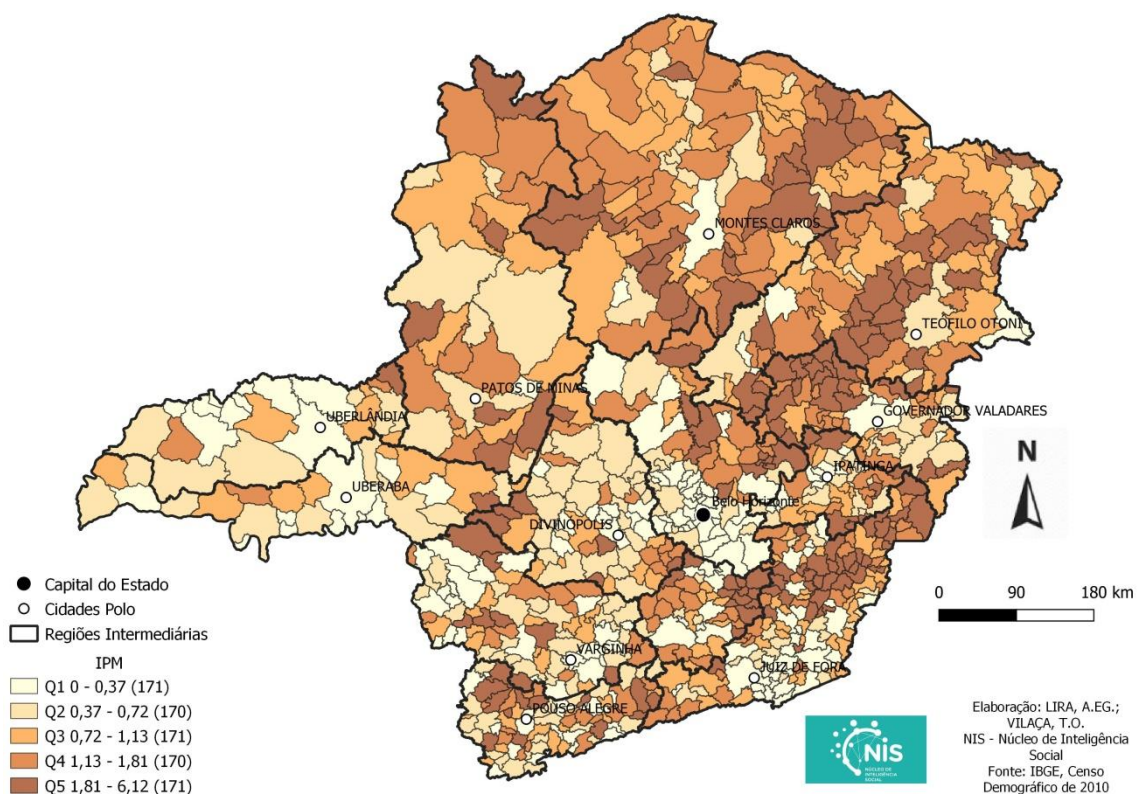
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	92.168	1,5	318.748	1,6	62.464	1,9
Vulneráveis multidimensionais	374.255	6,1	1.304.632	6,7	238.436	7,1
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>466.424</i>	<i>7,6</i>	<i>1.623.380</i>	<i>8,3</i>	<i>300.900</i>	<i>8,9</i>
Não pobres e vulneráveis	5.644.755	92,4	1.797.3950	91,7	3.072.077	91,1
Total	6.111.179	100,0	19.597.330	100,0	3.372.977	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 853 municípios de Minas Gerais, 603 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Ipatinga (0,01% de incidência, 37,50% de intensidade, 0,0004 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital, Belo Horizonte (0,02% de incidência, 35,85% de intensidade, 0,01 de IPM). O de maior IPM foi Araçuaia (18,17% de incidência, 33,70% de intensidade e 6,12 de IPM).

O Mapa 23, com a distribuição do IPM na escala municipal, evidencia que as regiões Norte e Leste do estado de Minas apresentavam grandes agrupamentos de municípios com altos valores de IPM. As Regiões Intermediárias de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba se destacavam com resultados opostos, ou seja, com agrupamentos de municípios nos primeiros quintis. Estes resultados sugerem a existência de autocorrelação espacial para o IPM no estado. A região Sul apresentava diversidade de resultados, mas com a formação de pequenos agrupamentos de municípios, sendo alguns nos primeiros quintis e outros nos quintis superiores.

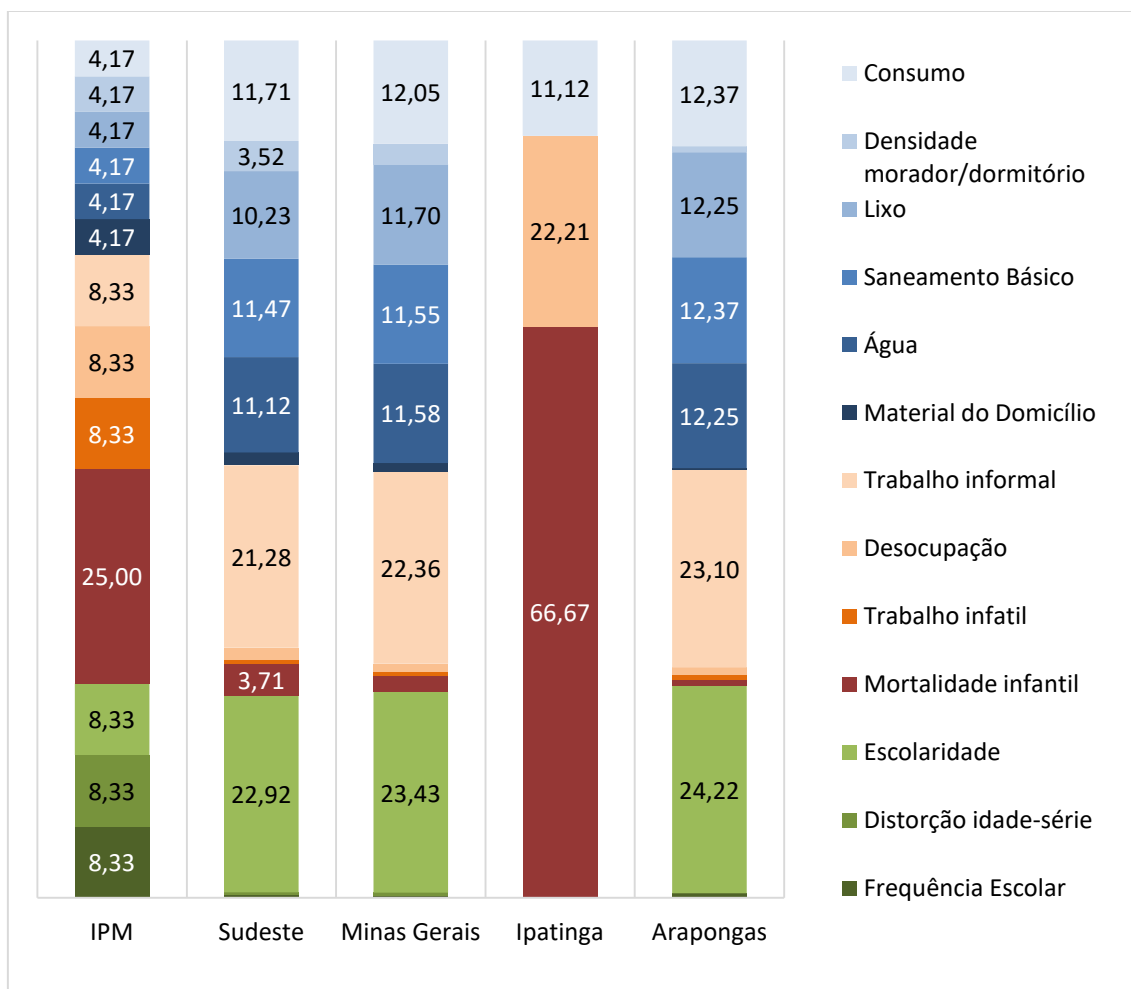
Mapa 23 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Minas Gerais, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 32 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Destaca-se, ainda, a baixa relevância dos indicadores de Material do Domicílio e Densidade Morador/Dormitório, que apresentaram baixas contribuições na comparação, por exemplo, com os estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Merece destaque o município de Ipatinga, localizado no Vale do Rio Doce, com o menor IPM, onde não foram detectadas privações em vários indicadores, com isso, o indicador Mortalidade Infantil, e, como consequência, a dimensão Saúde, teve sua ponderação supervalorizada, não cabendo, assim, a leitura de alta taxa de Mortalidade Infantil no município em questão.

Gráfico 32 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, Minas Gerais, Ipatinga e Araçuaçu, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Ipatinga e Araçuaçu eram municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.18. Espírito Santo

Do total de 1.113.408 domicílios do estado do Espírito Santo, em 2010, foram identificados 21.239 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,91% (Tabela 38). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 8.510 (1,99%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 12.729 (1,85%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,16%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,69 contra 0,63.

Tabela 38 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Espírito Santo, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	1.113.408	426.612	686.796
Domicílios não pobres	1.092.169	418.102	674.067
Domicílios pobres	21.239	8.510	12.729
Incidência (%)	1,91	1,99	1,85
Intensidade (%)	34,16	34,78	33,74
Incidência ajustada (IPM)	0,65	0,69	0,63

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 39, em 2010, no estado do Espírito Santo, 73.330 (6,6%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 94.569 (8,5%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 323.599 (9,2%) casos em ambas as condições, sendo 73.019 (2,1%) pobres e 250.580 (7,1%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 13.851 (2,2%) pobres e 45.926 (7,3%) vulneráveis, perfazendo um total de 59.778 (9,5%). Nota-se que a situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) era muito parecida, tanto para o total de pessoas quanto para as crianças.

Tabela 39 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Espírito Santo, 2010.

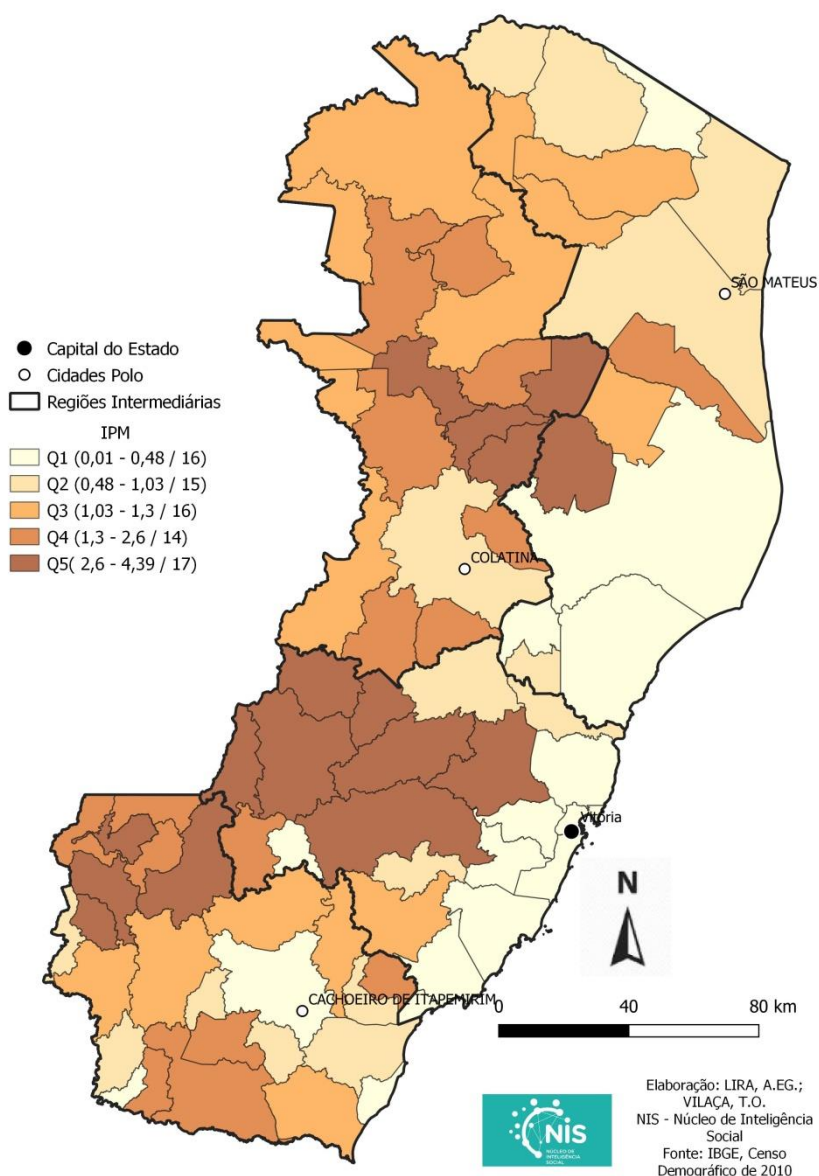
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	21.239	1,9	73.019	2,1	13.851	2,2
Vulneráveis multidimensionais	73.330	6,6	250.580	7,1	45.926	7,3
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>94.569</i>	<i>8,5</i>	<i>323.599</i>	<i>9,2</i>	<i>59.778</i>	<i>9,5</i>
Não pobres e vulneráveis	1.018.839	91,5	3.191.353	90,8	568.986	90,5
Total	1.113.408	100	3.514.952	100	628.763	100

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 78 municípios do Espírito Santo, 57 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital, Vitória (0,03% de incidência, 36,13% de intensidade, 0,01 de IPM), e o de maior IPM foi Santa Maria de Jetibá (12,90% de incidência, 33,99% de intensidade e 4,39 de IPM).

O Mapa 24, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal mostra que os municípios litorâneos se destacavam por formarem um agrupamento de municípios nos primeiros quintis do IPM, enquanto o interior do estado registrava com maior predominância valores nos quintis superiores. A Região Intermediária de Vitória chama atenção por apresentar dois grupos distintos: um com sete municípios no quintil mais elevado e nove municípios no primeiro quintil, indicando importante desigualdade regional.

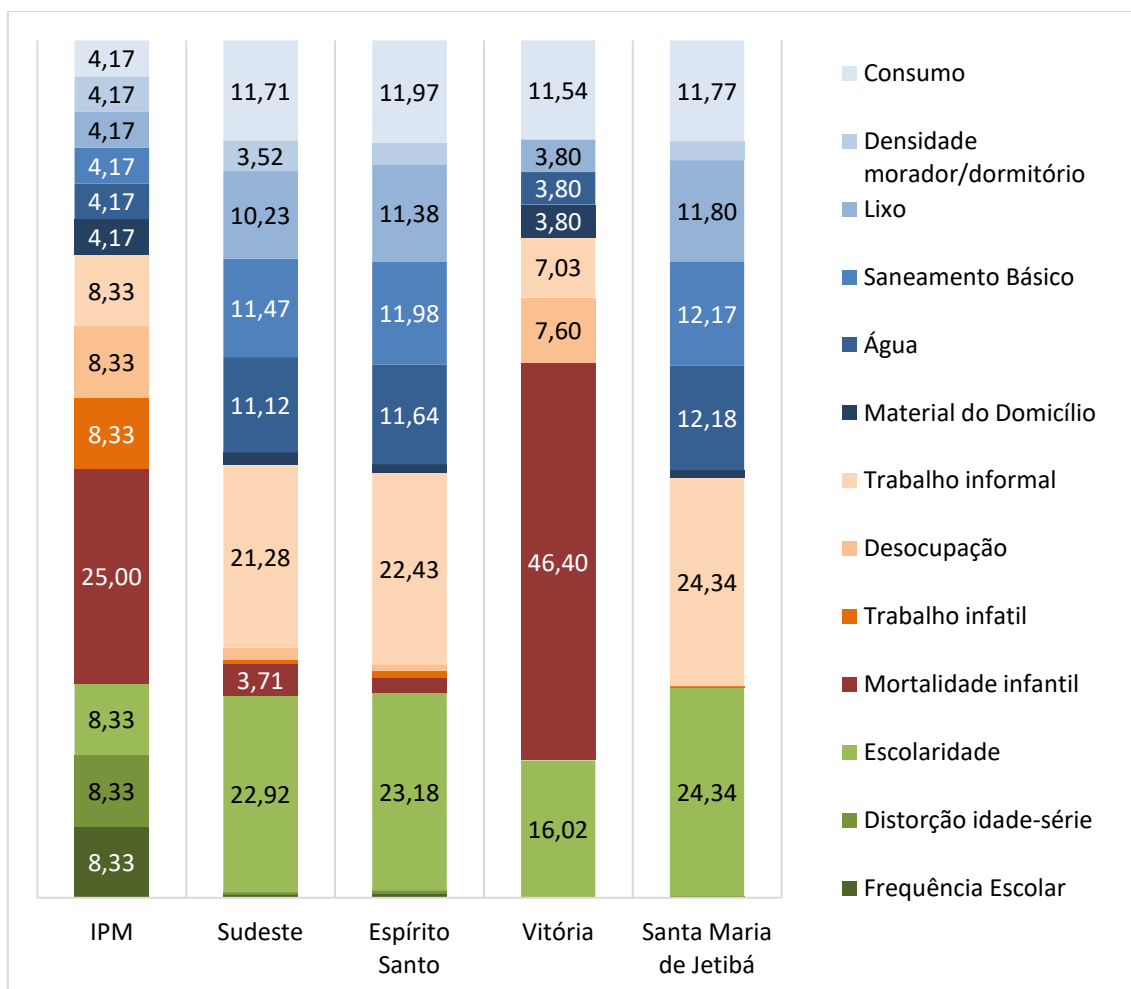
Mapa 24 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Espírito Santo, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 33 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Espírito Santo. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município de Vitória, o de menor IPM, onde foram detectadas poucas privações em vários indicadores e ausência de privações em outros, com isso, o indicador Mortalidade Infantil, e, como consequência, a dimensão Saúde, teve sua ponderação supervalorizada, não cabendo, assim, a leitura de alta taxa de Mortalidade Infantil no município em questão.

Gráfico 33 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, Espírito Santo, Vitória e Santa Maria de Jetibá, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, a demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Vitória e Santa Maria de Jetibá eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.19. Rio de Janeiro

Do total de 5.299.014 domicílios do estado do Rio de Janeiro, em 2010, foram identificados 21.456 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 0,40% (Tabela 40). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 10.719 (0,60%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 10.738 (0,31%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,4%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM foi maior para os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 0,21, do que nos domicílios sem crianças, 0,10.

Tabela 40 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rio de Janeiro, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	5.299.014	1.786.450	3.512.564
Domicílios não pobres	5.277.558	5.266.839	10.719
Domicílios pobres	21.456	10.719	10.738
Incidência (%)	0,40	0,60	0,31
Intensidade (%)	34,40	34,63	34,05
Incidência ajustada (IPM)	0,14	0,21	0,10

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 41, em 2010, no estado do Rio de Janeiro, 162.538 (3,1%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 183.994 (3,5%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 643.034 (4%) casos em ambas as condições, sendo 80.167 (0,5%) pobres e 562.866 (3,5%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 19.386 (0,7%) pobres e 117.736 (4,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 137.122 (5,3%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 41 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rio de Janeiro, 2010.

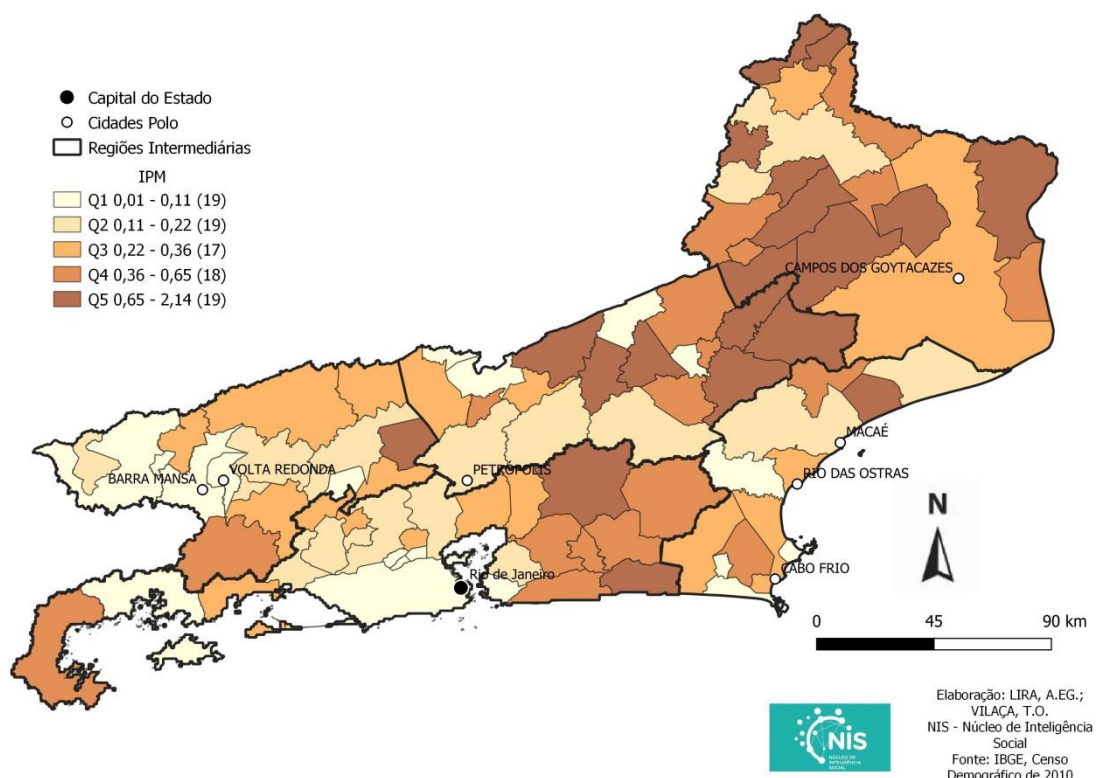
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	21.456	0,4	80.167	0,5	19.386	0,7
Vulneráveis multidimensionais	162.538	3,1	562.866	3,5	117.736	4,5
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>183.994</i>	<i>3,5</i>	<i>643.034</i>	<i>4,0</i>	<i>137.122</i>	<i>5,3</i>
Não pobres e vulneráveis	5.115.020	96,5	15.346.895	96,0	2.469.714	94,7
Total	5.299.014	100,0	15.989.929	100,0	2.606.836	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 92 municípios do Rio de Janeiro, 67 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Volta Redonda (0,01% de incidência, 41,67% de intensidade, 0,01 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital (0,07% de incidência, 34,85% de intensidade, 0,02 de IPM). O de maior IPM foi Trajano de Moraes (6,33% de incidência, 33,82% de intensidade e 2,14 de IPM).

O Mapa 25, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal evidencia que os municípios de IPM mais altos se concentravam principalmente no norte do estado, nas regiões intermediárias de Petrópolis e Campos dos Goytacazes. Um agrupamento menor, com características semelhantes, pode ser observado no norte da Região Intermediária do Rio de Janeiro. No sul do estado a predominância era de valores entre o primeiro ao terceiro quintis.

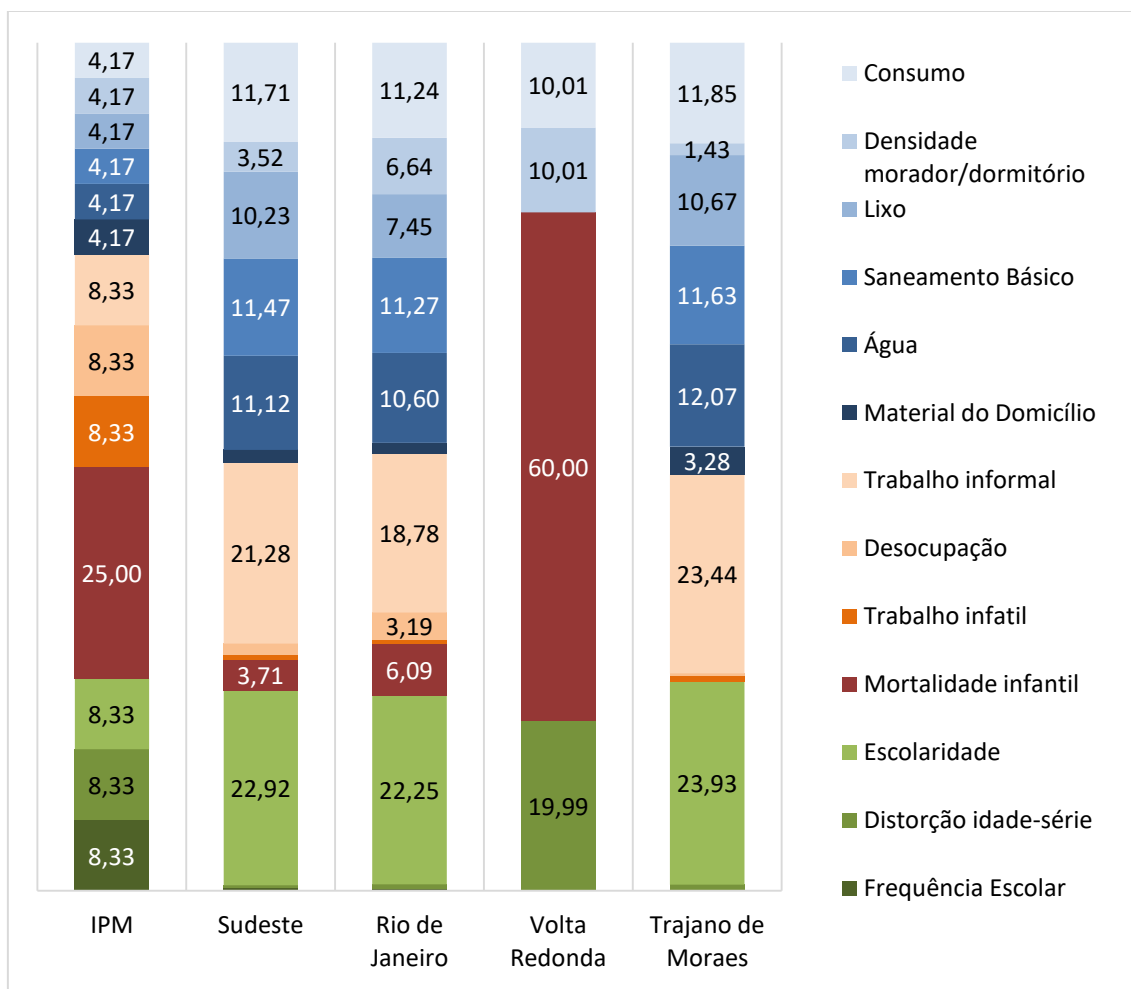
Mapa 25 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rio de Janeiro, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 34 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Rio de Janeiro. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município Volta Redonda, o de menor IPM, onde não foram detectadas privações em vários indicadores, fazendo com a Mortalidade Infantil ficasse com ponderação supervalorizada, não indicando, necessariamente, uma alta taxa de mortalidade infantil no município e, ainda, o indicador Distorção Idade-Série que ficou responsável por quase 20% da ponderação.

Gráfico 34 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, Rio de Janeiro, Volta Redonda e Trajano de Moraes, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Volta Redonda e Trajano de Moraes eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.20. São Paulo

Do total de 13.053.253 domicílios do estado de São Paulo, em 2010, foram identificados 34.791 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 0,27% (Tabela 42). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 15.154 (0,32%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 19.638 (0,24%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,58%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,11 contra 0,08.

Tabela 42 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. São Paulo, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	13.053.253	4.709.100	8.344.153
Domicílios não pobres	13.018.462	13.003.308	15.154
Domicílios pobres	34.791	15.154	19.638
Incidência (%)	0,27	0,32	0,24
Intensidade (%)	34,58	34,98	34,17
Incidência ajustada (IPM)	0,09	0,11	0,08

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 43, em 2010, no estado de São Paulo, 37.824 (19,5%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 51.810 (26,7%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 224.988 (30,7%) casos em ambas as condições, sendo 67.141 (9,2%) pobres e 157.847 (21,5%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 22.677 (11,6%) pobres e 48.065 (24,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 70.742 (36,1%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 43 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. São Paulo, 2010.

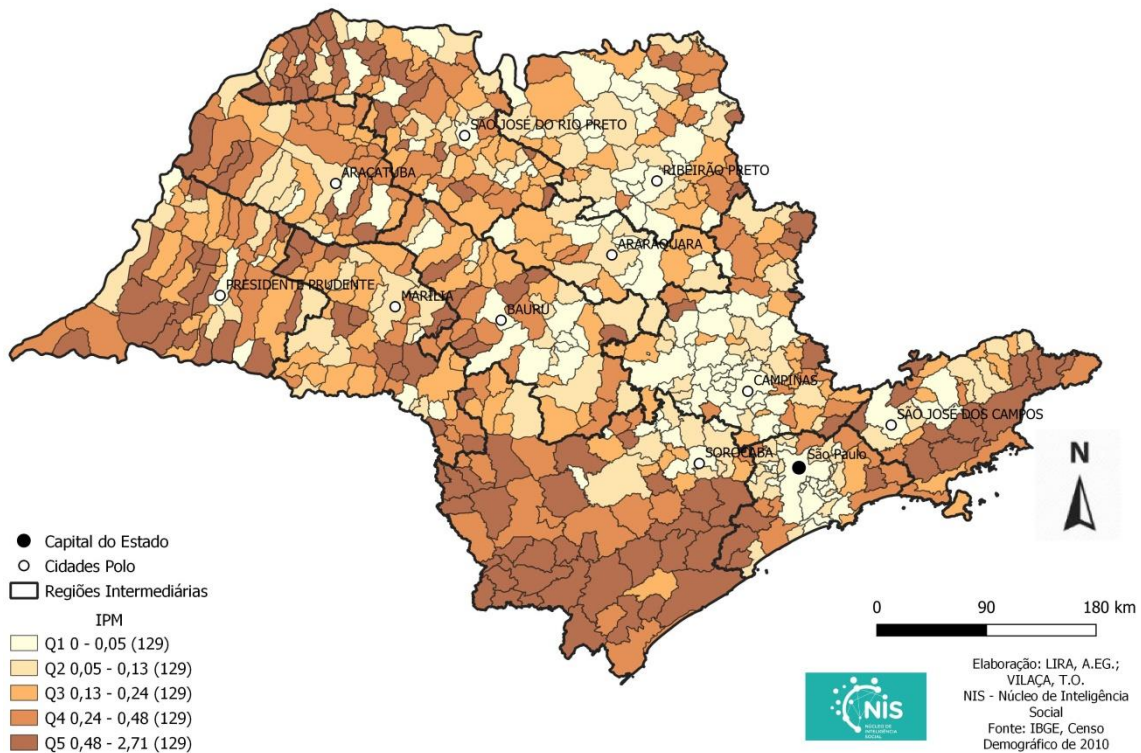
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	34.791	0,3	123.767	0,3	27.279	0,4
Vulneráveis multidimensionais	252.257	1,9	928.581	2,3	198.360	2,9
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>287.048</i>	<i>2,2</i>	<i>1.052.348</i>	<i>2,6</i>	<i>225.639</i>	<i>3,3</i>
Não pobres e vulneráveis	12.766.205	97,8	40.209.851	97,4	6.646.255	96,7
Total	13.053.253	100,0	41.262.199	100,0	6.871.894	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 645 municípios do estado de São Paulo, 436 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Barrinha (0,01% de incidência, 37,51% de intensidade, 0,00 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital (0,08% de incidência, 35,46% de intensidade, 0,03 de IPM). O de maior IPM foi Cunha (7,95% de incidência, 34,11% de intensidade e 2,71 de IPM).

O Mapa 26, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal mostra que no Sudeste do estado, especialmente na Região Intermediária de Sorocaba, concentravam-se municípios de IPM no quarto e quinto quintis. Nota-se uma concentração similar a esta na porção Leste da Região Intermediária de São José dos Campos. Havia também a concentração de municípios de IPM no primeiro quintil nas Regiões Intermediárias de Campinas e São Paulo. A Região Intermediária de Ribeirão Preto também se destacava com valores de IPM mais baixos.

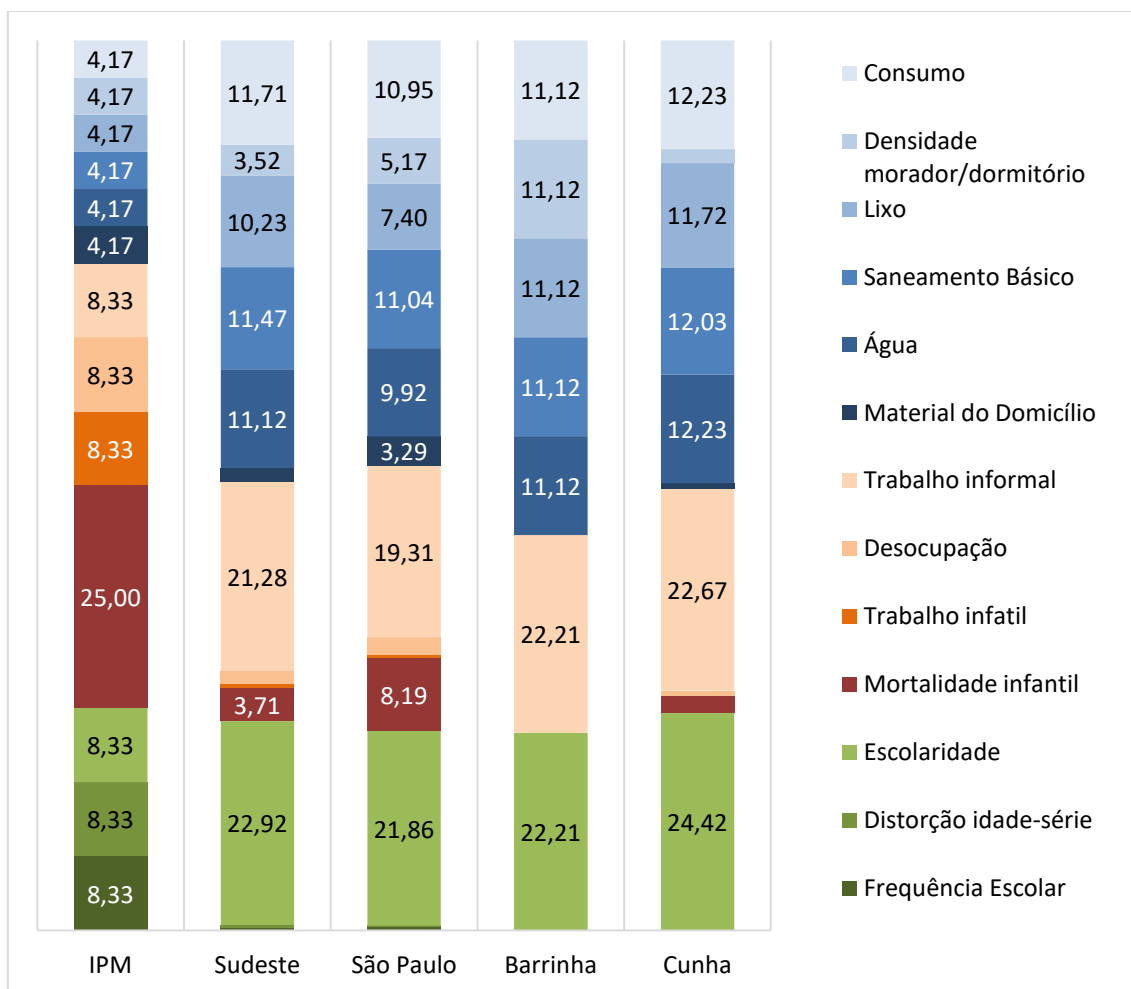
Mapa 26 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. São Paulo, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 35 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de São Paulo. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo.

Gráfico 35 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sudeste, São Paulo, Barrinha e Cunha, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, a demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Barrinha e Cunha eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.21. Paraná

Do total de 3.440.516 domicílios do estado do Paraná, em 2010, foram identificados 56.469 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,69% (Tabela 44). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 24.287 (1,90%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 32.182 (1,56%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,39%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,67 contra 0,55.

Tabela 44 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Paraná, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	3.340.516	1.278.378	2.062.138
Domicílios não pobres	3.284.047	3.259.760	24.287
Domicílios pobres	56.469	24.287	32.182
Incidência (%)	1,69	1,90	1,56
Intensidade (%)	35,39	35,42	35,41
Incidência ajustada (IPM)	0,60	0,67	0,55

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 45, em 2010, no estado do Paraná, 240.727 (7,2%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 297.196 (8,9%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 983.885 (9,4%) casos em ambas as condições, sendo 201.571 (1,9%) pobres e 782.314 (7,5%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 40.685 (2,2%) pobres e 138.470 (7,5%) vulneráveis, perfazendo um total de 179.155 (9,7%). Portanto, a proporção de vulneráveis dentre o total de pessoas e dentre as crianças era a mesma, o que não se observou na proporção de pobres, que era maior no grupo de domicílios com crianças.

Tabela 45 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Paraná, 2010.

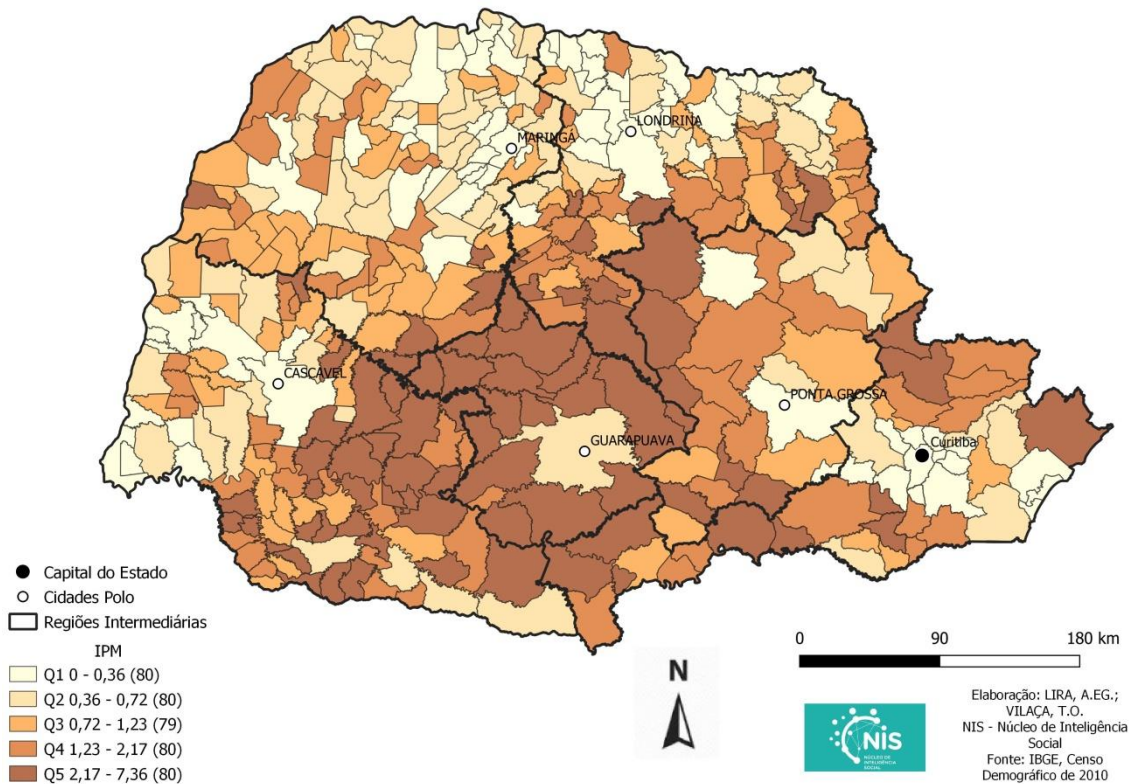
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	56.469	1,7	201.571	1,9	40.685	2,2
Vulneráveis multidimensionais	240.727	7,2	782.314	7,5	138.470	7,5
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>297.196</i>	<i>8,9</i>	<i>983.885</i>	<i>9,4</i>	<i>179.155</i>	<i>9,7</i>
Não pobres e vulneráveis	3.043.320	91,1	9.460.641	90,6	1.659.360	90,3
Total	3.340.516	100,0	1.044.4526	100,0	1.838.515	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 399 municípios do Paraná, 258 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Pinhais (0,05% de incidência, 33,34% de intensidade, 0,02 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital, Curitiba (0,06% de incidência, 34,71% de intensidade, 0,02 de IPM). O de maior IPM foi Marquinho (20,67% de incidência, 35,61% de intensidade e 7,36 de IPM).

O Mapa 27, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal evidencia que no Norte do estado, na fronteira com São Paulo, concentravam-se municípios com IPM no primeiro e segundo quintis. O centro do estado chama atenção por agrupamentos de municípios no quinto quintil. Na Região Intermediária de Guarapuava, o único município que não estava entre os 20% mais pobres era a cidade polo, isto é, Guarapuava – que estava no segundo quintil. Havia também uma concentração de municípios no primeiro e no segundo quintis próximos à capital, Curitiba.

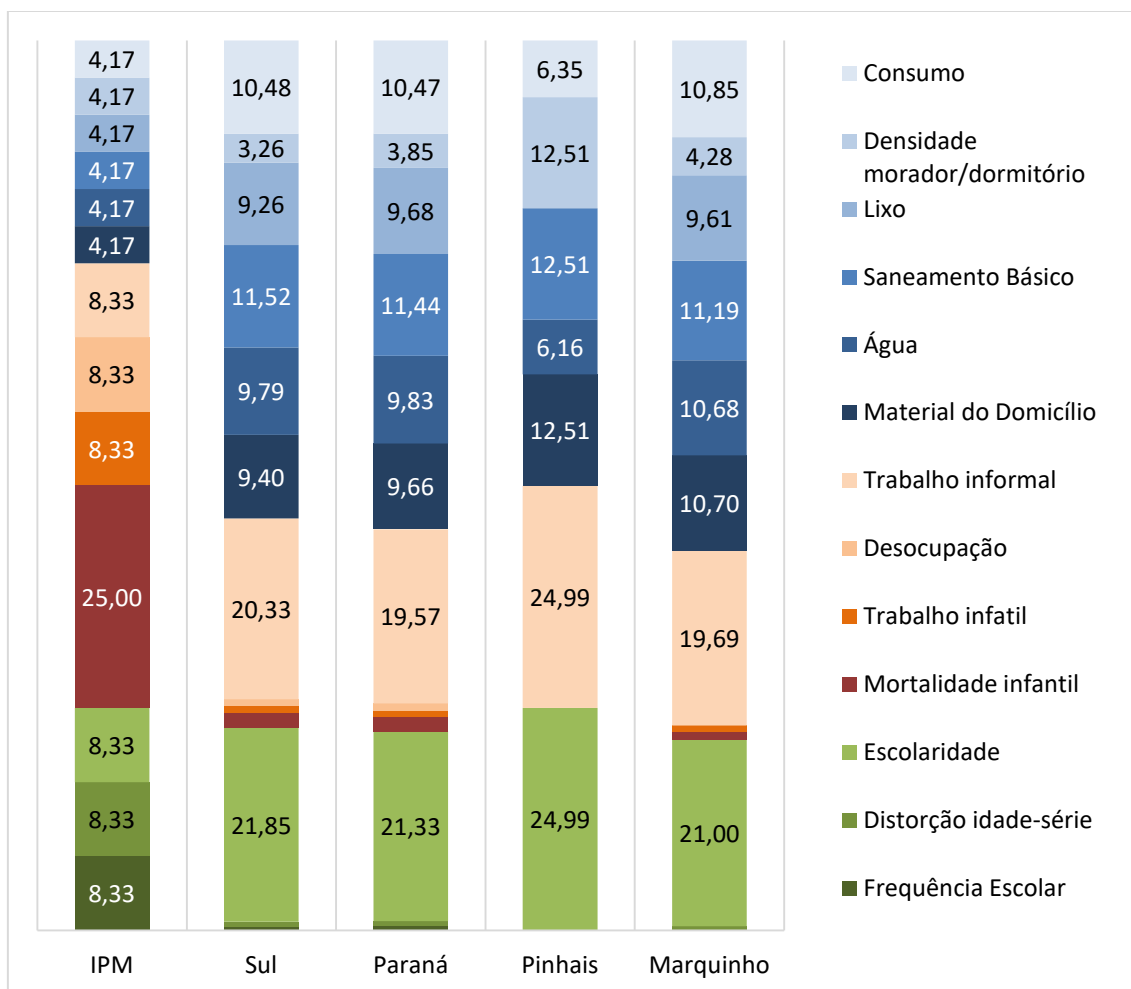
Mapa 27 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Paraná, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 36 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Paraná. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Destaca-se, ainda, a ausência de privações nos indicadores Mortalidade Infantil e Trabalho Infantil em Pinhais, município de menor IPM.

Gráfico 36 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sul, Paraná, Pinhais e Marquinho, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Pinhais e Marquinho eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.22. Santa Catarina

Do total de 2.015.139 domicílios do estado de Santa Catarina, em 2010, foram identificados 30.733 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,53% (Tabela 46). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 11.935 (1,60%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 18.798 (1,48%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,19%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,57 contra 0,52.

Tabela 46 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Santa Catarina, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	2.015.139	746.322	1.268.817
Domicílios não pobres	1.984.406	1.972.471	11.935
Domicílios pobres	30.733	11.935	18.798
Incidência (%)	1,53	1,60	1,48
Intensidade (%)	35,19	35,37	35,09
Incidência ajustada (IPM)	0,54	0,57	0,52

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 47, em 2010, no estado de Santa Catarina, 132.603 (6,6%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 163.336 (8,1%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 535.783 (8,6%) casos em ambas as condições, sendo 105.063 (1,7%) pobres e 430.720 (6,9%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 19.536 (1,9%) pobres e 71.352 (6,8%) vulneráveis, perfazendo um total de 90.888 (8,7%). Portanto, a proporção de vulneráveis dentre o total de pessoas e dentre as crianças era semelhante, o que também se observou na proporção de pobres.

Tabela 47 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Santa Catarina, 2010.

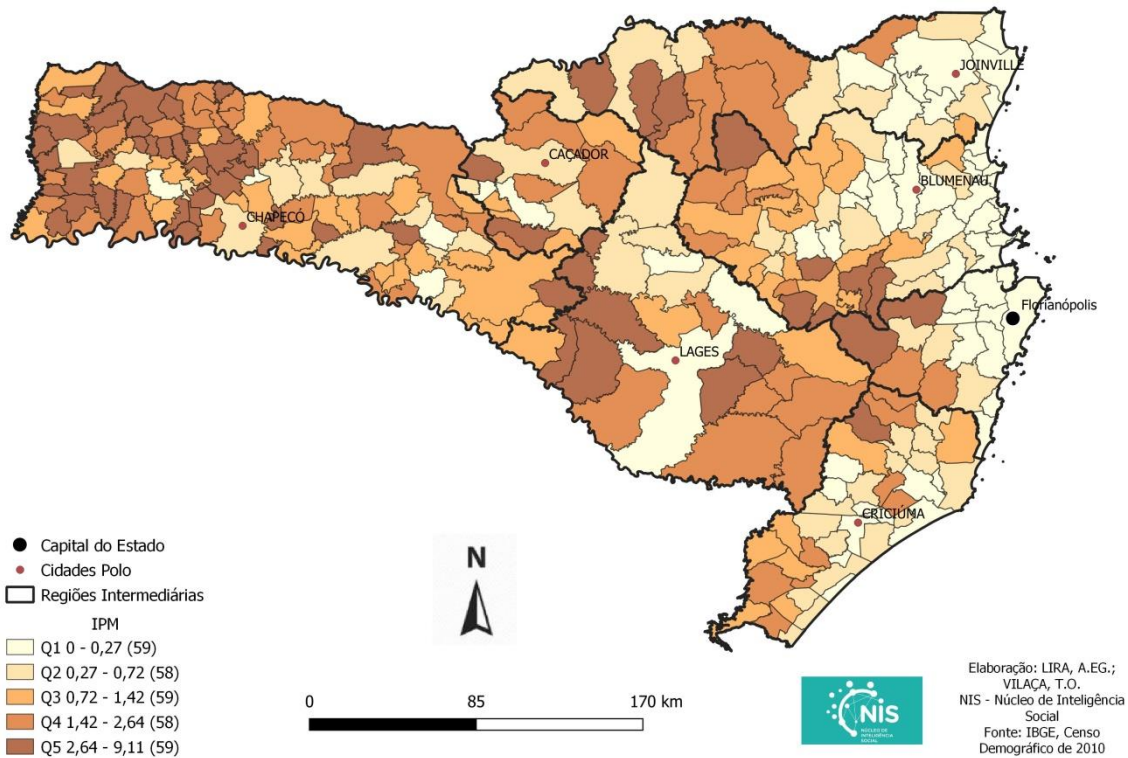
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	N	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	30.733	1,5	105.063	1,7	19.536	1,9
Vulneráveis multidimensionais	132.603	6,6	430.720	6,9	71.352	6,8
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>163.336</i>	<i>8,1</i>	<i>535.783</i>	<i>8,6</i>	<i>90.888</i>	<i>8,7</i>
Não pobres e vulneráveis	1.851.803	91,9	5.712.653	91,4	955.996	91,3
Total	2.015.139	100,0	6.248.436	100,0	1.046.884	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 293 municípios de Santa Catarina, 196 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi São José (0,05% de incidência, 33,34% de intensidade, 0,02 de IPM), apresentando resultados próximos aos da capital, Florianópolis (0,08% de incidência, 35,17% de intensidade, 0,03 de IPM). O de maior IPM foi de Arvoredo (25,18% de incidência, 36,19% de intensidade e 9,11 de IPM).

O Mapa 28, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal evidencia uma divisão na direção Oeste-Leste. Ao leste, principalmente na região costeira do estado, concentravam-se os municípios classificados no primeiro e segundo quintis. À medida que se caminha para oeste a tendência era de IPM mais altos. Não parece haver uma relação forte entre IPM e a classificação das Regiões Intermediárias, porém destaca-se a Região Intermediária de Chapecó, que concentrava os municípios de mais altos IPM do estado (quarto e quinto quintis).

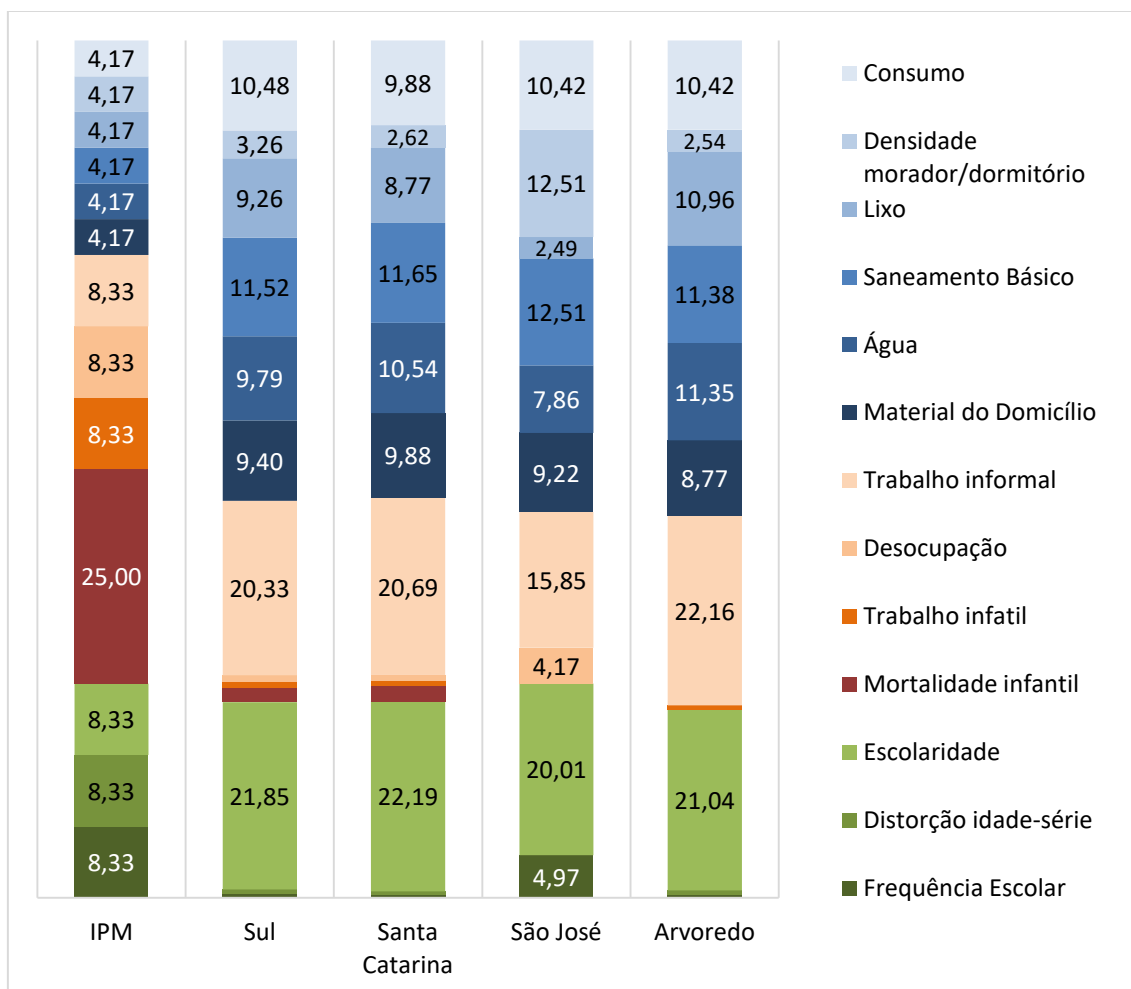
Mapa 28 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Santa Catarina, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 37 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de Santa Catarina. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Destaca-se que em São José, município de menor IPM, os indicadores Frequência Escolar e Desocupação também foram relevantes.

Gráfico 37 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sul, Santa Catarina, São José e Arvoredo, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, a demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **São José e Arvoredo eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.23. Rio Grande do Sul

Do total de 3.653.000 domicílios do estado do Rio Grande do Sul, em 2010, foram identificados 47.617 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,30% (Tabela 48). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 17.206 (1,42%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 30.411 (1,25%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,81%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,50 contra 0,43.

Tabela 48 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Rio Grande do Sul, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	3.653.000	1.215.760	2.437.240
Domicílios não pobres	3.605.383	3.588.178	17.206
Domicílios pobres	47.617	17.206	30.411
Incidência (%)	1,30	1,42	1,25
Intensidade (%)	34,81	35,08	34,69
Incidência ajustada (IPM)	0,45	0,50	0,43

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 49, em 2010, no estado do Rio Grande do Sul, 231.268 (6,3%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 278.885 (7,6%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 869.314 (8,1%) casos em ambas as condições, sendo 154.527 (1,4%) pobres e 714.787 (6,7%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 28.540 (1,7%) pobres e 117.357 (6,8%) vulneráveis, perfazendo um total de 145.897 (8,5%). Portanto, a proporção de vulneráveis dentre o total de pessoas e dentre as crianças era semelhante, o que também se observou na proporção de pobres.

Tabela 49 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Rio Grande do Sul, 2010.

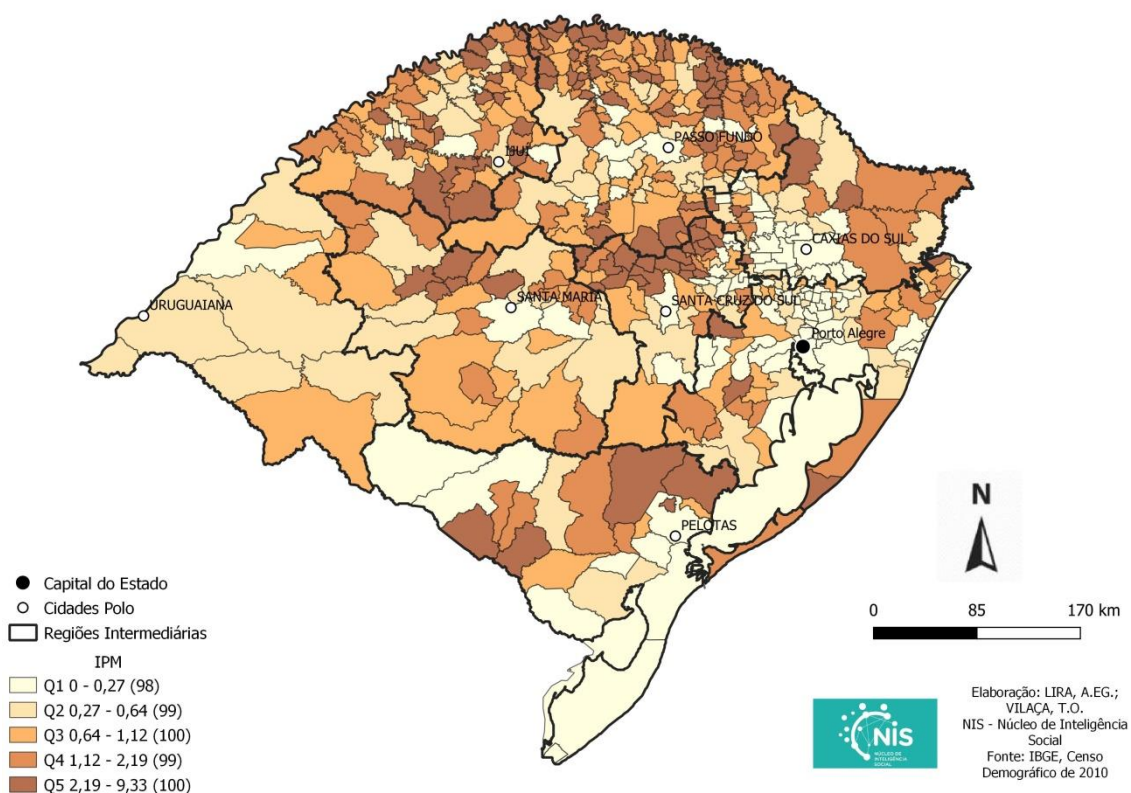
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	47.617	1,3	154.527	1,4	28.540	1,7
Vulneráveis multidimensionais	231.268	6,3	714.787	6,7	117.357	6,8
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>278.885</i>	<i>7,6</i>	<i>869314</i>	<i>8,1</i>	<i>145.897</i>	<i>8,5</i>
Não pobres e vulneráveis	3.374.115	92,4	9.824.615	91,9	1.567.870	91,5
Total	3.653.000	100,0	10.693.929	100,0	1.713.767	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 496 municípios do Rio Grande do Sul, 342 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Estrela (0,08% de incidência, 33,34% de intensidade, 9,33 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital Porto Alegre (0,12% de incidência, 34,72% de intensidade, 0,04 de IPM). O de maior IPM foi Alpestre (25,80% de incidência, 36,14% de intensidade e 9,33 de IPM).

O Mapa 29, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal evidencia a região Noroeste do estado com maior concentração de municípios com altos IPM. Parte significativa dos municípios classificados no primeiro quintil encontrava-se principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

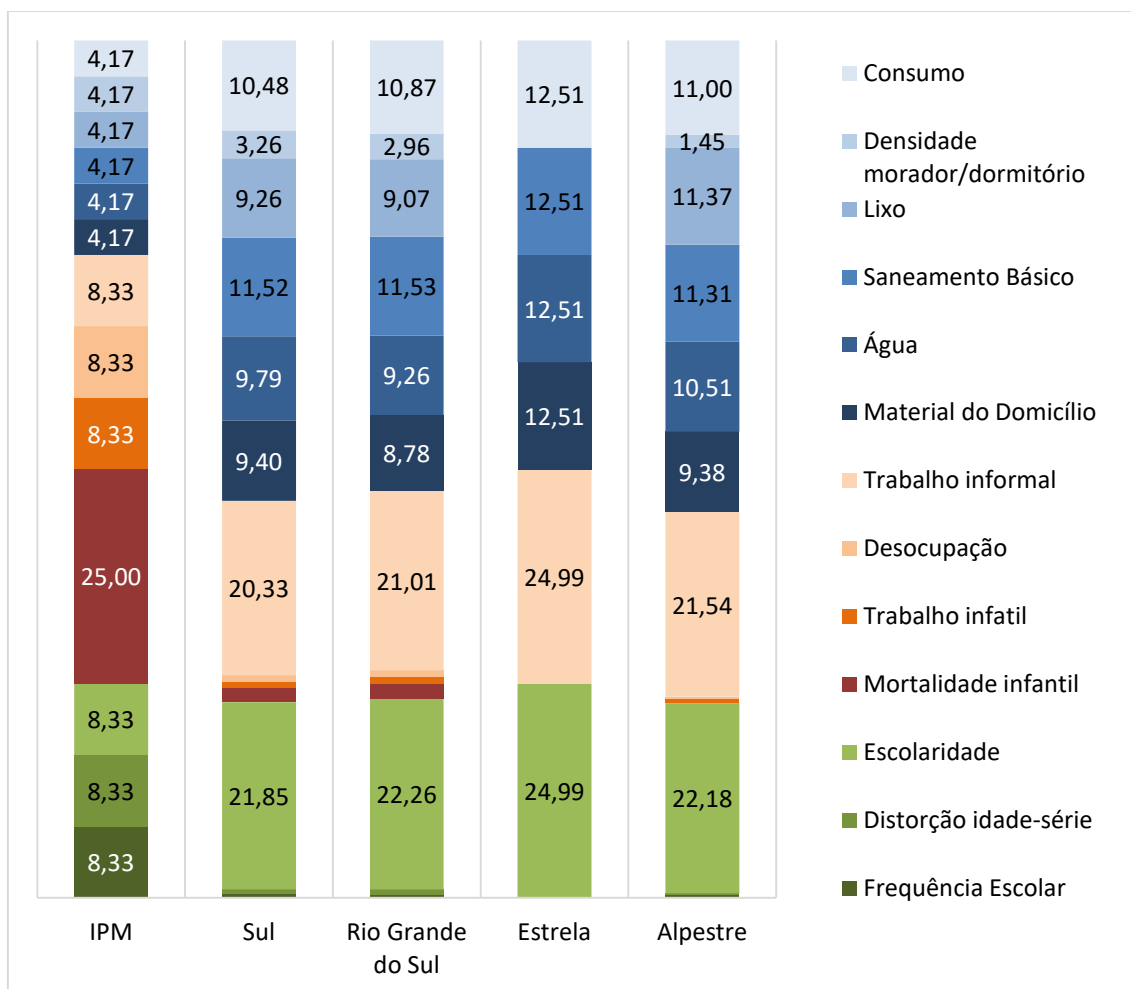
Mapa 29 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Rio Grande do Sul, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 38 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Rio Grande do Sul. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Nota-se a ausência de privação nos indicadores Mortalidade Infantil, Trabalho Infantil, Desocupação, Lixo e Densidade Morador/Dormitório em Estrela, município de menor IPM.

Gráfico 38 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Sul, Rio Grande do Sul, Estrela e Alpestre, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, a demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Estrela e Alpestre eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.24. Mato Grosso do Sul

Do total de 775.003 domicílios do estado do Mato Grosso do Sul, em 2010, foram identificados 13.516 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,74% (Tabela 50). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 5.862 (1,90%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 7.654 (1,64%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,90%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,67 contra 0,57.

Tabela 50 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Mato Grosso do Sul, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	775.003	308.313	466.690
Domicílios não pobres	761.487	755.626	5.862
Domicílios pobres	13.516	5.862	7.654
Incidência (%)	1,74	1,90	1,64
Intensidade (%)	34,90	35,27	34,71
Incidência ajustada (IPM)	0,61	0,67	0,57

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 51, em 2010, no estado do Mato Grosso do Sul, 71.892 (9,3%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 85.408 (11%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 282.389 (11,5%) casos em ambas as condições, sendo 47.475 (1,9%) de pobres e 234.914 (9,6%) de vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 11.271 (2,4%) pobres e 48.944 (10,3%) vulneráveis, perfazendo um total de 60.214 (12,6%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do estado.

Tabela 51 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Mato Grosso do Sul, 2010.

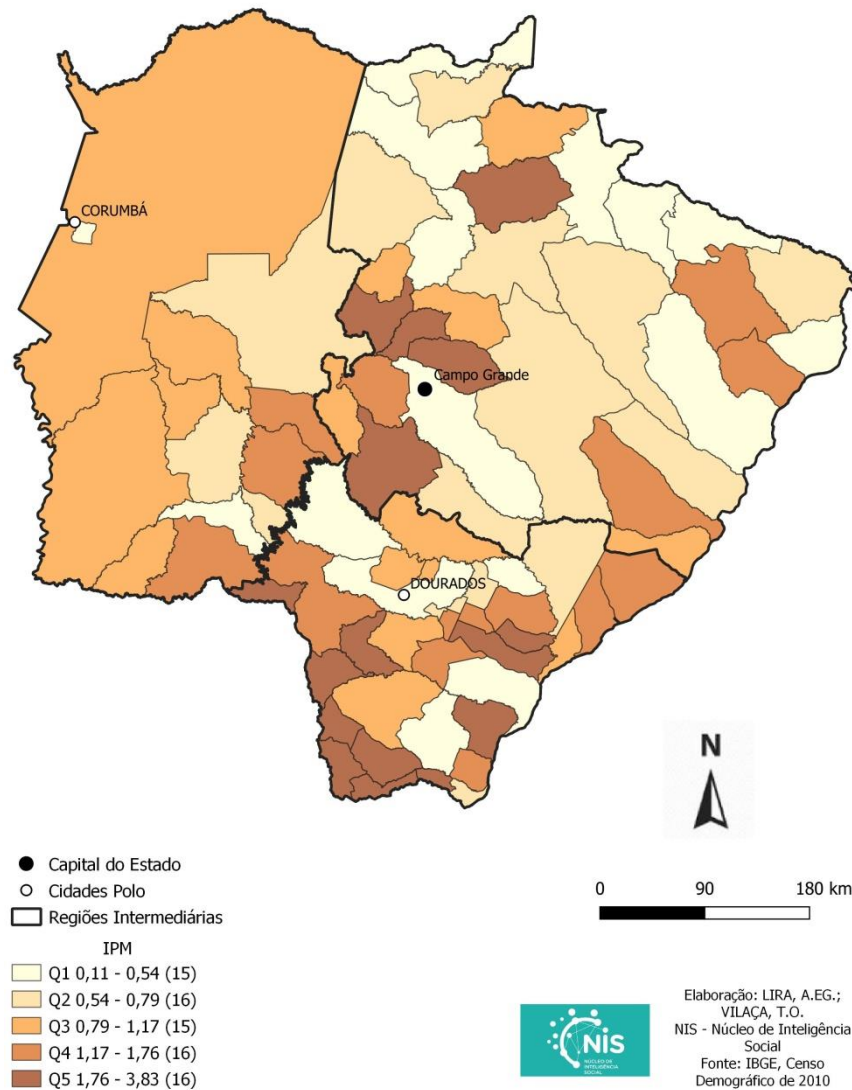
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	13.516	1,7	47.475	1,9	11.271	2,4
Vulneráveis multidimensionais	71.892	9,3	234.914	9,6	48.944	10,3
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>85.408</i>	<i>11,0</i>	<i>282.389</i>	<i>11,5</i>	<i>60.214</i>	<i>12,6</i>
Não pobres e vulneráveis	689.595	89,0	2.166.635	88,5	417.135	87,4
Total	775.003	100,0	2.449.024	100,0	477.350	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 78 municípios do Mato Grosso do Sul, 58 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital, Campo Grande (0,31% de incidência, 34,77% de intensidade e 0,11 de IPM), e o de maior IPM foi Paranhos (11,28% de incidência, 33,92% de intensidade e 3,83 de IPM).

De acordo com o Mapa 30, é possível relacionar a distribuição espacial do IPM no Mato Grosso do Sul com suas três Regiões Intermediárias. À Oeste está a Região Intermediária de Corumbá, em que a maior parte de seus municípios estava no terceiro quintil e não havia nenhum município no quinto. Na Região Intermediária de Campo Grande concentravam-se principalmente municípios do primeiro e segundo quintis. Já na Região Intermediária de Dourados localizavam-se onze dos dezesseis municípios do estado classificados no quinto quintil, além de outros no quarto quintil.

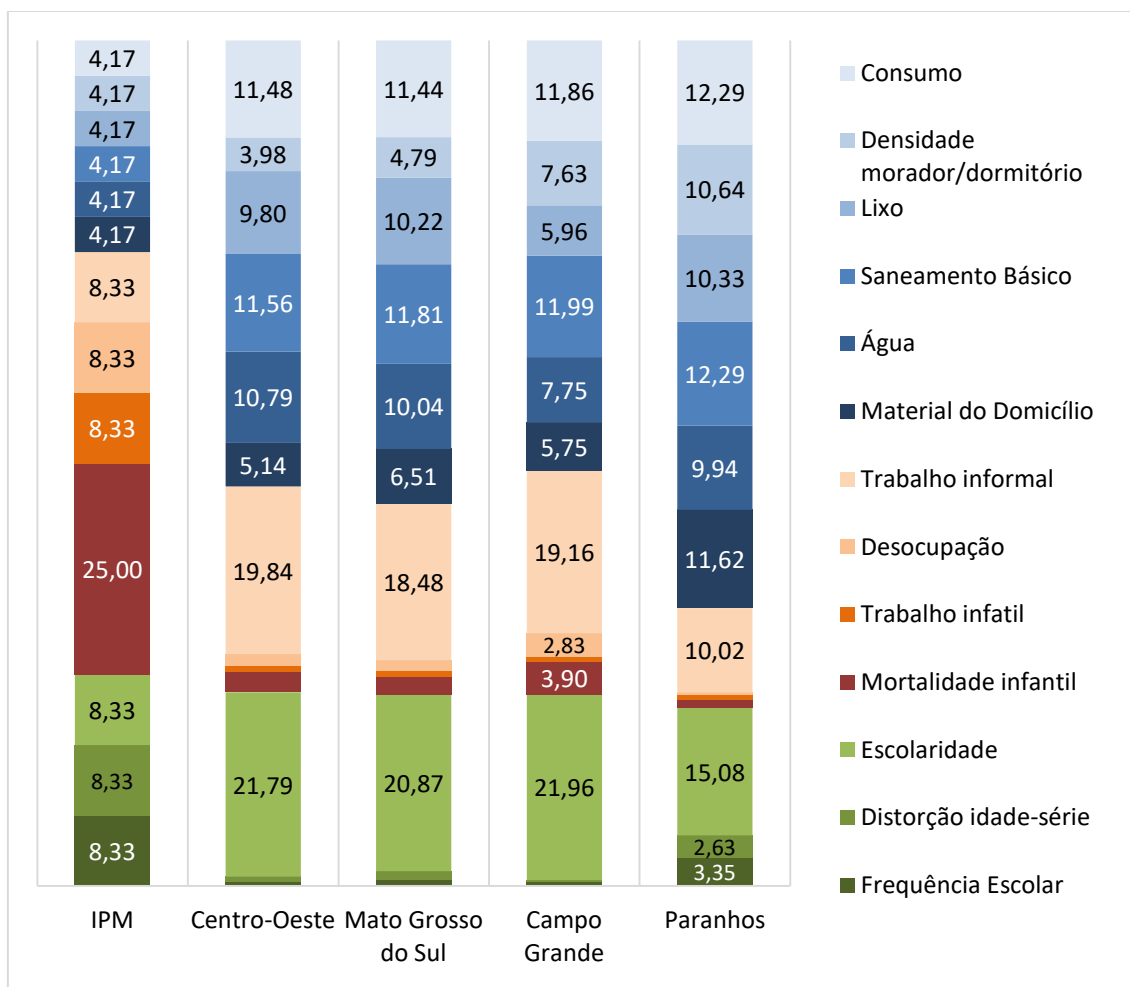
Mapa 30 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Mato Grosso do Sul, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 39 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Mato Grosso do Sul. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque, ainda, os indicadores Mortalidade Infantil e Desocupação em Campo Grande, município de menor IPM, e os indicadores Frequência Escolar e Distorção Idade-Série no caso de Paranhos, município de maior IPM.

Gráfico 39 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, Campo Grande e Paranhos, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Campo Grande e Paranhos eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.25. Mato Grosso

Do total de 932.110 domicílios do estado do Mato Grosso, em 2010, foram identificados 26.226 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 2,81% (Tabela 52). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 11.268 (2,90) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 14.957 (2,95%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,18%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 1,03 contra 0,96.

Tabela 52 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Mato Grosso, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	932.110	389.094	543.016
Domicílios não pobres	905.884	894.616	11.268
Domicílios pobres	26.226	11.268	14.957
Incidência (%)	2,81	2,90	2,95
Intensidade (%)	35,18	35,44	34,98
Incidência ajustada (IPM)	0,99	1,03	0,96

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 53, em 2010, no estado do Mato Grosso, 110.864 (11,9%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 137.089 (14,7%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 464.048 (15,3%) casos em ambas as condições, sendo 93.815 (3,1%) pobres e 370.233 (12,2%) de vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 21.065 (3,5%) pobres e 74.434 (12,2%) vulneráveis, perfazendo um total de 95.499 (15,7%). Portanto, a proporção de vulneráveis dentre o total de pessoas e dentre as crianças era a mesma, o que não se observou na proporção de pobres, que era maior no grupo de crianças.

Tabela 53 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Mato Grosso, 2010.

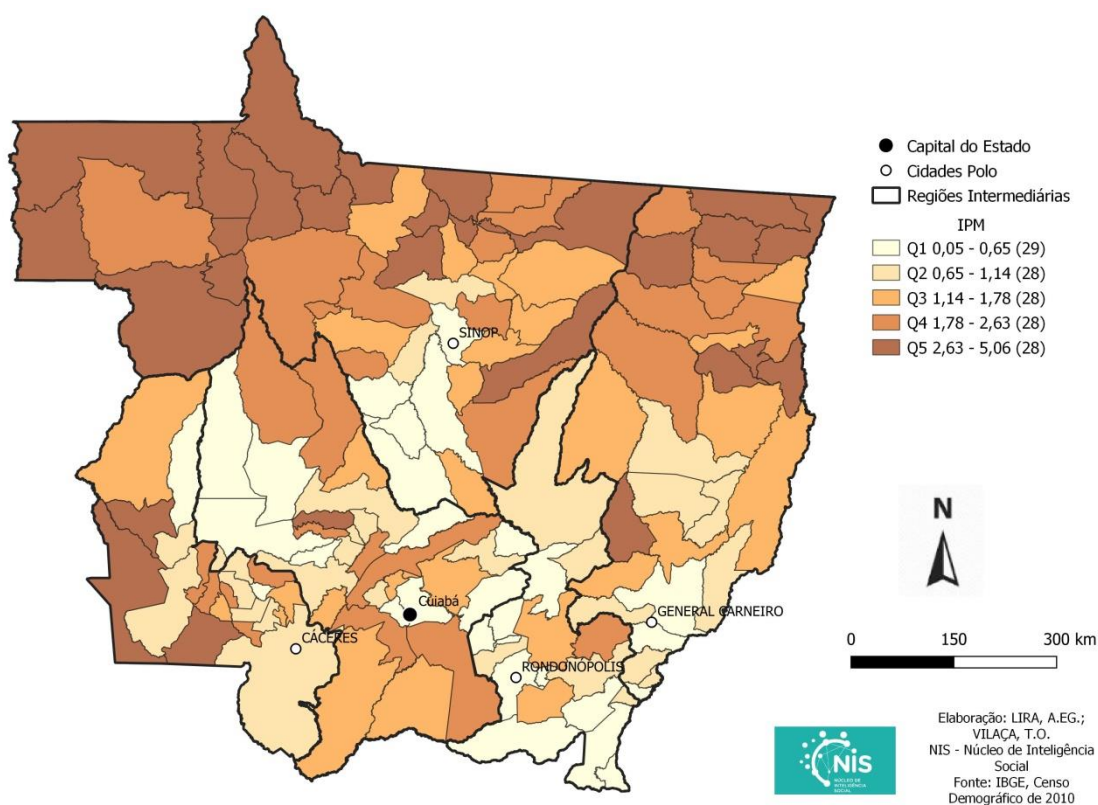
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	N	%	n	%
Pobres multidimensionais	26.226	2,8	93.815	3,1	21.065	3,5
Vulneráveis multidimensionais	110.864	11,9	370.233	12,2	74.434	12,2
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>137.089</i>	<i>14,7</i>	<i>464.048</i>	<i>15,3</i>	<i>95.499</i>	<i>15,7</i>
Não pobres e vulneráveis	795.021	85,3	2.571.074	84,7	512.188	84,3
Total	932.110	100,0	3.035.122	100,0	607.687	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 141 municípios do Mato Grosso, 90 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi Campo Novo do Parecis (0,14% de incidência, 35,19% de intensidade e 0,05 de IPM), apresentando resultados próximos ao da capital, Cuiabá (0,37% de incidência, 35,03% de intensidade e 0,13 de IPM). O de maior IPM foi Rondolândia (14,47% de incidência, 35,01% de intensidade e 5,06 de IPM).

O Mapa 31, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal evidencia que o estado do Mato Grosso apresentava concentração de municípios de alto IPM no Norte do estado, variando principalmente entre o quarto e quinto quintis. O Sul tinha municípios com valores de IPM menores. A Região Intermediária de Rondonópolis se destacava com agrupamento de municípios no primeiro e no segundo quintis.

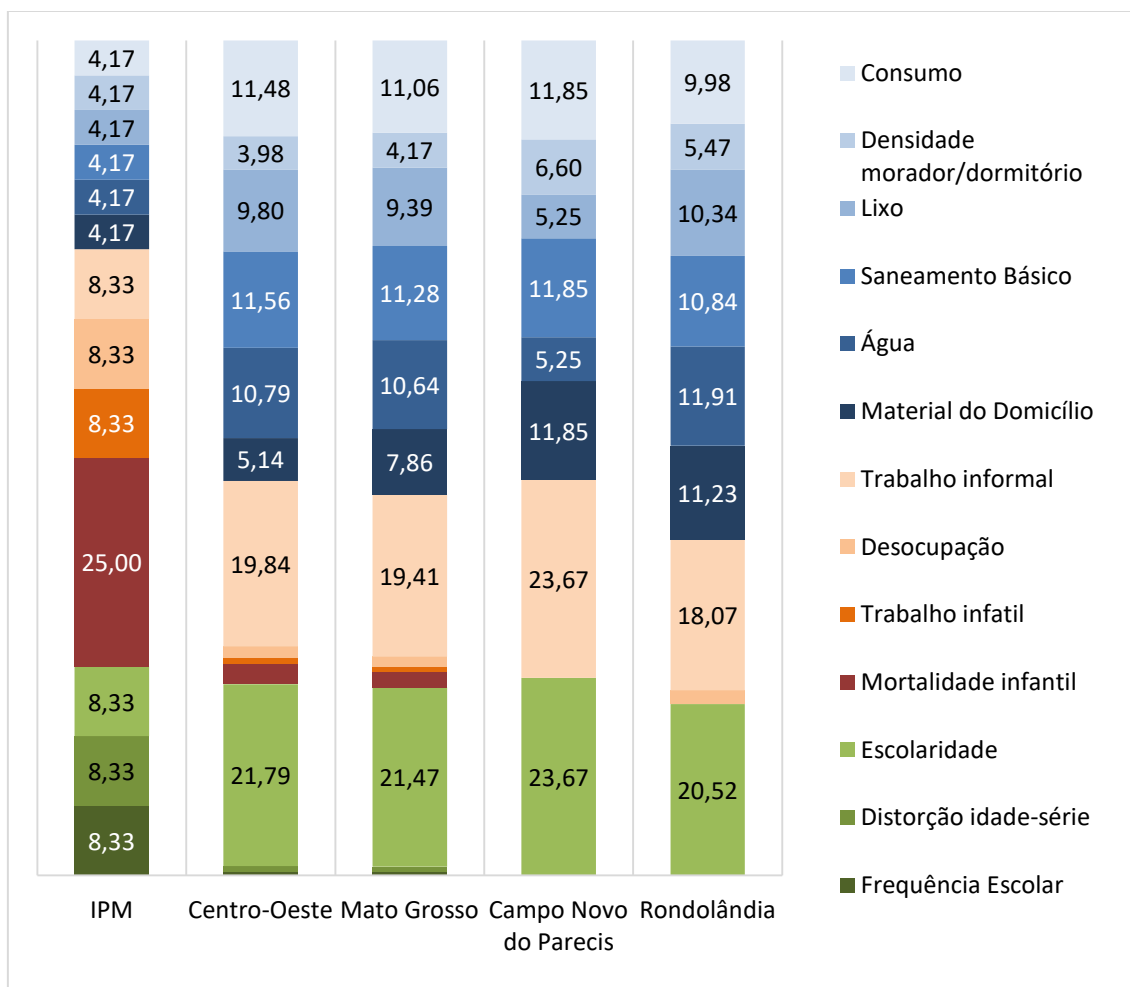
Mapa 31 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Mato Grosso, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 40 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado do Mato Grosso. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque a ausência de privação nos indicadores Frequência Escolar, Distorção Idade-Série, Mortalidade Infantil e Trabalho Infantil, tanto em Rondolândia quanto em Campo Novo do Parecis.

Gráfico 40 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Centro-Oeste, Mato Grosso, Campo Novo do Parecis e Rondolândia, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Campo Novo do Parecis e Rondolândia eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado.

4.26. Goiás e Distrito Federal

Do total de 1.909.041 domicílios do estado de Goiás, em 2010, foram identificados 25.379 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 1,33%. (Tabela 54) Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 8.456 (1,15%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 16.923 (1,44%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 34,15%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco menor em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,40 contra 0,49.

Tabela 54 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Goiás, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	190.9041	733.778	1.175.263
Domicílios não pobres	1.883.662	1.875.206	8.456
Domicílios pobres	25.379	8.456	16.923
Incidência (%)	1,33	1,15	1,44
Intensidade (%)	34,15	34,72	33,80
Incidência ajustada (IPM)	0,45	0,40	0,49

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Segundo a Tabela 55, em 2010, no estado de Goiás, 154.994 (8,1%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 180.373 (9,4%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 575.125 (9,6%) casos em ambas as condições, sendo 79.575 (1,3%) pobres e 495.550 (8,3%) de vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 15.069 (1,3%) pobres e 90.630 (8,1%) vulneráveis, perfazendo um total de 105.699 (9,4%). Portanto, a proporção de vulneráveis dentre o total de pessoas e dentre as crianças era semelhante e a proporção de pobres era a mesma.

Tabela 55 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Goiás, 2010.

	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
Pobres multidimensionais	25.379	1,3	79.575	1,3	15.069	1,3
Vulneráveis multidimensionais	154.994	8,1	495.550	8,3	90.630	8,1
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>180.373</i>	<i>9,4</i>	<i>575.125</i>	<i>9,6</i>	<i>105.699</i>	<i>9,4</i>
Não pobres e vulneráveis	1.728.668	90,6	5.428.663	90,4	1.014.432	90,6
Total	1.909.041	100,0	6.003.788	100,0	1.120.130	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Do total de 785.773 domicílios do Distrito Federal, em 2010, foram identificados 1.977 domicílios pobres multidimensionais, o equivalente a 0,25% (Tabela 56). Dentre os domicílios com crianças de 0 a 11 anos, 1.069 (0,33%) foram considerados pobres; e em domicílios sem crianças nessa faixa etária, 909 (0,20%). Quanto à intensidade da pobreza, os domicílios pobres apresentaram média de 35,31%, não sendo observadas diferenças significativas entre aqueles com ou sem crianças. O IPM apresentou valores próximos entre os subgrupos analisados, embora um pouco maior em domicílios com crianças na comparação com os sem, 0,12 contra 0,07.

Segundo a Tabela 57, em 2010, no Distrito Federal, 15.625 (2%) domicílios estavam em situação de vulnerabilidade, quantitativo que se somado aos domicílios pobres chegava a um total de 17.602 (2,2%). Em relação às pessoas residentes no estado, havia um total de 70.401 (2,7%) casos em ambas as condições, sendo 9.092 (0,4%) pobres e 61.308 (2,4%) vulneráveis. Entre as crianças de 0 a 11 anos, foram identificadas 2.224 (0,5%) pobres e 16.052 (3,8%) vulneráveis, perfazendo um total de 70.742 (36,1%). Desta forma, constata-se que as crianças também se encontravam relativamente em maior situação de vulnerabilidade (e na soma com a situação de pobreza) em relação ao total do DF.

Tabela 56 – Resultados do IPM para o total de domicílios e para domicílios com e sem crianças de 0 a 11 anos. Distrito Federal, 2010.

Componentes do IPM	Total de domicílios	COM crianças de 0 e 11 anos	SEM crianças de 0 a 11 anos
Total de domicílios	785.733	319.706	466.027
Domicílios não pobres	783.756	782.687	1.069
Domicílios pobres	1.977	1.069	909
Incidência (%)	0,25	0,33	0,20
Intensidade (%)	35,31	35,27	35,27
Incidência ajustada (IPM)	0,09	0,12	0,07

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Tabela 57 – Domicílios segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais. Distrito Federal, 2010.

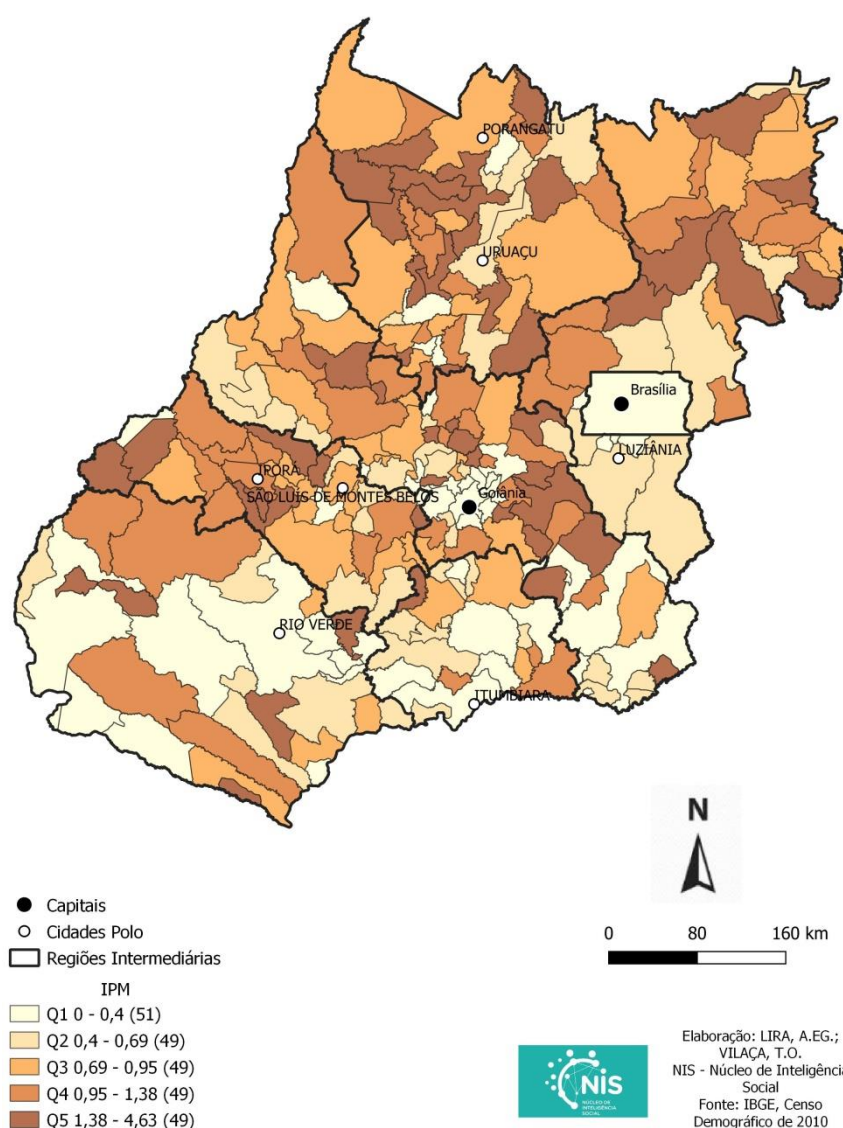
	Domicílios		Pessoas		Crianças de 0 a 11 anos	
	n	%	n	%	n	%
	Pobres multidimensionais	1.977	0,3	9.092	0,4	2.224
Vulneráveis multidimensionais	15.625	2,0	61.308	2,4	16.052	3,4
<i>Pobres e vulneráveis</i>	<i>17.602</i>	<i>2,2</i>	<i>70.401</i>	<i>2,7</i>	<i>18.277</i>	<i>3,8</i>
Não pobres e vulneráveis	768.131	97,8	2.499.759	97,3	460.750	96,2
Total	785.733	100,0	2.570.160	100,0	479.026	100,0

Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dos 246 municípios do estado de Goiás, 189 apresentaram IPM superiores ao do estado. O município com menor IPM foi a capital, Goiânia (0,14% de incidência, 35,57% de intensidade e 0,05 de IPM) – inclusive abaixo do valor encontrado no Distrito Federal. O município de maior IPM foi Guarinos (13,71% de incidência, 33,75% de intensidade e 4,63 de IPM).

O Mapa 32, com a distribuição espacial do IPM na escala municipal para o estado de Goiás e para o Distrito Federal mostra que os municípios com maiores IPM concentravam-se no Norte de Goiás. Percebe-se um agrupamento de municípios com IPM classificados no primeiro quintil nas proximidades de Goiânia. O Distrito Federal também está neste quintil e os municípios limítrofes a ele estavam principalmente no primeiro e no segundo quintis. Uma maior concentração de municípios com valores mais baixos de IPM encontrava-se na região Sul do estado.

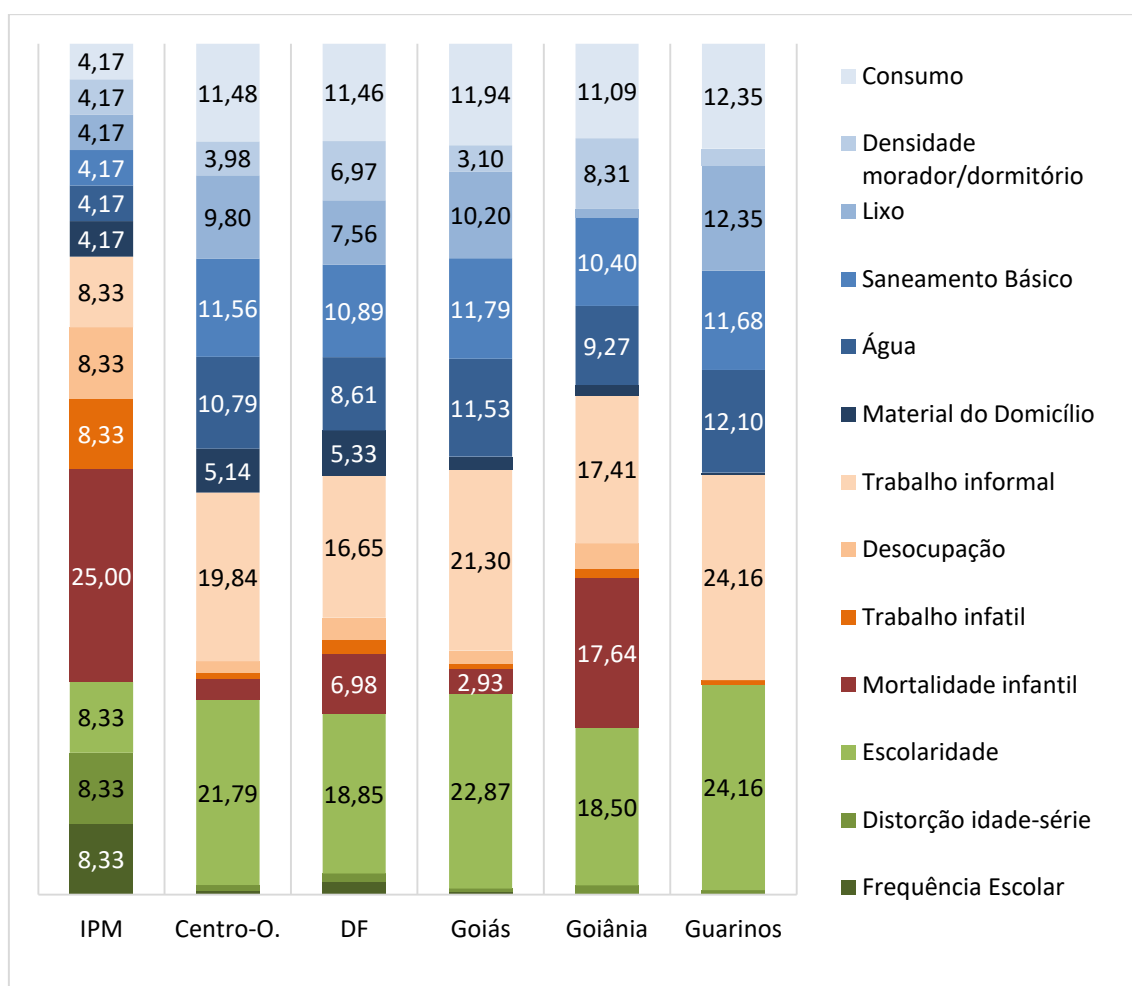
Mapa 32 – Distribuição espacial do IPM na escala municipal. Goiás e Distrito Federal, 2010.



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 41 apresenta a contribuição relativa dos indicadores para explicação da pobreza multidimensional no estado de Goiás e para o Distrito Federal. Os indicadores que mais contribuíram para o resultado do IPM foram Escolaridade e Trabalho Informal, além da dimensão Padrão de Vida como um todo. Merece destaque o município de Guarinos, o de maior IPM, onde não foram detectadas privações nos indicadores de Mortalidade Infantil, Trabalho Infantil e Desocupação. Para o município de Goiânia, observa-se ponderação significativa para os indicadores de Mortalidade Infantil e Desocupação.

Gráfico 41 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM*. Região Centro-Oeste, Distrito Federal, Goiás, Goiânia e Guarinos, 2010.**



Fonte: NIS/PUC-Minas a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

* A primeira coluna apresenta a estrutura de ponderação adotada no cálculo do IPM e, as demais, a contribuição observada de cada indicador para o resultado final do IPM em cada cenário. **Goiânia e Guarinos eram os municípios que possuíam, respectivamente, o menor e o maior valor de IPM do estado de Goiás.

5. Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo produzir evidências sobre a pobreza no Brasil através da aplicação do IPM-NIS em todo o Brasil. Entende-se que a mensuração da pobreza multidimensional é de extrema relevância ao planejamento, formulação e monitoramento de políticas públicas e programas sociais, já que permitem distinguir localidades e grupos prioritários – aqueles com maior quantidade de privações acumuladas – para focalização das ações. A pobreza é um tema recorrente no debate público e recebe atenção de toda a sociedade, por isso os resultados aqui apresentados certamente irão contribuir para alimentar esse debate e fortalecer ações estratégicas por parte dos agentes de governo e da sociedade civil.

Os resultados evidenciam que, em 2010, havia 21.187.855 pessoas pobres e vulneráveis multidimensionais no Brasil, o equivalente a 11,1% da população total. Destes, 4.494.757 (2,4%) eram pobres e 16.693.098 (8,8%) eram vulneráveis. As crianças de 0 a 11 anos eram as que proporcionalmente mais conviviam com estados de pobreza e vulnerabilidade, o equivalente a 13,6% ou 4.838.222 pessoas. Destes, 1.165.276 (3,3%) eram pobres multidimensionais e 3.672.946 (10,3%) vulneráveis. Considerando a unidade de mensuração do IPM, isto é, os domicílios, foram identificados 5.517.913 (9,5%) casos, sendo 1.075.360 (1,9%) em situação de pobreza e 4.442.554 (7,7%) de vulnerabilidade.

As maiores incidências de pobreza multidimensional foram observadas na Região Norte do país, com exceção do estado do Tocantins, na porção Norte do estado do Mato Grosso e Norte do estado do Maranhão. Por outro lado, as localidades com menor incidência estavam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, região Centro-Sul de Minas Gerais, Noroeste do Paraná e nas capitais estaduais (com exceção dos estados da região Norte) e o Distrito Federal. Um padrão heterogêneo, com valores intermediários, mas com presença de incidências baixas e altas, localizava-se nos demais estados do Nordeste (com exceção de algumas áreas litorâneas), na porção Centro-Sul do Mato Grosso, no Norte e no Triângulo de Minas Gerais, região Central do Paraná, parte do estado de Santa Catarina (com exceção do Leste Catarinense), Noroeste do Rio Grande do Sul e nos estados do Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Ressalta-se que, em termos absolutos, a Região Nordeste possuía o maior número de casos de pobreza multidimensional do país, sobretudo nos estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco. Fora da região, outros estados com números expressivos de casos foram Pará, Minas Gerais, Amazonas, Paraná e Rio Grande do Sul.

Os resultados evidenciam que o combate à pobreza no país passa pelo enfrentamento dos problemas de infraestrutura básica, sobretudo relacionados ao acesso à água potável,

saneamento básico e tratamento adequado do lixo domiciliar. Outra área de ação deve ser direcionada ao combate do trabalho informal e à melhoria dos níveis de escolaridade da população adulta, elementos centrais de acesso à renda, seguridade social e ascensão social. As ações direcionadas a essas áreas são de extrema relevância para afetar o conjunto dos membros dos domicílios, com especial impacto para as crianças, que são as mais afetadas pela pobreza, proporcionalmente. Ainda em relação às crianças, devem ser dirigidos esforços para a manutenção e melhoria dos serviços educacionais e de saúde, os quais podem sofrer retrocessos frente ao atual contexto da pandemia da COVID-19.

Os resultados evidenciam ainda que a pobreza multidimensional, mensurada a partir do IPM-NIS, atingia de forma mais abrangente as populações que viviam em áreas rurais e em municípios de pequeno porte (até 50 mil habitantes). Também ocorria com maior frequência entre crianças, jovens, indígenas, pretos e pardos. A pobreza monetária, mensurada pelas linhas de indigência e pobreza, afetava com maior frequência os mesmos subgrupos populacionais, mas a pobreza multidimensional descrevia uma incidência menor. Nesse sentido, o IPM-NIS contribui para focalizar estados de privação persistentes e de difícil superação, vivenciados pelas populações mais afetadas pelo fenômeno da pobreza como um todo. Não obstante, a pobreza multidimensional se soma à monetária, sugerindo que quadros multidimensionais precisam ser enfrentados de forma mais abrangente, somando esforços de melhoria de funcionamentos educacionais, de saúde, trabalho e padrão de vida, com redistribuição de renda.

Referências

- ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 75-116, 1995.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper nº 32**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2009. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. **OPHI Working Paper nº 38**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2010. Disponível em: http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38_with_note.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BARROS, R.; CORSEUIL, C.; LEITE, P. “Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil”. In: HENRIQUES, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2000.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. “Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira”. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (eds) **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente** (vol 2). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- BORGES, A.; KRAYCHET, E. S. Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. **Cadernos CRH**, v. 20, n. 50, p. 231-243, 2007.
- CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. **Pensar BH – Política Social**, Edição Temática n. 2, 2004.
- CODES, A.L.M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para discussão n. 1.332**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.
- COMIM, F.; BAGOLIN, I.P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v. 23, n. especial, p. 467-490, 2002.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 02-12, 2002.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **MATOPIBA**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.embrapa.br/tema-matopiba/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- FAHEL, M.; LEITE, G. P.; TELES, L. R. Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n.8, p. 50-69, 2014.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: uma análise da pobreza multi-dimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.31, n.92, e319205, 2016.

FERREIRA, F.; SÁNCHEZ-PÁRAMO, C. "A richer array of international poverty lines". In: WORLD BANK. **Let's Talk Development**. Washington, DC, 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>. Acesso em: 01 out. 2019.

FILHO, R. B S.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

FRANÇA, E. B. et al. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, n. 20, Suplementar 1, p. 46-60, 2017.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. **Handbook on Poverty and Inequality**. New York: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2020**: Questionário da amostra. Brasília, 2019. Disponível em: <http://censo2020.ibge.gov.br/experimental/questionarios.html>. Acesso em: 01 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Microdados do Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da Amostra. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=downloads>. Acesso em: 01 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Dicionário de indicadores educacionais**: fórmulas de cálculo. Brasília: MEC/INEP, 2004.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Pobreza Multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. **Estudo Técnico Nº 09/2014**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/82.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

MORAES, M. M.; MARIN, S. R.; VIEIRA, C. A. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. **Economia e Desenvolvimento**, v. 30, n.8, p. 1-17, 2018.

OLIVEIRA, F. "A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos". In: **Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 1995. (Cadernos ABONG – Série Especial)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – BRASIL (ONUBR). **Documentos temáticos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1, 2, 3, 5, 9, 14)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/docs/>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. **Texto para Discussão nº 1619**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

OTTONELLI, J. et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 837-859, 2011.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). Global MPI Country Briefing 2019: Brazil (Latin America and the Caribbean). In: **MPI Country Briefings 2019**. Oxford, 2019. Disponível em: http://www.dataforall.org/dashboard/ophi/index.php/mpi/country_briefings. Acesso em: 12 ago. de 2019.

PICOLOTTO, V.C. “Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul”. In: **Encontro de Economia da Região Sul**, 2005, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPEC Sul, 2005. Disponível em: http://www.anpec.org.br/Sul/2016/submissao/files_l/i3-ca41da9232db786a5d5fed2f77fce99c.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997. **Human development report 1997: human development to eradicate poverty**. New York: Oxford University Press, 1997.

RAVALLION, M. **Poverty Comparisons**. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.

RIBEIRO, R.; CACCIAMALI, M. C. Defasagem Idade-Série a partir de distintas perspectivas teóricas. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 3 (128), p. 497-512, 2012.

ROCHA, S. “On Statistical Mapping of Poverty: social reality, concepts and measurement”. In: **Seminar on Poverty Statistics**. Santiago, 1997.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROWNTREE, B. S. **Poverty: a study of town life**. Macmillan and Co., 1901.

SANTOS, L. M. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Rio de Janeiro, 2007.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

SILVA, A. F.; ARAÚJO, J. A.; SOBRAL, E. F. M.; SOUSA, J. S. A pobreza no Rio Grande do Sul: evidências a partir de uma análise multidimensional do período 2007-14. **Ensaio FEE**, v. 38, n.3, p. 597-624, 2017.

TELLES, V. S. “Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno”. In: TELLES, V. S. (Org.). **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TODESCHINI, C.; BAÇO, F. M. B. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise das regiões metropolitanas. **Informe GEPEC**, v. 19, n. 2, p. 57-71, 2015.

TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2020**. New York: United Nations Publications, 2020. Disponível em: <http://unstats.un.org/sdgs/report/2020/>. Acesso em 28 ago. 2020.

VAZ, A. C.; JANNUZZI, P. M. Indicador de Pobreza Multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multisectorial do Plano Brasil Sem Miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n.8, p. 32-49, 2014.

VIEIRA, C. A.; MARIN, S. R.; KUHN, D. D. Método Alkire-Foster: uma aplicação para medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, p.263-295, 2017.